

## **História das elites**

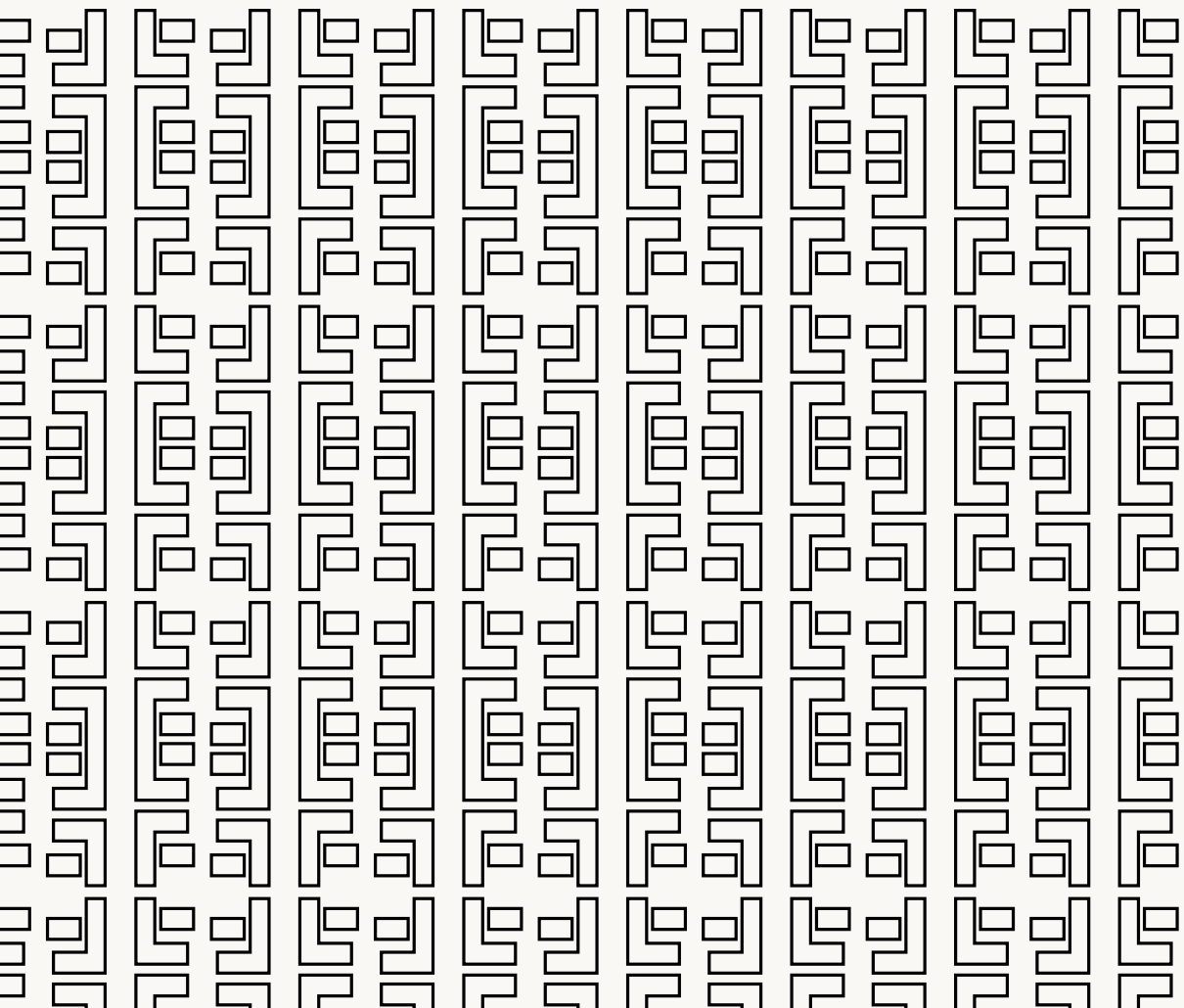
perspectivas sobre poder,  
política e sociedade no Brasil  
e na Amazônia

Kivia Mirrana de Souza Pereira  
(org.)

# **História das elites**

perspectivas sobre poder,  
política e sociedade no Brasil  
e na Amazônia

Kivia Mirrana de Souza Pereira  
(org.)



Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima  
**Governador**

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-Reitora**

*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann  
**Diretora**

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas  
**Gerente**

Wesley Sá  
**Editor Executivo**

Raquel Maciel  
**Produtora Editorial**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Adriana Távora de Albuquerque Taveira

Carlos Mauricio Seródio Figueiredo

Gislaine Regina Pozzetti

Josefina Diosdada Barrera Khalil

Katell Uguen

Orlem Pinheiro de Lima

Silvia Regina Sampaio Freitas

Vanúbia Araújo Laulate Moncayo

**Conselho Editorial**



## **História das elites**

perspectivas sobre poder,  
política e sociedade no Brasil  
e na Amazônia

Kivia Mirrana de Souza Pereira  
(org.)

André Teixeira  
Wesley Sá  
**Revisão**

Raquel Maciel  
**Projeto gráfico e diagramação**

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas  
Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo  
Ortográfico da Língua Portuguesa

H673  
2024

História das elites: perspectivas sobre poder, política e sociedade no  
Brasil e na Amazônia/ Org. Kivia Mirrana de Souza Pereira.  
- Manaus (AM): Editora UEA, 2024  
164 p.: il., color; [E-book]. - (Coleção: Anpuh)  
Formato PDF

ISBN: 978-85-7883-720-4

Inclui referências bibliográficas

1. Histórias Políticas-Brasil . 2. Elites Políticas. 3. História do  
Amazonas. I. Pereira, Kivia Mirrana de Souza. II. Título

CDU 1997 - 94(81)

*Elaborada pela bibliotecária Sheyla Lobo Mota CRB11/ 484*

Editora afiliada  
  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 - Flores | Manaus - AM - Brasil  
CEP 69050-010 | +55 92 38784463  
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br

**| 06 |**

Prefácio

**| 08 |**

Apresentação

**| 23 |**

## **I - TRAJETÓRIAS DE PODER NO AMAZONAS: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E SOCIAIS DAS ELITES POLÍTICAS**

**| 24 |**

A formação e atuação dos primeiros partidos políticos do Amazonas no início do Período Republicano (1889-1891)

**| 43 |**

Definindo uma elite no interior do poder legislativo provincial do Amazonas a partir de suas atuações internas

**| 60 |**

As reconversões de capitais das elites comerciais em Manaus: a integração entre recreação, comércio e trabalho em política (1903-1920)

**| 87 |**

A elite política bolsonarista e seu discurso contra o trabalho docente

**| 108 |**

## **II - IDEOLOGIAS DAS ELITES EM PAUTA: PERSPECTIVAS SOBRE IDEIAS, INSTITUIÇÕES E GÊNERO**

**| 109 |**

Revelando o quase desapercibido: análise das demandas e posicionamentos dos povos indígenas nas páginas dos jornais (1904-1925)

**| 132 |**

História das modistas imigrantes e da inserção da alta costura em Manaus (1880-1920)

**| 149 |**

Capítulo tirado de uma notícia de jornal: aspectos de uma elite médica no Amazonas no século XX

**| 161 |**

Sobre os autores



## Coleção ANPUH-AM

Ao longo de toda a nossa gestão, buscamos incentivar um olhar ao mesmo tempo crítico e atento, criterioso e generoso para tudo aquilo que foi e vem sendo produzido sobre história no/do Amazonas. Da produção memorialística e laudatória até os dias atuais, nos mais diferentes espaços de sociabilidade intelectual do estado, a História, como disciplina e como campo de interesse, tem sido fundamental para pensar as identidades locais, suas relações com o nacional, bem como os projetos do tão propalado desenvolvimento aventados ao longo dos últimos tempos para o Amazonas e suas gentes.

Não à toa, o tema do VII Encontro Estadual de História é História do Amazonas: desafios e conexões. Desafios porque, claro, temos olhos voltados para o futuro. Esperançosos de que a interiorização da universidade pública siga dando frutos, multiplicando os temas, fontes e abordagens da historiografia amazonense. Ciosos também de que da articulação da comunidade historiadora brotem não apenas novos talentos individuais, professores-pesquisadores qualificados e competentes, mas igualmente – ou até principalmente – projetos coletivos capazes de dar conta da complexidade da tarefa em curso, da necessidade de revisitar os clássicos e superá-los (não em termos meramente cronológicos e qualitativos), tendo em vista as novas questões que se impõem [...] conexões porque entendemos que é preciso ainda nos expandir em várias direções: reforçar nossos vínculos com o

que se ensina e aprende – e com como se ensina e aprende História – no Ensino Básico, estabelecer diálogos mais críticos e criativos com as políticas de memória e patrimônio, com as novas tecnologias e as novas formas de divulgação histórica.

Por todas essas razões, concebemos e implementamos, através de edital, esta coleção de e-books. Ela não tem outras pretensões que não sejam atualizar o debate atual sobre os mais diversos temas de história e historiografia do Amazonas e, complementarmente, fazer chegar nas mãos dos professores da rede de Ensino Básico um material de fácil acesso, gratuito e de qualidade. É também um pontapé inicial, uma iniciativa que poderá ser replicada nas próximas gestões, de tal modo que possamos cumulativamente ampliar a produção e circulação de conhecimentos históricos no Amazonas.

Esperamos que as pesquisas reunidas em cada volume suscitem não apenas a apreensão curiosa dos leitores, mas também a produção de novos/outros trabalhos. Como qualquer coletânea, os textos podem ser lidos juntos ou separados e cada e-book pode ser aproveitado de acordo com os interesses de quem o consulta. Dessa forma, os capítulos podem ser recompostos e revirados. E todas as lógicas – e intensões iniciais dos autores – manejadas e reapropriadas pelos estudantes, professores e pesquisadores que com ela travarem contato. Desejamos a tod@s um excelente aproveitamento da nossa coleção.

Diego Omar da Silveira | Presidente da ANPUH-AM  
Leandro Coelho de Aguir | Vice-presidente da ANPUH-AM



A pesquisa concernente à história política e das elites, que enfatizava os “grandes homens e grandes feitos”, não apresenta qualquer faceta inovadora no âmbito da historiografia. Tanto que, ao se debruçar sobre a crítica contemporânea originada na Escola dos Annales (1930), acerca da sua abordagem factual, a qual previamente se desenrolava sob uma única lente interpretativa, caracterizada por narrativas históricas cronológicas em que evocava a história de supostos heróis, governantes e líderes mundiais, emerge de modo claro a urgência de uma escrita histórica reinventada.

Explorando a tessitura histórica desde o século XX, uma nova narrativa política ampliava o debate para o campo social. Entretanto, é imprescindível ressaltar que mesmo o marxismo tradicional, com seu enfoque arraigado na essência ideológica, demandou uma revisão crítica, trazendo à tona obras de proeminentes pensadores como E. P. Thompson, Christopher Hill, Natalie Davis, George Rudé, Dorothy Thompson, Eric Hobsbawm e Raymond Williams, figuras centrais da escola social inglesa (1950/60). Estes intelectuais destacaram a cultura e o cotidiano dos trabalhadores, indivíduos comuns que, à primeira vista, pareciam não contribuir além do seu suposto papel secundário nas Revoluções, mas que se revelaram fundamentais e concretos nas resistências singulares e lutas políticas, transformando a vida ordinária em elemento revolucionário, fazendo emergir novas leituras sobre o que se consagrava interessante para a História.

Inquestionavelmente, tais perspectivas imprimiram sua marca na história política, compelindo-a a reconfigurar-se e a lançar novos debates e indagações acerca de sua essência, abordagens, metodologias e teorias, almejando alcançar novas interpretações, temas e objetos, além do debate tradicional sobre os homens e suas grandes ações. Todavia, emerge a pergunta: como lidar com aqueles que historicamente tiveram destaque em suas narrativas?

É verdade que por muitos anos prevaleceu a crença de que a investigação das elites carecia de relevância, ou que a análise dos aparatos de controle estatal automaticamente abarcava todas os grupos dominantes, ou ainda, que a abordagem das elites era considerada simplista devido à abundância de fontes, registros e documentos acessíveis.

Contudo, face à fundação social, política e econômica da região Amazônica em que as heranças, distinções e prestígios são considerados como fatores preponderantes das desigualdades sociais, políticas e econômicas; diante dos processos de golpes, crises constitucionais e conservadorismos que se enraizaram e se naturalizaram na cultura e no imaginário social; bem como em face da oposição e marginalização das iniciativas de mobilização por parte dos trabalhadores, dos negros, dos indígenas, das mulheres e dos imigrantes; juntamente com as falhas do Estado, a negação e usurpação de direitos resultantes dos processos de corrupção e exploração das classes sociais; e, ainda, considerando a confusão no emprego dos termos e análises, por vezes genéricas, referentes às elites, torna-se premente e imprescindível a defesa da pesquisa sobre as estratégias, operações, modalidades de recrutamento, ocupação e mobilidades das elites em todos os âmbitos sociais, políticos e econômicos, sobretudo sob uma abordagem histórica.

A reflexão aprofundada sobre a História Social das Elites se faz necessária, tendo em vista o considerável interesse

despertado entre os cientistas sociais e antropólogos pelos estudos acerca dos grupos que o compõem. Tal interesse se manifesta não apenas na delimitação conceitual, mas também nas revisões teóricas e metodológicas empreendidas nesse campo de investigação, de forma que Flávio Heinz alega:

O historiador de elites empreende o estudo dos processos históricos nos quais elas se inserem à luz de suas características sociais mais ou menos constantes. Trata-se de conhecer as propriedades sociais mais requisitadas em um grupo, sua valorização ou desvalorização através do tempo; conhecer a composição dos capitais ou atributos cultural, econômico ou social, e sua inscrição nas trajetórias dos indivíduos; enfim, conhecer os modelos e/ ou estratégias empregados pelos diferentes membros de uma elite para alicerçar uma carreira exitosa e socialmente ascendente ou, em outros casos, evitar – mediante mecanismos de reconversão social – um declínio ou uma reclassificação social muito abrupta (2006, p. 9).

Deste modo, a importância de estudos sobre grupos que operam de forma relacional segundo a perspectiva teórica de Bourdieu (2007, p. 9), parte da compreensão de que a história do tempo presente revela as nuances de acordos entre as elites que estão organizadas e institucionalizadas na sociedade brasileira. As categorias e seus grupos ordenam-se em virtude de seus méritos, origem, cultura e riquezas ao possuírem e construírem o direito de dirigir, governar e negociar as questões de interesse particular ou coletivo da sociedade civil ou estatal (Heinz, 2006, p. 7).

As perguntas que norteiam os estudos sobre a temática partem da reflexão sobre quem são esses grupos, como se relacionam e articulam-se em diferentes esferas? Quais atributos são necessários para estabelecer os processos de

distinção? Como podemos analisar as elites na Amazônia? Compreender o papel das elites nas esferas regionais, políticas, culturais, eclesiásticas, jurídicas, intelectuais, militares e operárias são as possibilidades que encaminham novos problemas, métodos e abordagens. Por conseguinte, o presente estudo almeja examinar os mecanismos e estratégias de exercício do poder, bem como as dinâmicas sociabilidades e identidades das elites na região Amazônica e no contexto nacional brasileiro. Assim sendo, optou-se pela organização em dois tópicos: I - Trajetórias de poder no Amazonas: Perspectivas históricas e sociais das elites políticas, e, II - Ideologias das elites em pauta: Perspectivas sobre as ideias, instituições e gênero.

A começar por “Trajetórias de poder no Amazonas: Perspectivas históricas e sociais das elites políticas”, pretende-se discutir trajetórias individuais e/ou coletivas de indivíduos que construíram direta ou indiretamente a política local.

No trabalho intitulado *A formação e atuação dos primeiros partidos políticos do Amazonas no início do período Republicano (1889-1891)*, Daniel de Lima pretende explicar sobre o papel crucial desempenhado pela região Amazônica no contexto da República, e a importância de compreender a dinâmica das elites políticas para desvendar os meandros do poder político. O período entre 1889 e 1912 é destacado como particularmente relevante, pois os partidos políticos dessa primeira república constituíram o espaço onde as elites do poder exerceram sua influência.

Ao adotar a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu, o autor argumenta que se torna possível compreender as dinâmicas do poder político no Amazonas Republicano sob uma nova luz. Nessa abordagem, as elites políticas na região Amazônica são concebidas como detentoras de capital simbólico, material e cultural, conferindo-lhes vantagens no campo político.

Durante o período mencionado, os partidos políticos foram os espaços onde essas elites exerceram sua influência,

utilizando estratégias de busca por legitimação do poder, valendo-se de sua autoridade e conexões com o governo central para consolidar sua posição no cenário político.

A análise crítica das elites locais revela como estas se utilizaram de recursos culturais e sociais para preservar seus interesses e privilégios, sendo suas conexões com o governo central cruciais na definição das políticas regionais e na manutenção de seu controle político.

Explorando as relações entre as elites políticas e o poder central, conforme a teoria de Bourdieu, o autor argumenta que somos capazes de entender melhor a dinâmica política no Amazonas Republicano. A discussão abrange aspectos fundamentais como representatividade, dominação política e estratégias de perpetuação no poder, proporcionando uma análise mais profunda e significativa da história política na região amazônica.

O capítulo de Fransoar Santos, *Definindo uma elite no interior do poder legislativo provincial do Amazonas a partir de suas atuações internas*, tem como aspecto basilar de análise a referida instituição citada e os deputados que tomaram assento na mesma. Ou dito de outro modo, a proposta visa realizar uma prosopografia dos deputados da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, de 1852 a 1889, a partir do uso dos Anais da Assembleia, dos jornais presentes na hemeroteca digital a partir do mecanismo de busca por palavras-chave, do livro *Dicionário Amazonense de Biografias*, de Agnello Bittencourt (1973), dentre outros, enquanto fontes históricas.

Compreendendo a importância histórica que o método de análise prosopográfica tem para a História das Elites, por prosopografia entendemos, tal como propõe Lawrence Stone (2011), como o estudo coletivo de um grupo de atores a partir de suas características individuais. Não cabe no estudo do autor traçar um viés analítico já alertado por Pierre Bourdieu (2006) de realizar biografias individuais como um fim em si mesmo,

resultando disso uma trajetória toda coerente de começo, meio e fim. Não! Não é esta a caminhada que se pretende fazer aqui. O que se pretende fazer neste trabalho é levantar as informações biográficas dos indivíduos para entender o grupo do qual ele faz parte, notando aquilo que são traços comuns e aquilo que são traços que destoam do grupo como um todo, traços estes que podem, de algum modo, ajudar a tecer algumas considerações sobre a dinâmica sócio-política da Província do Amazonas na segunda metade do XIX. Estudos como estes não são uma novidade dentro da historiografia. Há uma variedade de outros estudos que investem na mesma caminhada analítica, valendo destacar aqui o trabalho de Jonas Moreira Vargas (2007), em que na tessitura da sua escrita apresenta algumas possibilidades de caminhos analíticos e que nos ajudam a se situar no debate.

Por mais que tenhamos variados e bons estudos sobre as assembleias legislativas provinciais, ainda seria caminho em aberto este exercício para o Amazonas Provincial. Daí, a importância de fazer-se tal movimento de análise, agregando ao debate historiográfico e, conseqüentemente, entendendo a dinâmica sociopolítica do Amazonas Provincial.

No trabalho intitulado *A reconversão dos capitais das elites comerciais em Manaus: A integração entre recreação, comércio e trabalho em política (1903-1920)*, de Kivia Mirrana Pereira, será explorada a trajetória de Joaquim e José Nunes de Lima, comerciantes e diretores da Associação Comercial do Amazonas (ACA), eleitos para o âmbito legislativo em 1912 e 1935, respectivamente. Ao estabelecerem vínculos institucionais por meio de programações e eventos recreativos em diversos espaços da cidade, esses indivíduos empregaram tais locais como plataformas para promover ações e projetos com o intuito de integrar o poder patronal, legislativo e social com a classe trabalhadora, bem como com lideranças sindicais

representativas, exemplificadas por Anacleto Reis, Camilo Tavares Filho, Juvenal Barbosa e Cursino Gama.

A análise revelará a estratégia de Joaquim e José Nunes de Lima em suas projeções pessoais e na reconversão de suas ações em capitais políticos, construindo bases eleitorais sólidas com o apoio do movimento dos trabalhadores/as. Essas bases eram fundamentadas não apenas em recursos financeiros, mas também em valores éticos como trabalho, progresso e perseverança, difundidos em um contexto de fortalecimento do comércio e atividade urbana em busca de prosperidade econômica das elites.

Ao responder à pergunta “por que e como as elites agiam?”, reconhecemos que as biografias e trajetórias desses indivíduos não são isoladas, mas refletem as características de um grupo que usava o lazer como ferramenta para influenciar a sociedade conforme seus interesses. Além disso, observamos que, devido às suas conexões com o comércio, os interesses dessas elites eram protegidos e promovidos por meio de esferas e ações subjetivas, proporcionando uma compreensão mais ampla das dimensões em jogo em disputa e em vigor.

Já no contexto brasileiro, a importância de estudar as elites políticas torna-se ainda mais evidente, especialmente em momentos de transição política, como durante o Processo de Abertura Política na década de 1980. As eleições gerais para governadores em 1982 foram marcos significativos desse processo, representando um momento de renovação e reconfiguração das elites políticas em todo o país.

Um exemplo emblemático desse período é o caso de Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo, que retornou ao poder no estado do Amazonas após anos de afastamento decorrente do regime militar. Sua eleição levanta questões importantes sobre a formação e consolidação de uma elite política local, especialmente no contexto de sua influência e alianças políticas.

Diante desse cenário, o artigo proposto por James Batista, *A elite política bolsonarista e seu discurso contra o trabalho docente*, se torna relevante ao investigar a ascensão do bolsonarismo no Brasil, iniciado com o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a subsequente eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Para que a análise apresente aspectos sociais, saindo da retórica estritamente partidária, o autor destaca o discurso anticomunista e a suposta defesa dos valores cristãos como elementos centrais do discurso bolsonarista, que resultaram em ataques aos professores, percebidos como representantes do espectro político de esquerda. Essa abordagem inicial situa o leitor no contexto político que culminou na ascensão de Bolsonaro ao poder.

Em um contexto de conexão com as políticas latino-americanas, James explora o conceito de populismo na América Latina, argumentando que o populismo pode ser entendido como uma forma autoritária de democracia. Destaca-se a relação entre o populismo e o surgimento de polos antagônicos na sociedade, bem como a influência da história filosófica na compreensão do político e do social. Essa discussão contextualiza a ascensão do bolsonarismo dentro de um fenômeno mais amplo de polarização política e autoritarismo na região.

Deste modo, o texto oferece uma análise abrangente sobre o surgimento e as implicações do bolsonarismo no contexto político brasileiro. Ele começa explorando os antecedentes históricos do bolsonarismo, com foco nas políticas dos governos anteriores, especialmente durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e a crise política que culminou no impeachment de Dilma.

Esse exame histórico fornece uma compreensão sólida das raízes e do contexto mais amplo que permitiram o surgimento e consolidação do bolsonarismo no cotidiano brasileiro, inclusive nas salas de aula. Os ataques específicos ao trabalho docente, destacando discursos nos quais

Bolsonaro incentiva alunos a filmarem seus professores, alegando doutrinação ideológica, e se tornam uma raiz ultraconservadora, apoiando-se no lema “Escola sem Partido”. Essa análise completa o ciclo, mostrando como as políticas e retórica do bolsonarismo têm impactos diretos na sociedade brasileira, especialmente no campo da educação e da liberdade acadêmica. O texto ressalta a preocupação com a erosão da democracia e dos direitos individuais no Brasil, especialmente sob a liderança do bolsonarismo, reforçando a ideia de que o bolsonarismo não é apenas um fenômeno político isolado, mas parte de um padrão mais amplo de desafios à democracia e aos direitos humanos na América Latina.

Em “Ideologias em Pauta: perspectivas sobre ideais, instituições e gênero das elites” começamos nossa exposição com o trabalho *Revelando o Quase Despercebido: Análise das Demandas e Posicionamentos dos Povos Indígenas nas Páginas dos Jornais (1904-1925)*, conduzido por Evelyn Ramos, que realizará uma análise crítica das representações frequentes do indígena no discurso jornalístico apresentado no Jornal do Commercio, com ênfase nas notícias em que os próprios indígenas eram os protagonistas. No que diz respeito às perspectivas de dominação e poder, consideramos que os discursos e ideais difundidos pelas elites através dos espaços públicos de comunicação, como os periódicos, folhetins e livros, se constituíram como máquina ativa do capitalismo e da exploração, moldando subjetividades, perpetuando interesses e influenciando nas práticas e relações sociais. Com isso em mente, o objetivo central é investigar se os indígenas são genuinamente ouvidos e compreender as nuances dos discursos utilizados, considerando o impacto dessas representações na formação da opinião pública. Deste modo, visa-se ampliar a compreensão sobre como a imprensa nesse período retratava os indígenas e se as narrativas jornalísticas refletiam adequadamente suas perspectivas e experiências.

O trabalho de Thammy Gomes, intitulado *História das modistas imigrantes e da inserção da Alta Costura em Manaus (1880-1920)*, inicialmente desenvolvido no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e agora alçando voos mais altos, tem como objetivo analisar as transformações no imaginário da moda e nas práticas de se vestir da sociedade amazônica, no contexto de ampliação da chamada Belle Époque manauara entre o final do século XIX e início do século XX. Pretende-se apresentar, a partir das páginas dos periódicos manauaras da época, a participação das modistas imigrantes que vieram para Manaus no panorama das transformações que se davam na chamada “Paris dos Trópicos”.

Conforme destacado pela autora Ana Maria Daou no livro *A Belle Époque amazônica*, a cidade de Manaus passou por grandes transformações urbanas, sociais e culturais graças ao ciclo econômico da borracha, que angariou os fundos que viriam a sustentar o projeto urbanístico durante o governo do engenheiro maranhense Eduardo Ribeiro, entre 1892 e 1896. Em 1893, o Código Municipal de Manaus vigorava como uma das ferramentas que norteariam a sociedade manauara rumo à “modernidade”, ou a costumes mais refinados, refletindo os novos valores daquela sociedade opulenta em construção. As fachadas das casas, prédios comerciais, clubes do centro da cidade, bem como o Teatro Amazonas, são monumentos frutos desse período de transformação, quando a cidade foi repaginada e submetida a rigorosos códigos e regulamentos para refletir, em dimensões palpáveis e visíveis, a implantação de um *novo ethos* manauara.

Para cumprir os objetivos gerais e específicos da pesquisa, foi realizado um levantamento documental na plataforma Hemeroteca Digital, anexa ao site da Biblioteca Nacional, localizada no Rio de Janeiro. Dentre os vários tipos de jornais consultados, destacaram-se o periódico *O Imparcial (AM)*, o jornal pertencente à imprensa operária *A Federação: Órgão do*

*Partido Republicano Federal (AM)*, e os dois jornais de circulação diária *Jornal do Commercio (AM)* e *Commercio do Amazonas*. A partir da análise de determinados artigos e colunas de cada um destes jornais - buscando destacar aqueles que mais expressaram uma "opinião genuína" da sociedade manauara a respeito das tendências de moda que vigoravam e caíam em desuso nas ruas da cidade -, foi possível deparar-nos com alguns padrões de narrativa, dos quais destacam-se, em resumo: artigos que informaram sobre as tendências europeias e orientavam as modistas da cidade quanto à tecelagem das roupas, e as colunas de opiniões amenas ou polêmicas que evidenciaram as nuances da vida cultural das elites em Manaus.

Se, por um lado, observamos os altos padrões das elites urbanas sendo manifestados por meio das confluências políticas e dos planos econômicos direcionados às populações da Amazônia, por outro lado, encontramos as ideologias permeando diversos espaços, inclusive no campo médico e legal.

Para compreendermos o grupo, o trabalho *Capítulo tirado de uma notícia de jornal: aspectos de uma elite médica no Amazonas no século XX*, de Stefany Menezes do Vale, apresenta como esse processo deu-se na região.

A Medicina Legal, desde o século XIX, se faz presente nos periódicos brasileiros, seja através de revistas especializadas - tanto do Direito quanto da Medicina -, ou mesmo em jornais de grande circulação, imprimindo em artigos e/ou notícias, as inquietações de seus respectivos períodos. Este é um fato também para o contexto amazonense, uma vez que a Medicina Legal já é mencionada desde as primeiras edições do periódico impresso *Jornal do Commercio*, na primeira década do século XX, com notícias de trabalhos autônomos de médicos-legistas, que utilizavam o espaço do Cemitério São João Batista para a realização das autópsias.

Por meio das notícias do jornal é possível perceber a ampliação da Medicina Legal no Estado, a partir da quarta

década do século XX, com menção de nomeação para o cargo de Médico Legista do Departamento Estadual de Segurança Pública e um Gabinete Médico-Legal, mesmo que este não fosse suficiente para suprir as necessidades do Amazonas. Mas essa ampliação, percebida com a criação de cargos pelo Estado ou mesmo pela construção de um Instituto Médico Legal no final dos anos 1940, é também sintoma da atuação de um médico legista que reúne em sua trajetória diferentes formas de capital, em termos bourdianos. Logo, o foco deste capítulo recai sobre a elite médica que emergiu no estado, evidenciando figuras como Agenor de Magalhães e Antonio Hosannah da Silva Filho, cujas atividades profissionais e cargos destacados refletem seu prestígio na sociedade manauara.

O texto ressalta a importância da Medicina Legal como instrumento de poder e controle social, exemplificado pela reformulação de procedimentos policiais a partir de autópsias conduzidas por profissionais como Hosannah. Ainda se apresentam reflexões sobre a adaptação da Medicina Legal às demandas históricas e a consolidação de uma elite médica, apesar das limitações de investimento público no setor.

Deste modo, o interesse em abordar sobre o estudo das elites na Amazônia é crucial para uma compreensão abrangente das dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam a região.

Ao analisar as elites amazônicas, podemos ter um debate mais crítico e analítico sobre os conflitos de interesses que surgem entre os grupos e seus antagônicos, como os trabalhadores urbanos, as mulheres, as comunidades indígenas e rurais, bem como identificar as estratégias e os desafios relacionados aos direitos trabalhistas, relações de poder, conflitos políticos, projetos ideológicos e direitos sociais.

Ademais, o estudo das elites na Amazônia ajuda a desmistificar visões simplificadas sobre a região, tais como o mito do “vazio demográfico” ou a falaciosa ideia do “inferno

verde”, revelando a complexidade dos grupos, interesses e ações que influenciam a dinâmica regional. Isso contribui para uma reflexão histórica mais abrangente, ao mesmo tempo em que contrapõe tendências nacionais e internacionais que promovem interpretações baseadas exclusivamente no modelo do sul-sudeste, europeizante e norte-americano como padrão interpretativo para o norte do país. Ao examinar as estruturas de poder e as práticas das elites, podemos identificar padrões e tendências que orientam políticas públicas, projetos de poder, desigualdades sociais, concentração de riquezas e colonizações culturais presentes até os dias de hoje.

Desejamos uma excelente leitura a todos e todas, com o ensejo de que os trabalhos apresentados não apenas informem, mas também estimulem novas reflexões sobre poder, institucionalidade e as complexas relações sociais nas quais as elites participam na Amazônia.

*Kivia Mirrana de Souza Pereira*

- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. Edusp, 2007.
- BOURDIEU, P. *Capital simbólico e classes sociais*. Novos estudos CEBRAP, n. 96, 2013.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 12. ed. São Paulo, Cortez, 2007.
- CODATO, A. Metodologias para a identificação de elites: três exemplos clássicos. In: PERISSINOTTO, R.; CODATO, A. *Como estudar elites*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 15-30, 2015.
- CORADINI, O. L. *Em nome de quem?: recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Relume Dumará, 2001.
- COSTA, D. *Quando viver ameaça a ordem urbana: Trabalhadores de Manaus (1890- 1915)*. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.
- DAOU, A. M. *A Cidade, o Teatro e o Paiz das Seringueiras: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2014.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem e Teatro das sombras*. Editora Record, 2003.
- HEINZ, F. M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006.
- HEINZ, F.; (org.). *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- HEINZ, F.; (org.). *Poder, instituições e elites: 7 ensaios de comparação e história*. São Leopoldo: Oikos, 2012.
- PEREIRA, K. M. S. *As elites se divertem: identidades, sociabilidades e associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas. 2021.
- PINHEIRO, M. L. U. *A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925) - 3. ed. - Manaus: FUA, 2015.*

RÉMOND, R. *Por uma História Política*, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

THOMPSON, E. P.; EICHEMBERG, R. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

I  
**TRAJETÓRIAS DE PODER NO AMAZONAS:  
PERSPECTIVAS HISTÓRICAS E SOCIAIS  
DAS ELITES POLÍTICAS**



## **A formação e atuação dos primeiros partidos políticos do Amazonas no início do Período Republicano (1889-1891)**

*Daniel Rodrigues de Lima*

Este artigo se propõe a investigar a formação e atuação dos primeiros partidos políticos no Amazonas durante o início do período Republicano, compreendido entre 1889 a 1891. Entender como se deram os primeiros passos na estruturação dessas agremiações políticas no Estado é de suma importância para compreendermos a dinâmica política da época, especialmente considerando como grupos de elites se organizaram dentro dessas instituições.

Os partidos políticos no Amazonas republicano foram espaços onde as disputas políticas se intensificaram, sendo arenas cruciais para a conquista e exercício do poder. Nesse contexto, buscamos analisar a formação dos primeiros partidos republicanos na região, compreender os grupos de elite que os compunham e discutir as principais teorias sobre partidos políticos.

Para fundamentar nossa pesquisa, utilizamos os jornais da época, que funcionavam como órgãos oficiais desses partidos e eram palcos das acaloradas discussões entre as diferentes agremiações partidárias do Estado.

A utilização desses periódicos como fontes documentais é crucial para a compreensão das disputas políticas no

Amazonas durante a Primeira República. Os jornais refletem as opiniões, interesses e posicionamentos dos agentes políticos da época, bem como das elites e da sociedade em geral. Eles oferecem uma visão contemporânea dos eventos políticos, permitindo-nos examinar como as narrativas políticas eram construídas, disseminadas e recebidas pela população.

No entanto, é importante ressaltar que o uso dos jornais como fontes requer uma análise crítica e contextualizada. Os periódicos podem ser influenciados por viés ideológico, interesses editoriais e sensacionalismo, o que pode afetar a objetividade de suas narrativas. Nesse sentido, é essencial considerar o contexto histórico, social e político em que os jornais foram produzidos e interpretar suas representações com cautela.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: Primeiramente, apresentaremos uma breve discussão sobre a teoria dos partidos políticos. Em seguida, abordaremos os primeiros partidos republicanos no Amazonas, destacando o Partido Democrático e o Nacional. Por fim, apresentaremos nossas Considerações Finais.

## **Uma breve discussão sobre a teoria dos partidos políticos**

No livro *Dicionário Político* de Norberto Bobbio, o conceito de Partido Político é abordado de maneira abrangente e analítica. Bobbio destaca que os partidos políticos são entidades fundamentais para a democracia representativa, desempenhando um papel crucial na mediação entre os cidadãos e o poder estatal.

O autor ressalta que os partidos políticos são organizações que buscam articular interesses e valores, a fim de influenciar o processo político e, eventualmente, ocupar cargos públicos. Essa organização permite que os cidadãos se unam em torno de ideias e propostas que compartilham, proporcionando uma

voz coletiva na esfera política. Além disso, os partidos atuam como mecanismos de agregação de demandas, transformando aspirações individuais em políticas públicas concretas.

O partido compreende formações sociais assaz diversas, desde os grupos unidos por vínculos pessoais e particularistas às organizações complexas de estilo burocrático e impessoal, cuja característica comum é a de se moverem na esfera do poder político. Para tornar mais concreta e específica esta definição é usual sublinhar que as associações que podemos considerar propriamente como partidos surgem quando o sistema político alcançou um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão do trabalho que certamente, por um lado, um processo de tomada de decisões políticas em que participam diversas partes do sistema e, por outro, que, entre essas partes, se incluem, por princípio ou de fato, os representantes presentes a quem as decisões políticas se referem. Daí que, na noção de partido, entre todas as organizações da sociedade civil surgidas no momento em que se reconheça teórica ou praticamente ao povo o direito de participar na gestão do poder político. É com este fim que ele se associa, cria instrumentos de organização e atua.

Norberto Bobbio destaca o conceito amplo e complexo de partidos políticos, demonstrando que eles abrangem uma variedade de formações sociais, desde grupos unidos por laços pessoais até organizações burocráticas. O cerne da definição é a atuação na esfera do poder político, onde os partidos se movem, refletindo a dinâmica das decisões políticas.

Para tornar essa definição mais concreta, Bobbio enfatiza que os partidos políticos surgem quando o sistema político atinge um nível de autonomia estrutural, complexidade interna e divisão do trabalho que permitem um processo

decisório envolvendo várias partes do sistema. Além disso, destaca a importância de incluir representantes daqueles que são afetados pelas decisões políticas. Isso ressalta a função fundamental dos partidos como intermediários entre a sociedade civil e o poder político, fornecendo uma via para a participação das pessoas na gestão do governo.

Sob essa perspectiva, a noção de partido político abrange todas as organizações da sociedade civil que surgem quando é reconhecido o direito do povo de participar no exercício do poder político. Assim, os partidos se associam, desenvolvem instrumentos de organização e atuam com o objetivo de facilitar essa participação democrática.

A citação de Bobbio reforça a ideia de que os partidos políticos são entidades dinâmicas, moldadas pelo contexto político e social em que operam. Eles representam uma forma de conexão entre a população e o governo, desempenhando um papel crucial na construção e manutenção de sistemas democráticos saudáveis. No entanto, a complexidade e os desafios inerentes aos partidos também são evidenciados, especialmente no que diz respeito à busca pelo equilíbrio entre representação, participação e eficácia política.

Bobbio também aborda a pluralidade de partidos como uma característica intrínseca das democracias modernas. Ao competirem por votos e representação, os partidos oferecem escolhas aos eleitores, permitindo que diferentes perspectivas políticas sejam expressas e debatidas. Isso enriquece o processo democrático ao estimular discussões e confrontos de ideias.

Entretanto, Bobbio também observa desafios e dilemas associados aos partidos políticos. Ele destaca o risco de partidização excessiva, onde os interesses partidários podem se sobrepor ao bem comum. Além disso, o autor discute a possibilidade de partidos perderem sua conexão genuína com os cidadãos, tornando-se meros veículos para a busca de poder. Essa desconexão pode levar a um distanciamento

entre a classe política e a sociedade civil, enfraquecendo os fundamentos da democracia.

Em suma, o conceito de Partido Político na obra *Dicionário Político* de Norberto Bobbio destaca a importância dessas organizações como intermediárias entre os cidadãos e o Estado, promovendo a representação, agregação de interesses e o debate político. Ao mesmo tempo, ele chama a atenção para os desafios que os partidos enfrentam para equilibrar suas funções democráticas com a necessidade de evitar a partidarização excessiva e o afastamento dos interesses da sociedade.

Já Berstein (*apud* Rémond, 2003) que aborda a compreensão da história dos partidos políticos na Europa, fazendo uma análise crítica dos principais partidos políticos europeus ao longo do século XIX e XX, destacando suas origens, ideologias, estruturas e trajetórias. Conceitua os partidos políticos como: “Um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, e é em primeiro lugar sobre aqueles que reúne que ele é capaz de nos esclarecer” (Berstein *apud* Rémond, 2003, p. 72).

Primeiramente, a análise da citação de Berstein reforça a importância dos indivíduos que constituem um partido. São os membros do partido que compartilham valores, crenças e objetivos semelhantes, formando a base sobre a qual a ideologia do partido é construída. Através dessa conexão de objetivos, os membros encontram um senso de pertencimento e identificação, o que fortalece a coesão interna do partido.

Além disso, a citação de Berstein destaca a responsabilidade dos partidos políticos em esclarecer questões para seus seguidores e para a sociedade em geral. Os partidos são entidades que buscam representar as visões e interesses de seus membros e, por extensão, dos eleitores que os apoiam. Ao articular suas plataformas políticas e propor soluções para os desafios enfrentados pela sociedade, os partidos fornecem orientação e direção para os cidadãos na tomada de decisões políticas.

No entanto, é importante reconhecer que, embora Serge Berstein destaque a relevância dos indivíduos em um partido, o sucesso de um partido político também é influenciado por fatores externos, como a dinâmica política, econômica e social do país. Além disso, a capacidade de um partido em esclarecer e orientar está sujeita à sua habilidade em articular suas propostas de forma clara e persuasiva, bem como em adaptar sua mensagem às mudanças nas demandas e preocupações da sociedade.

Continuando a análise de Berstein, o autor fala sobre a origem dos partidos políticos modernos, que surgiram a partir das revoluções burguesas do século XVIII e XIX. Ele destaca a importância do Iluminismo e da Revolução Francesa para o surgimento dos partidos políticos, que se tornaram uma forma de representação das diferentes correntes ideológicas da época (Berstein *apud* Rémond, 2003, p. 68).

O autor também faz uma análise crítica das principais ideologias que orientaram os partidos políticos europeus ao longo da história, incluindo o liberalismo, o socialismo, o conservadorismo e o nacionalismo. Ele discute as diferentes formas de organização e atuação dos partidos políticos, bem como suas relações com o Estado e a sociedade.

Uma das principais contribuições do autor é a sua abordagem histórica, que permite entender como os partidos políticos surgiram, como se organizaram e como atuaram ao longo dos séculos XIX e XX. Para isso, Berstein parte das origens dos partidos políticos modernos na França revolucionária e em outros países da Europa Ocidental, mostrando como a luta política passou a ser canalizada através de organizações partidárias que representavam diferentes interesses e ideologias.

O autor também se dedica a analisar as diferentes correntes ideológicas que influenciaram os partidos políticos europeus ao longo do tempo. Dessa forma, ele examina as raízes do liberalismo e do conservadorismo, bem como as

diversas vertentes do socialismo e do comunismo, mostrando como essas ideologias se traduziram em programas políticos concretos e como disputaram o poder em diferentes momentos históricos.

Além disso, o texto também é marcado por uma reflexão crítica sobre a relação entre os partidos políticos e as instituições democráticas. Berstein mostra como, ao longo do século XX, a democracia representativa passou por crises profundas, como a ascensão do fascismo e do comunismo, a desilusão com a política e a emergência de novos movimentos sociais. O autor também destaca as transformações recentes nos sistemas partidários europeus, como a crise dos partidos tradicionais e o surgimento de novos partidos, bem como as implicações dessas mudanças para a governabilidade e a estabilidade democrática na Europa.

No entanto, é inegável que o texto de Berstein é uma referência importante para o estudo da história dos partidos políticos na Europa, oferecendo uma análise crítica e abrangente das diferentes correntes ideológicas e das transformações que afetaram o cenário político europeu ao longo do século XX, cujos temas estão presentes no livro *Por uma história Política* de René Rémond.

Pierre Bourdieu (1984) oferece uma ideia que contrasta em certos aspectos com a ideia de um partido político como uma reunião de indivíduos em torno de um objetivo comum, conforme discutido anteriormente. A abordagem de Bourdieu enfatiza a dinâmica de poder e as estruturas de desigualdade que moldam as relações sociais, incluindo a delegação de poder.

Bourdieu (1984, p. 189) argumenta que as estruturas sociais e as hierarquias de poder moldam a forma como as decisões são tomadas e o poder é delegado em uma sociedade. Ele introduz o conceito de “capital simbólico” para descrever como o prestígio, a reputação e outros recursos intangíveis afetam a distribuição de poder e influência. Isso contrasta com a ideia de um partido político como uma reunião de indivíduos

com um objetivo comum, pois Bourdieu ressalta que nem todos os membros de um grupo têm igualdade de voz ou capacidade de influenciar as decisões.

De acordo com Bourdieu (1984, p. 193), a delegação de poder muitas vezes não é apenas uma questão de compartilhar um objetivo comum, mas sim uma dinâmica complexa moldada por fatores como a posição social, o capital cultural e as relações de poder dentro de um grupo. Em muitos casos, aqueles que têm mais capital simbólico ou acesso a recursos importantes têm maior influência na tomada de decisões, o que pode levar a desigualdades de poder e representação.

Portanto, enquanto a ideia de um partido político como uma reunião de indivíduos em torno de um objetivo comum enfatiza a unidade e a clareza da mensagem, a perspectiva de Bourdieu (1984, p. 204) destaca a complexidade das dinâmicas de poder e a delegação de poder em grupos sociais, sugerindo que nem todos os membros têm igualdade de influência ou participação nas decisões. Isso enfatiza a importância de analisar as estruturas subjacentes de poder e desigualdade ao considerar como as decisões são tomadas e o poder é delegado em contextos políticos e sociais.

A Primeira República no Brasil foi um período marcado pela consolidação do sistema político oligárquico, no qual um pequeno grupo de elites políticas controlava o poder em nível local e nacional. Nesse contexto, os partidos políticos desempenharam um papel fundamental como instrumentos de representação e organização política (Chacon, 1998, p. 67). A obra de Vamireh Chacon oferece uma análise profunda e detalhada dos principais partidos políticos que atuaram na Primeira República, incluindo o Partido Republicano Paulista (PRP), o Partido Republicano Mineiro (PRM), o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e o Partido Republicano Gaúcho (PRG), entre outros.

O autor destaca a importância desses partidos na construção do sistema político oligárquico, mostrando como eles se articulavam em torno de interesses regionais e econômicos, e como disputavam o poder em nível nacional. Chacon (1998) também examina as estratégias e táticas políticas utilizadas pelos partidos para se manterem no poder, incluindo o clientelismo, o coronelismo e o voto de cabresto.

No entanto, o texto também faz uma crítica às limitações do sistema político oligárquico e à falta de participação popular na vida política do país. Chacon (1998) destaca como os partidos políticos se tornaram cada vez mais distantes dos interesses da população em geral, e como a concentração de poder nas mãos de uma elite política restrita levou a uma crise de representatividade e legitimidade, bem como a concentração de poder nas mãos de uma elite restrita, que muitas vezes governa em benefício próprio, em detrimento dos interesses da população em geral.

A obra de Chacon é uma fonte valiosa para entender a história política do Brasil. Ela oferece uma análise detalhada e crítica dos partidos políticos da Primeira República, e mostra como esses partidos moldaram o sistema político brasileiro em sua forma atual. A obra também é importante porque ajuda a entender algumas das raízes dos problemas políticos e sociais que o país ainda enfrenta hoje, como a corrupção, a concentração de poder e a falta de participação popular na vida política.

Diante do exposto, agora apresentamos uma análise da formação dos principais partidos republicanos surgidos no Amazonas da *belle époque*, durante os momentos iniciais da Primeira República.

## **Os primeiros partidos republicanos no Amazonas: o partido democrático e o partido nacional**

O regime dos primeiros partidos republicanos no estado do Amazonas conta com a criação, inicialmente, do Partido Democrático e do Partido Nacional, ocorrendo em um contexto de disputas e busca de hegemonia pela tomada do poder. Esses partidos foram criados durante a implementação do regime republicano e seus membros eram originários dos antigos Partidos Liberal<sup>1</sup>, Partido Conservador e do Club Republicano.

Durante o período provincial amazonense, as relações entre os partidos políticos Liberal e Conservador não podem ser consideradas harmoniosas. Além dos interesses políticos e ideológicos, havia também os interesses particulares dessas elites políticas. Mesmo diante da tentativa do governo imperial de controlar as políticas das províncias por meio da escolha dos presidentes (Neto, 2010, p. 23).

Os interesses comuns da sociedade eram frequentemente negligenciados pelos liberais e conservadores na Assembleia provincial, resultando em uma constante briga pela obtenção da hegemonia política dentro da Assembleia. Isso poderia garantir inúmeras vantagens, como a obtenção de verbas para manterem seus poderes em suas áreas de hegemonia eleitoral (Neto, 2010, p. 34). As articulações em torno da ocupação de cargos nas comissões permanentes da Assembleia Provincial eram uma maneira dos deputados se alinharem com seus pares para garantir a prevalência de seu jogo político. No ano de 1888, por exemplo, a Assembleia contava com 10 deputados do Partido Conservador e 13 do Partido Liberal (Neto, 2010, p. 35).

Nessas comissões, nomes importantes do Partido Liberal se destacaram, ocupando a presidência das principais comissões entre 1888 e 1889, como a de Poderes e da Fazenda.

---

<sup>1</sup> Os integrantes do Partido Liberal passaram a fazer parte do Partido Democrático.

Os principais nomes do Partido Liberal que conseguiram esses postos foram Emílio José Moreira, João Wilkens de Matos e Raymundo da Rocha Felgueiras. É crucial perceber que o jogo político não visava apenas a defesa de interesses individuais, mas sim dos interesses do próprio partido e de seus correligionários de uma forma geral (Neto, 2010, p. 37).

Em meio às relações conflituosas entre liberais e conservadores, Amâncio de Miranda, membro do Partido Conservador, foi alvo das maiores críticas por parte dos liberais e dissidentes conservadores. Tavares Neto (2010) sugere que essas críticas, que incluíam acusações de corrupção, podem ter sido motivadas pela proximidade de Miranda com os republicanos, especialmente Domingos Théóphilo Carvalho Leal. Apesar de os políticos locais não se mostrarem totalmente subordinados ao poder central, articularam-se contra a iniciativa de escolha dos presidentes provinciais vinda do Rio de Janeiro, considerando a República como um regime contrário ao centralismo do império e uma forma de autonomia administrativa e tomada de decisões (Neto, 2010, p. 41).

Após a confirmação do fim do regime monárquico, os membros dos partidos monarquistas (Conservador e Liberal) do Amazonas se inseriram no novo sistema político sem resistência, filiando-se ao Partido Nacional (Conservadores) e Partido Democrático (Liberais) (Neto, 2010, p. 54). Na tomada do poder no Amazonas, os republicanos buscaram liderar com o Club Republicano Amazonense, mas foram os militares que efetivamente controlaram a formação de um governo provisório, como vimos anteriormente.

Comparativamente ao Pará, onde o presidente da província resistiu inicialmente à transição, no Amazonas, Manoel Francisco Machado não promoveu resistência, optando por uma estratégia de sobrevivência política ao novo jogo de poder. Isso ficou evidente quando Machado, tempos depois,

tornou-se senador eleito pelo estado do Amazonas (Neto, 2010, p. 57-58).

O Partido Democrático tinha em seus quadros homens públicos que faziam parte do antigo Partido Liberal. Entre seus fundadores estão nomes como Manoel Francisco Machado, Deodato Gomes da Fonseca, Silvério Nery, Raimundo Antônio Fernandes, Francisco Públio Ribeiro Bittencourt, Ferreira Pena, além do próprio Eduardo Ribeiro que se declarou um dos fundadores do partido (Reis, 1989, p. 249). Esse partido também ficou conhecido como Partido dos Moreiras (Ribeiro, 1897, p. 49), em referência aos seus principais líderes, Guilherme e Emílio Moreira, que outrora foram os grandes líderes dos liberais no período provincial.

A criação do Partido Democrático, no dia 27 de julho de 1890, foi a formação e fundação de um partido republicano no Estado do Amazonas. Essa agremiação reuniu agentes ligados a atividades liberais, como médicos, advogados, jornalistas e professores, que compartilhavam uma visão política comum e buscavam uma maior participação no cenário político da época.

Um aspecto interessante a ser destacado é a diversidade de origens dos membros do partido. Enquanto muitos eram naturais do Amazonas, boa parte de seus partidários tinham origem em outras localidades, principalmente do nordeste do Brasil. No entanto, é notável que muitos desses indivíduos já estavam estabelecidos no Estado e possuíam laços familiares e econômicos na região. Isso mostra como o processo de formação de um partido político pode transcender fronteiras geográficas e envolver agentes de diferentes origens e contextos.<sup>2</sup>

Essa diversidade de origens e laços familiares e econômicos pode ter contribuído para a formação de uma coalizão política sólida, que se uniu em torno de objetivos e interesses comuns. Além disso, a presença de profissionais liberais e intelectuais

---

2 Diário de Manáos. Anno I, nº 253, p. 2.

no partido pode ter trazido uma maior diversidade de ideias e perspectivas para as discussões políticas.

No entanto, é importante destacar que, apesar dessa diversidade, o partido também pode ter enfrentado desafios relacionados à coesão interna e à articulação de uma agenda política comum. A diversidade de origens e interesses dos membros do partido poderia levar a conflitos internos e divergências de opinião sobre questões políticas e estratégias partidárias. Esses homens públicos desempenharam papéis de destaque na política do Amazonas e foram responsáveis por moldar a ideologia e a agenda política do Partido Democrático na região.

O Partido Democrático, ao ter origem no antigo Partido Liberal, herdou uma tradição política voltada para os interesses de um grupo da elite local. Sua base de apoio incluía comerciantes, proprietários de terras, profissionais liberais e outros grupos influentes da sociedade amazonense. Em seus quadros, havia uma combinação de lideranças políticas com experiência na política imperial e novos líderes emergentes no contexto republicano.

No entanto, é importante ressaltar que, como em qualquer partido político, o Partido Democrático também enfrentou desafios internos e divergências de opinião. As lideranças do partido tiveram que lidar com questões de alianças políticas, disputas por poder e divergências ideológicas, buscando sempre equilibrar os interesses de diferentes grupos e setores da sociedade, isso fica evidente na sucessão de Eduardo Ribeiro, que ocasionará a ruptura do partido, como veremos mais adiante.

Por sua vez, o Partido Nacional nasceu do antigo Partido Conservador, de uma dissidência do Partido Democrático, do qual Ferreira Penna havia rompido, e do Partido Federalista<sup>3</sup>,

---

3 Havia sido fundado em 22 de maio de 1890, teve breve atuação, em que seus membros discordaram das candidaturas ao senado e câmara federal. Os líderes desse partido eram Jonathas Pedrosa, Clarindo Queiroz e Agesilão Pereira da Silva. *AMAZONAS*, ANO XVI, n° 2026, Manaus, 26 de julho de 1890. p. 2.

sendo fundado em 21 de setembro de 1890. Ferreira Penna, Jonathas Pedrosa e Agesilão Pereira da Silva (proprietário do jornal *Diário de Manaus*) foram as principais figuras entre os nacionais (Reis, 1989, p. 251).

É interessante notar que o nome Partido Nacional foi adotado como homólogo do partido que existia na Bahia. Essa escolha pode ter sido motivada pela intenção de projetar uma imagem de patriotismo e identificação com valores nacionais, destacando o caráter nacionalista do partido.<sup>4</sup>

A adoção do nome Partido Nacional pode ter sido uma estratégia política para atrair o apoio de setores da sociedade que valorizavam a ideia de unidade e defesa dos interesses nacionais. O uso de termos como “nacional” e “patriotas” pode ter apelado para um sentimento de pertencimento e identidade com o país, buscando estabelecer uma conexão emocional com o eleitorado.

Além disso, a escolha desse nome também pode ter sido uma forma de diferenciar o Partido Nacional de outras agremiações políticas no Amazonas, destacando suas características únicas e sua identidade própria. Como parte de sua estratégia política, o Partido Nacional também pode ter buscado estabelecer alianças e parcerias com outros partidos que compartilham de valores semelhantes, buscando ampliar sua base de apoio e fortalecer sua posição política.

Em última análise, a escolha do nome Partido Nacional pode ter sido uma decisão estratégica para projetar uma imagem de patriotismo e unidade, buscando atrair eleitores e consolidar sua posição como uma força política relevante no Amazonas. Essa abordagem é comum na política, onde os partidos frequentemente utilizam nomes e símbolos que apelam para valores e sentimentos compartilhados pelo eleitorado, na busca por ganhar a confiança e o voto do povo.

---

4 AMAZONAS, ANO XXVI, N° 2073, p. 1.

É importante destacar que essas elites políticas, que fizeram parte tanto do Partido Democrático quanto do Nacional, tiveram sua trajetória de formação a partir de aspectos sociais, políticos e culturais que lhes permitiram distinguir-se como tal. Esses aspectos incluíam o controle sobre recursos naturais e médicos, o acesso à educação e à cultura, e a habilidade de estabelecer alianças políticas com outros grupos de poder.

As relações entre o Partido Democrático e o Partido Nacional foram marcadas por fortes conflitos ao longo do período histórico analisado. Ambos os partidos representavam diferentes interesses e grupos políticos, o que levava a uma competição acirrada pelo poder e influência no estado do Amazonas.

Um exemplo dessa oposição ocorreu durante o governo de Thaumaturgo de Azevedo, que estava ligado ao Partido Nacional. O Partido Democrático, por sua vez, foi uma forte oposição ao seu governo, contestando suas políticas e ações administrativas. Esses conflitos políticos culminaram na deposição de Thaumaturgo de Azevedo do poder em fevereiro de 1892, por questões que envolviam tanto interesses locais quanto nacionais.

Por outro lado, quando Eduardo Ribeiro assumiu o governo do Amazonas, o Partido Nacional também se opôs ao seu governo, sendo acusado por Ribeiro, de tentar depô-lo do cargo entre dezembro de 1892 e fevereiro de 1893. Essa oposição ao governo de Ribeiro também se relacionava a disputas políticas e interesses conflitantes entre os dois partidos.

As acusações mútuas de tentativas de deposição refletem a intensa rivalidade entre o Partido Democrático e o Partido Nacional. Essas disputas políticas não eram apenas uma questão de diferenças ideológicas, mas também de interesses e ambições políticas das lideranças e grupos envolvidos.

Percebemos essas disputas como uma busca por acumulação de capital político e por posicionamento favorável no campo político. As elites políticas dos dois partidos

competiam pelo controle dos recursos e oportunidades políticas, buscando aumentar sua influência e poder dentro do cenário político.

Cabe ressaltar que a dinâmica política da Primeira República no Amazonas foi fortemente influenciada pela atuação dos partidos políticos, que buscavam consolidar seu poder e influência na sociedade. Nesse contexto, os jornais desempenharam um papel crucial como veículos de difusão e legitimação das ideias partidárias.

Os partidos políticos da época, representando diferentes grupos de elites, perceberam nos jornais um meio eficaz de moldar as percepções da sociedade de acordo com suas visões de mundo. O *Jornal do Amazonas*<sup>5</sup>, como órgão oficial do Partido Democrático, e o *Diário de Manaus*<sup>6</sup>, ligado ao Partido Nacional, destacaram-se como os principais propagadores das ideologias dessas agremiações.

Nesse sentido, os jornais não eram meros portadores de informações, mas sim instrumentos ativos na construção e legitimação das posições políticas das elites. Através da seleção de pautas, abordagem editorial e escolha de discursos a serem veiculados, eles contribuíam para a consolidação do capital político das agremiações e a reprodução das hierarquias sociais.

Os jornais partidários não apenas refletiam as visões das elites políticas, mas também desencadeavam um processo

---

5 Fundado por Antonio da Costa Mendes. Começou a circular em 9 de julho 1866, encerrou suas atividades em 1921. Foi órgão do Partido Conservador (1877), órgão do Partido Liberal (1877), Órgão do Partido Republicano Democrático (1892) e órgão do Partido Republicano Federal (1896-1904). Teve como diretores: José Carneiro dos Santos (1873), Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt (1895) e Raimundo Salgado dos Santos (Ver: SANTOS, Francisco Jorge *et al. Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Catálogo de Jornais. 2. ed. rev. Manaus: Edua, 1990. p. 34-35.

6 Circulou no estado do Amazonas de 1890 a 1894. Teve como proprietários Agesilão Pereira da Silva e Regalado Baptista. SANTOS, Francisco Jorge *et al. Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Catálogo de Jornais. 2. ed. rev. Manaus: Edua, 1990. p. 78-79.

de influência mútua entre as agremiações e a sociedade. Os leitores, ao consumirem o conteúdo desses jornais, eram expostos a uma construção particular da realidade política, moldando suas percepções e atitudes.

Assim, os jornais se tornaram espaços de disputa simbólica, onde as elites políticas buscavam impor suas perspectivas e interesses sobre o público. Através de estratégias comunicacionais, esses veículos contribuíam para a formação de uma consciência política alinhada aos valores e propósitos das agremiações partidárias, reforçando as dinâmicas de dominação e poder que caracterizaram a Primeira República no Amazonas.

É importante ressaltar que esses conflitos e rivalidades entre os partidos políticos não são exclusivos do Amazonas ou do período histórico analisado. As lutas políticas e a busca por poder são fenômenos recorrentes em diferentes contextos sociais e históricos, em que na Primeira República terão bastante recorrência.

## **Considerações finais**

Ao longo deste estudo buscamos investigar a formação e atuação dos primeiros partidos políticos no Amazonas durante o período Republicano inicial, entre 1889 e 1891. A análise dessas agremiações políticas revelou não apenas a complexidade do processo de estruturação partidária na região, mas também a importância desses espaços como arenas de disputa política e exercício de poder.

A compreensão da dinâmica política da época foi enriquecida pela análise dos jornais da época, que desempenharam um papel fundamental como fontes primárias e testemunhas das discussões e conflitos entre os diferentes partidos políticos do Estado.

A formação dos primeiros partidos republicanos no Amazonas refletiu não apenas as ideologias e interesses das

elites locais, mas também os desafios e tensões inerentes à transição do regime monárquico para o republicano. O Partido Democrático e o Nacional emergiram como atores-chave nesse cenário político, representando diferentes visões e interesses dentro do novo contexto republicano.

As teorias sobre partidos políticos nos forneceram um arcabouço conceitual valioso para entendermos os mecanismos de formação e funcionamento dessas organizações políticas. A análise dessas teorias à luz do caso específico do Amazonas nos permitiu uma reflexão mais ampla sobre as dinâmicas partidárias em contextos regionais.

Em suma, este estudo contribuiu para uma compreensão mais aprofundada da formação dos primeiros partidos políticos no Amazonas durante o início do período Republicano, destacando a importância dessas organizações para a consolidação do novo regime e para a compreensão da história política da região.

- AMAZONAS. *ANO XVI*, nº 2026, Manaus, 26 de julho de 1890. p. 2.
- AMAZONAS. *ANO XXVI*, nº 2073, p. 1.
- BERSTEIN, S. Os partidos. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BOURDIEU, P. A delegação e o fetichismo político. In: *Coisas Ditas*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.
- BOURDIEU, P. *A distinção crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- CHACON, V. *História dos partidos brasileiros*. 3. ed. ampl. atual. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- HEINZ, F. M. *Por uma outra História das Elites*. FGV Editora, 2006.
- NETO, J. R. T. *A República no Amazonas: disputas políticas e relações de poder*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.
- REIS, A. C. F. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.
- RIBEIRO, E. G. *Considerações em defesa do ex-governador do Amazonas Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a 10 de junho de 1892*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1897.
- SANTOS, F. J. et al. *Cem anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950)*. Catálogo de Jornais. 2. ed. rev. Manaus: Edua, 1990. p. 34-35.

## **Definindo uma elite no interior do poder legislativo provincial do Amazonas a partir de suas atuações internas**

*Fransoar Souza dos Santos*

### **Considerações iniciais**

Passando os olhos nos anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas constatamos o nome dos deputados, suas discussões realizadas, os projetos apresentados. Diante de tais nomes, percebemos alguns que se repetem ao longo da trajetória da instituição. Daí uma pergunta-guia toma a atenção: todos são deputados, foram eleitos enquanto tais, mas é possível constatarmos um grupo que possa ser tido como uma elite no interior desta instituição? O exercício de escrita do presente trabalho visa ir ao encontro desta pergunta-guia.

Flávio M. Heinz (2006, p. 07) pontua que “não há consenso sobre o que se entende por elites”. Ainda assim, comenta o autor, o termo “faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o topo de estruturas de autoridades ou de distribuição de recursos” (p. 07). Ocupar o topo de estruturas de autoridades é um dos recortes para delimitar a posição de elite; ser integrante de uma instituição que lida com as questões amplas do meio social. Porém, ainda que tal recorte seja válido para definirmos em primeiro instante uma elite, ele não se basta. Não é tão somente a partir de sua posição

naquele instante que leva um sujeito a ser qualificado como pertencente a uma elite.

[...] o fato de critérios posicionais facilitarem o estabelecimento pelo pesquisador de um grupo-alvo seguro, nada seria mais enganoso que supor uma passagem natural de uma lista “institucional” à efetiva delimitação de um grupo-alvo. Em geral, há um intenso refinamento do grupo-alvo a ser realizado (Heinz, 2024, p. 08).

Se há um intenso trabalho de refinamento do grupo-alvo a ser realizado, portanto, refinamento do que consideramos por uma elite existente no interior da instituição, é porque ainda que pertencentes a um mesmo grupo, ou no nosso caso, ainda que pertencentes a uma mesma instituição, os seus membros acabam por experimentarem trajetórias desiguais. E é justamente ao constatar o modo como tais trajetórias se deram no interior da instituição, é uma das formas pelas quais podemos captar a sua elite, uma das formas de refinar o grupo.

Para realizar este exercício fizemos o uso do Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas enquanto fonte histórica basilar de condução da investigação. Por meio da leitura desta documentação constatamos o nome dos deputados eleitos para cada biênio, de 1852-53 a 1888-89. Com essa lista nominal dos deputados eleitos foi possível perceber aqueles que se elegeram para uma única legislatura e aqueles que conseguiram a reeleição. O que nos permite dizer que aqueles que ocuparam as cadeiras da instituição por um período de tempo significativo podem ser considerados pertencentes a uma elite existente no interior do poder legislativo provincial do Amazonas. Para além da variável legislatura, outro dado que a lista nominal dos membros da instituição permitiu foi captar aqueles que ocuparam cargos-chave no interior da

instituição, sendo presidente ou vice-presidente da mesma em algum momento de suas trajetórias. Dado que, alinhado com o exercício das legislaturas, ajuda no exercício analítico de captar a existência de uma elite no interior do poder legislativo provincial do Amazonas.

Para fins operativos, a tessitura do trabalho segue os seguintes tópicos: 1. A constituição da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas: pretendemos neste tópico apresentar os aspectos gerais da criação da província do Amazonas; 2. Uma elite no interior do poder legislativo provincial do Amazonas: onde apresentaremos as variáveis ligadas às legislaturas e representantes de cargos-chave no interior da instituição, para através deles tentar captar uma elite no interior da instituição.

Tal exercício irá nos permitir ir ao encontro da pergunta-guia presente logo no início da escrita: “todos são deputados, foram eleitos enquanto tais, mas é possível constatarmos um grupo que possa ser tido como uma elite no interior desta instituição?”. Se não conseguirmos responder a contento, que fique ao menos o convite para outros exercícios analíticos posteriores.

## **A Constituição da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas**

Os Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas de 1852 nos contam que na sessão do dia 05 de outubro de 1852, presidência do deputado Provincial Joaquim Gonçalves de Azevedo:

Procedeu-se á eleição da Comissão de Fazenda Provincial, por escrutínio secreto são eleitos os Srs. Deputados Michilles, Clementino e Torquato [...] Por escrutínio secreto é eleita a Comissão de Commercio, Agricultura e Artes, a qual é composta dos Srs. Deputados Rodrigues do Carmos, Pinheiro e Fleury. A Comissão de

propostas de Camaras é novamente composta dos Srs. Deputados Coelho Junior, em substituição do Sr. Deputado Ribeiro e Paula Ribeiro, substituindo ao Sr. Deputado Silva, que não comparecia, isto pelo competente escrutínio. E pela mesma forma elege-se a Comissão de Estatística, Cathecheque e Civilização, que fica composta dos Srs. Deputaods, Pinheiro, Vasconcellos e Miranda Leão. E mais a de Instrucção Publica, Rodrigues do Carmo e Clementino. A de Obras Publicas composta dos srs. Deputados Pinheiro, Miranda Leão e Rodrigues do Carmo. E ultimamente a Comissão dos Negocios Ecclesiasticos que fica composta dos srs. Deputados Fleury, Torquato e Paula Ribeiro.<sup>7</sup>

Tais comissões eram os espaços, no interior da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, responsáveis por pensarem nos problemas relacionados à região e a propor soluções. Comissão de Fazenda Provincial; Comissão de Comércio, Agricultura e Artes; Comissão de Propostas de Câmaras; Comissão de Estatística, Catequese e Civilização; Comissão de Instrução Pública; Comissão de Obras Públicas e Comissão dos Negócios Eclesiásticos.

Podemos pensar que cada uma dessas comissões diz respeito a um aspecto da vida social da recém instalada província. Eram os senhores deputados, eleitos para estarem à frente delas, os responsáveis por avaliar, apresentar seus pareceres para as questões que apareciam para eles em suas devidas comissões. É o que acontece na sessão do dia 16 de outubro de 1852, quando o “Thesoureiro da Administração de Fazenda Provincial manda um requerimento à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas pedindo que sejam

---

<sup>7</sup> Sessão do dia 05 de outubro de 1852 da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, Biênio 1852-1853, p. 03. Arquivo Público do Estado do Amazonas, p. 13.

aumentados seus vencimentos”<sup>8</sup>. Tal requerimento foi submetido à Comissão de Fazenda. Era ela a responsável por avaliar o pedido e dar o seu devido parecer sobre essa questão que dizia respeito à vida social da Província. Esta vida social passaria a ter, a partir da lei nº 582, de 05 de setembro de 1850, um espaço por excelência para seu debate: a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas.

As Assembleias Legislativas Provinciais foram criadas “a partir das reformas liberais da década de 1830, em especial a promulgação do Ato Adicional em 1834” (Dolhnikoff, 2003, p. 117), outorgando autonomia para as províncias do império, até então reféns de um arranjo político-institucional centralizado definido pela Constituição de 1824. Após a abdicação de D. Pedro I (1831), a lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, conhecida como Ato Adicional, alterou a Constituição de 1824, substituindo, em seu Art. 1, os Conselhos Gerais<sup>9</sup>; cita o Art. 1:

O direito reconhecido e garantido pelo Art. 71 da Constituição será exercitado pelas Camaras dos Districtos e pelas Assembléas, que, substituindo os Conselhos Geraes, se estabelecerão em todas as Provincias com o titulo de Assembléas Legislativas Provinciaes<sup>10</sup>.

Com tal aparato institucional, as províncias acabaram ganhando certa autonomia político-administrativa, em detrimento do centralismo excessivo da Corte. A partir de então, as Assembleias Legislativas Provinciais passaram a gozar, por

---

8 Sessão do dia 16 de outubro de 1852 da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, Biênio 1852-1853, p. 29.

9 Sobre os Conselhos Gerais ler MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *TOPOI*, v. 7, n. 12, jan./jun. 2006. p. 178-221.

10 *Lei n.º 16 de 12 de agosto de 1834*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm). Acesso em: 01 abr. 2024.

meio deste arranjo institucional, de tantas prerrogativas possíveis, ganhando “autonomia de decisão em relação a itens estratégicos como tributação, empregos força policial, obras públicas, instrução pública” (Dolhnikoff, 2003, p. 117), donde surgem disputas regionais em busca do poder político nestas províncias. É do seio de tal período histórico que explodem grandes revoluções sociais, como a Cabanagem no Pará (1835-1840)<sup>11</sup>.

Todos estes eventos serão duramente reprimidos pelo projeto político burguês, de modo que, de “1837 a 1849 percorre a política brasileira a mais caracterizada trajetória reacionária de sua história” (Prado Júnior, 2012, p. 86). Do caldeamento deste movimento surgem medidas como a Lei n. 105, de 12 de maio 1840, também conhecida como Lei de Interpretação do Ato Adicional. O artigo 1º da Lei de Interpretação (1840) definiu que a competência das Assembleias Provinciais se resumiria à polícia e à economia municipal, o que não incluía a polícia judiciária. As assembleias provinciais perdiam a prerrogativa de administrar a polícia<sup>12</sup>. Ao fim e ao cabo, essa lei interpretativa acabava por representar, em certa medida,

---

11 Sobre a Cabanagem ler SAMPAIO, P. Crônicas de gente pouco importante IV: Bernardo de Sena – negro, cabano e “prefeito”. Site *Amazônia Real*, 2015, p. 01. Neste texto, Patrícia Sampaio considera a Cabanagem como uma “rebelião popular multifacetada, de grandes proporções e ainda muito subestimada, ocorrida na Amazônia do século XIX”. Ler também PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política do Brasil*: e outros estudos. São Paulo: Companhia das Letras. 2012. Nesta obra, Caio Prado Júnior descreve as outras revoltas: a Balaiada no Maranhão (1838-1841), a Sabinada na Bahia (1837-1838), a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul (1835-1845). Sobre a Cabanagem considera-a como “[...] um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. [...] o único em que as camadas populares mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade [...] a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder”.

12 *Lei n.º 105, de 12 de maio de 1840*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM105.htm). Acesso em: 01 abr. 2024.

uma regressão da autonomia provincial. O contrário pensa a historiadora Miriam Dolhnikoff (2003, p. 118), pois segundo ela, “questões fundamentais para o exercício da autonomia, como a capacidade de extração de riqueza através da tributação, a capacidade legislativa referente a determinados temas e a capacidade coercitiva, não foram alteradas”.

Em resumo, estamos diante uma “inovação introduzida pelo Ato Adicional de dividir a competência sobre diversas matérias entre região e centro” (Dolhnikoff, 2003, p. 118), inovação que para Rodrigo da Silva Goularte (2007)<sup>13</sup> foi o marco da organização de uma vida política em cada província, em virtude de nesse momento as províncias terem maior autonomia, podendo criar leis de seus interesses.

No Amazonas Imperial, a memória institucional do Poder Legislativo inicia-se, de fato, vinte e oito anos depois da Constituição outorgada em 1824, que reorganizou o Estado nacional independente, transformando antigas capitanias em província<sup>14</sup>. Até 1852, data de sua instalação como Província, o Amazonas era tão somente uma Comarca subordinada ao Pará.

Significativos debates foram travados até que a Comarca do Rio Negro ganhasse sua autonomia na esfera

---

13 Ler GOULARTE, R. S. *Assembleias Provinciais e a Cidadania no Brasil: o caso do Espírito Santo. XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, 2007. Em tal trabalho Rodrigo também reflete sobre a importância de tal instituição, direcionando para a Província do Espírito Santo.

14 Mas antes desta data Antônio Loureiro pontua que no ano de 1832, “os amazonenses, descontentes com a sua situação de inferioridade [...] criaram unilateralmente a Província do Rio Negro, sofrendo, logo a seguir, a intervenção de forças militares mandadas de Belém [...] encerrando a curta duração do evento” (Loureiro, 2007, p. 16-18). Além disso, importa pensar a presença deste poder a partir de um processo longo, onde 1852 é apenas o ponto de todo uma trama que vinha se desenrolando. Sobre isso, ver GREGÓRIO, V. M. *Dividindo as Províncias do Império: A emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.

político-administrativa e, portanto, instale sua Assembleia Legislativa, efeitos que Antônio Loureiro (2007, p. 19) atribui às “pressões internacionais interessadas no aumento da produção da borracha” e no interesse por parte do Estado Imperial em “reafirmar a sua soberania sobre tão vastos territórios”. Importante lembrar que o fato de não possuir uma Assembleia Legislativa Provincial até então, não nos dar o respaldo para pensarmos que esta região era um vazio de poder, pois se não estaríamos direcionando nossa percepção para aquilo já criticado por Lima (1978), de atribuirmos poder político à única e exclusivamente aos setores ligados à economia rural.

Em 1849, possuindo 18 artigos, o Projeto de Criação da Província do Amazonas é submetido à apreciação imperial, e no ano seguinte, 05 de setembro de 1850, através da Lei n.º 582, o Imperador D. Pedro II a instituiu, mas com instalação apenas em 1º de janeiro de 1852, tendo como capital a cidade de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Rio Negro. Dizia o oitavo artigo que “o Amazonas deveria possuir uma assembleia provincial composta por vinte deputados, e deveria eleger dois deputados e um senador para representa-lo no parlamento” (Gregório, 2012, p. 247), disso resultou um enorme debate sobre a representatividade das províncias no Parlamento, que envolvia principalmente a bancada paraense, acabando por diminuir o número de deputados da Província do Amazonas. A “nova unidade daria um senador e um deputado à Assembleia-Geral, e a sua *Assembléia Legislativa teria vinte membros*” (Loureiro, 2007, p. 25).

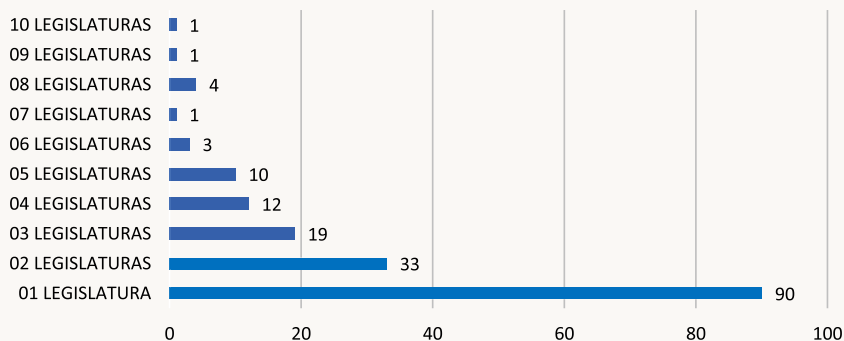
## **Uma elite no interior do Poder Legislativo Provincial do Amazonas**

Com a instituição da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, era preciso escolher aqueles que iriam se tornar membros da mesma, tendo um processo eleitoral para tanto.

Era a partir deste processo que seriam selecionados aqueles que ocupariam o cargo de deputado provincial por dois anos, responsáveis por gerirem as questões relacionadas à província.

Lendo os Anais do poder legislativo provincial constatamos um total de cento e setenta e quatro (174) membros da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas. Foram eles os responsáveis por, reunidos em assembleia, apresentarem, debaterem, suprimirem e buscarem possibilidades de solução para as problemáticas relacionadas à província. Destes eleitos à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, assim foi a presença dos mesmos ao longo da atuação desta instituição no Amazonas Provincial.

**Gráfico 1** – Legislaturas dos membros da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas (1852-1889)



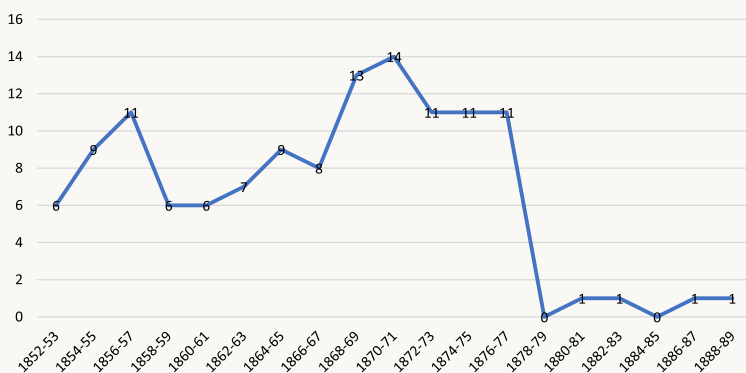
**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas

Foi uma instituição em que seus membros ocuparam mandato por no máximo dez (10) legislaturas. Dado ao fato que as legislaturas duravam dois (02) anos, eram de biênio, isso significa que houve membros que exerceram o mandato de deputado da Assembleia Provincial por dois (02) a vinte (20) anos.

Essas legislaturas são apresentadas, conforme se observa, com o número de deputados que a exerceram. De modo que, dos 174 membros eleitos para ocuparem as cadeiras da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, noventa (90) se elegeram uma única vez; trinta e três (33) se elegeram por duas (02) vezes; dezenove (19) por três vezes (03); doze (12) por quatro (04) vezes; dez (10) por cinco (vezes (05); três (03) ocuparam os quadros da casa por seis (06) vezes; um (01) foi membro da instituição por sete (07) vezes; quatro (04) por oito (08) vezes; um (01) por nove (09) vezes e um (01) por dez (10) vezes.

Pensando nessas legislaturas, a quantidade de deputados que conseguiram se eleger por cinco ou mais legislaturas se mostra com aspecto interessante. Vinte (20) dos 174 eleitos conseguiram tal feito. Conseguiram se manter atuantes nesta casa por 10 anos ou mais tempo, demonstrando a partir deste aspecto que os mesmos são um grupo que se destaca em comparação com os demais. O gráfico a seguir serve para acompanharmos como se deu a trajetória dos mesmos ao longo da sua atuação no interior do poder legislativo provincial.

**Gráfico 2** – Trajetória dos 20 deputados que mais legislaturas tiveram no interior do poder legislativo provincial do Amazonas (1852-1889)



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas

A trajetória deste grupo ainda remonta aos anos 1850, período de instalação da assembleia. Ao menos seis (06) dos seus integrantes já se fazem presente na primeira legislatura (1852-53), número que vai aumentando no decorrer dos anos, a ponto de a legislatura de 1870-71 reunir em seus quadros quatorze (14) dos seus integrantes. Uma legislatura que reuniu uma grande carga de experiência em seus quadros. A legislatura de 1876-77 foi a última legislatura em que marca a larga presença deste grupo nos quadros da instituição. De modo que, os anos de 1876-77 marca o fim de um grupo geracional que atuou nesta casa desde os anos 1852. Grupo que, considerando o aspecto ligado às legislaturas, foi o que mais ocuparam os quadros da instituição. E como foi a atuação deste grupo em relação aos cargos de comando existentes no interior da instituição?

Cargos de comando são aqueles cargos que ajudam na dinâmica da instituição, sendo a partir deles que os trabalhos a serem desempenhados pela organização vão se estruturando, ganhando forma. Enfim, vai se arquitetando. No interior do poder legislativo provincial do Amazonas não é diferente. De modo que, um dos aspectos essenciais de condução dos trabalhos da assembleia era a formação de sua mesa, formada por Presidente, Vice-presidente e secretários da assembleia.

Era o presidente que comandava os trabalhos da casa, na falta dele, assumia o vice-presidente. Era ele que devia organizar os trabalhos do dia, controlar o tempo de quem falava, intervir em discussões que podiam levar a lutas corporais, etc. Conduzindo assim a dinâmica da instituição, as suas atividades.

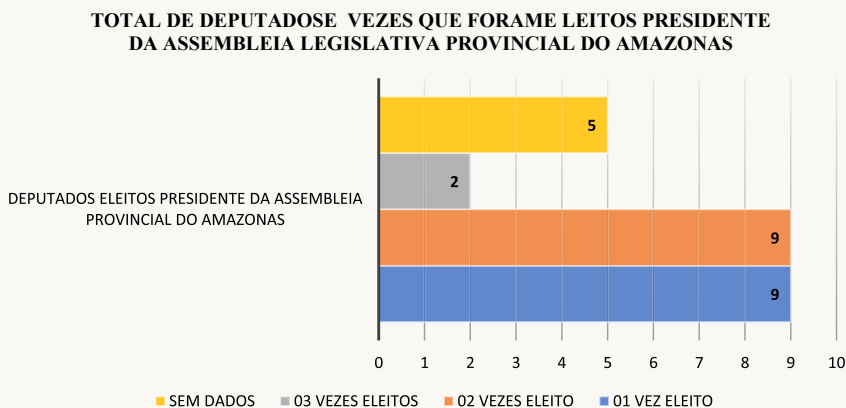
Para ser reconhecido enquanto tal, era necessário passar pelo crivo do voto dos seus pares, de modo que estar ocupando tais cargos podia simbolizar uma espécie de “escolhido dos escolhidos”. Ou seja, sendo escolhidos pela primeira vez, quando do processo eleitoral para se tornar membro da instituição, estes passavam por uma votação interna para integrar a mesa

diretora da instituição, dentre os integrantes desta mesa figura o presidente e vice-presidente.

De modo que os escolhidos iriam escolher os escolhidos para ocupar os respectivos cargos. E essa escolha poderia recair em indivíduos de destaque no meio interno da instituição ou externo às outras perspectivas do mundo social.

Negreiros (2020, p. 184) nos conta que a escolha dos representantes para tais cargos internos se dava na Sessão Preparatória. Eles integram a mesa diretora da instituição. Buscando fazer o exercício para captar os deputados eleitos presidentes, fizemos a leitura dos Anais da assembleia, focando justamente na Sessão Preparatória, que era onde ocorria a eleição. Os dados levantados estão sintetizados no gráfico a seguir:

**Gráfico 3** – Presidência da Assembleia



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas

Considerando os dados da tabela acima, temos a dimensão da quantidade de deputados que foram eleitos presidente da assembleia. Por motivos metodológicos, não conseguimos fazer a leitura de cinco (05) das eleições para presidente, mas, no

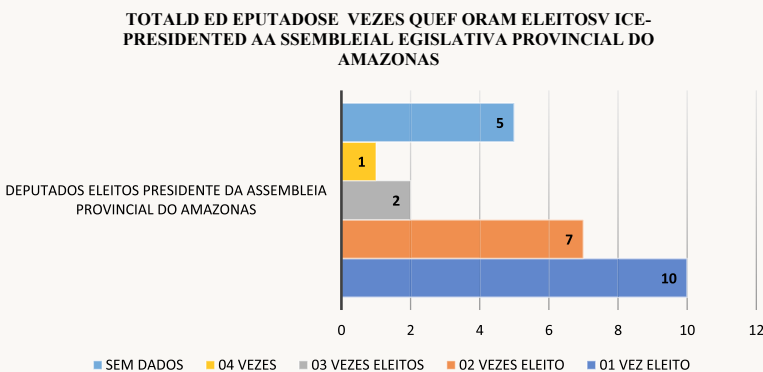
geral foram, foram vinte (20) os deputados que ocuparam o cargo de presidente da instituição, sendo nove (09) destes por uma (01) única vez, outros nove (09) foram eleitos duas (02) vezes para presidir as sessões e dois (02) foram eleitos por três (03) vez para ocuparem um dos cargos mais importantes no interior da assembleia provincial.

Terem ocupado tal cargo pode ser lido como um demonstrativo da força política que os mesmos usufruíam no interior da instituição, e sendo eleitos outras vezes só reforça essa perspectiva.

Na falta do presidente em algum momento ao longo das sessões, este deveria ser substituído pelo vice-presidente, que também passava pelo crivo do voto, em uma eleição à parte da de presidente.

Para captar os eleitos vice-presidente fizemos o mesmo exercício analítico para os presidentes, focamos na sessão preparatória, que era o momento em que ocorriam as eleições, de modo que os dados levantados e organizados podem ser sintetizados no gráfico a seguir:

**Gráfico 4 – Vice-presidência da Assembleia**



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas

Tal como os dados referentes aos eleitos presidente, por motivos metodológicos não conseguimos captar cinco (05) eleições para vice-presidente da instituição. Ainda assim, pelo gráfico acima constatamos um total de vinte (20) deputados eleitos para ocupar a vice-presidência da assembleia. Na falta dos presidentes em alguma das sessões no decorrer do ano, a estes cabia o papel de comandar a dinâmica da mesma.

Pelo gráfico constatamos que dez (10) deputados foram eleitos uma única vez para serem vice-presidente da instituição, outros sete (07) foram eleitos por duas (02) vezes, dois (02) foram eleitos três (03) vezes e um (01) foi eleito por quatro (04) vezes. Passando pelo crivo do voto, seriam estes os escolhidos dos escolhidos para ocuparem um cargo importante para os trâmites internos da instituição.

Tanto os presidentes quanto os vice-presidente passavam por este crivo, o voto. Eles tinham que ser escolhidos por seus pares para exercerem tais funções internas. O que pode ser lido como um revelador da confiança depositada pelos seus pares nos mesmos, refletindo que os mesmos podiam possuir certa reputação entre os demais. Afinal, com este processo de escolha eles se tornavam os escolhidos dos escolhidos.

Alinhando a variável número de legislaturas, mais o cargo de presidente ou vice-presidente ocupado, notamos que ao menos onze (11) daquele Grupo dos 20 exerceram em algum momento de suas trajetórias no interior do poder legislativo provincial o cargo de presidente ou vice-presidente. Posto de comando importante da instituição, sendo isso aspectos interessantes que refletem o nível de destaque destes perante os demais.

A tabela a seguir serve para nos familiarizar com tais nomes. Eles podem ser tidos como integrantes de uma elite existente no interior do poder legislativo provincial do Amazonas, já que exerceram o mandato de deputado provincial por 10 ou 20 anos e ocuparam o cargo de presidente ou vice-presidente da instituição em algum momento de suas carreiras.

**Tabela 1** – Deputados eleitos por 05 ou mais legislaturas e que ocuparam o cargo de presidente ou vice-presidente da assembleia

Nº	NOMES	LEGISLATURAS	PRESIDENTE	VICE
	Clementino José Pereira Guimarães	10	03	04
1.	Jose Coelho de Miranda Leão	08	-	02
2.	Romualdo Gonçalves de Azevedo	05	02	02
3.	Francisco Antônio Monteiro Tapajós	08	01	01
4.	Agostinho Rodrigues de Souza	05	01	01
5.	Torquato Antônio de Souza	08	02	03
6.	Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães	08	02	02
7.	Gustavo Adolpho Ramos Ferreira	07	03	-
8.	Joao da Cunha Corrêa	06	01	-
9.	Daniel Pedro Marques de Oliveira	09	-	02
10.	Joao José de Freitas Guimarães	06	02	03

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2024) a partir dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1852-1889. Arquivo Público do Estado do Amazonas

Nomes que podem soar familiares para muitas pesquisas que tratem sobre o Amazonas Provincial, afinal, enquanto sujeitos sociais, os mesmos atuam nos mais variados setores sociais. Sua atuação no mundo da política legislativa provincial é o que a presente pesquisa no momento está a pontuar.

E adotando as variáveis ligadas ao tempo de legislatura, mais os cargos-chave ocupados na instituição, como presidente

ou vice-presidente da assembleia, os mesmos podem ser tidos como integrantes de uma elite no interior do poder legislativo provincial do Amazonas.

## Considerações finais

Uma pergunta-guia fez girar o esforço de escrita da presente pesquisa: “todos são deputados, foram eleitos enquanto tais, mas é possível constatarmos um grupo que possa ser tido como uma elite no interior desta instituição?”. A pergunta visava pensar sobre a existência de um grupo de destaque no interior do próprio grupo, uma elite no interior da elite.

É uma pergunta necessária, afinal, somente o critério posicional, como no caso aqui, *ser deputado provincial*, não é suficiente para definirmos o sujeito como pertencente a uma elite. Como pontua Flávio M. Heinz (2024, p. 08) “nada seria mais enganoso que supor uma passagem natural de uma lista ‘institucional’ à efetiva delimitação de um grupo-alvo. Em geral, há um intenso refinamento do grupo-alvo a ser realizado”. E foi justamente o refinamento deste grupo que a pergunta-guia, e a pesquisa estruturada optou em captar, tendo como fonte para tal empreitada os Anais da assembleia legislativa provincial do Amazonas, os quais foram lidos e analisados a partir da perspectiva de captar as legislaturas dos membros da instituição e as vezes que foram eleitos presidente e vice-presidente.

Tais variáveis nos ajudaram a captar uma elite no interior do poder legislativo provincial do Amazonas. Tudo bem que temos cerca de 174 sujeitos que ocuparam o posto de deputado provincial, mas destes, apenas onze (11) se destacam quando selecionamos as variáveis e a aplicamos no grupo dos deputados provinciais. Demonstra que os mesmos tiveram um destaque a mais se comparado com os demais sujeitos que por esta instituição passaram ao longo do tempo de sua existência.

- BRASIL. *Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm). Acesso em: 01 abr. 2024.
- BRASIL. *Lei n. 105 de 12 de maio de 1840*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM105.htm). Acesso em: 01 abr. 2024.
- DOLHNIKOFF, M. O Lugar das Elites Regionais. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, jun./ago. 2003.
- GOULARTE, R. S. Assembleias Provinciais e a Cidadania no Brasil: o caso do Espírito Santo. *XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, 2007.
- GREGÓRIO, V. M. *Dividindo as Províncias do Império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012.
- HEINZ, F. M. Como se escolhem os escolhidos? nota metodológica sobre a definição do grupo-alvo em prosopografia. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 81, e20240110, 2024.
- HEINZ, F. M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- LIMA, R. M. J. *A Província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado (1856 – 1889)*. Dissertação (Mestrado) – Niterói: mimeografado, 1978.
- LOUREIRO, A. J. S. *O Amazonas na Época Imperial*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007.
- MARTINS, M. F. V. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *TOPOI*, v. 7, n. 12, jan./jun. 2006, p. 178-221.
- NEGREIROS, J. M. O Potencial de Pesquisa Histórica dos Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas: projetos de lei e os Deputados Provinciais (1852-1889). *Manduarisawa*. UFAM, v. 4, ano 4, p. 184, 2020.
- PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política do Brasil: e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SAMPAIO, P. Crônicas de gente pouco importante IV: Bernardo de Sena – negro, cabano e “prefeito”. *Amazônia Real*, 2015.

## **As reconversões de capitais das elites comerciais em Manaus: a integração entre recreação, comércio e trabalho em política (1903-1920)<sup>15</sup>**

*Kivia Mirrana de Souza Pereira*

O autor Odaci Coradini (2001, p. 07), no estudo *Em nome de quem?*, nos encaminha uma pergunta norteadora: “que qualidades ou recursos sociais têm chances de ser utilizados para tanto e para que concepções de sociedade e de política apontam?”.

A questão levantada aponta para a utilização de recursos sociais pelas elites como meio de legitimar seus capitais e agentes, visando assegurar seus interesses e atrair novos membros, eleitores ou aliados. Esses recursos abrangem habilidades profissionais, ocupação de cargos públicos, preceitos morais e delimitações territoriais, além da mobilização de outras esferas, como sindicatos, associações religiosas, entidades políticas ou beneficentes, redes de contatos pessoais, relações de vizinhança ou identidades compartilhadas.

Nesse contexto, a afiliação a um clube já era considerada um distintivo social na época, uma vez que representava um

---

<sup>15</sup> Esse artigo é parte de minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas e financiada pela CAPES (2018-2020). O trabalho é intitulado *As elites se divertem: identidades, sociabilidades e associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920)*. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9528>

espaço autônomo das elites, imbuído de seus próprios valores e significados. É relevante ressaltar que o pensamento social da época atribuía valor à participação nesse ambiente recreativo pelos benefícios que poderiam ser obtidos através dela.

Os clubes existem como demonstração eloquente de pensamento social de uma coletividade, examinada em seu todo através da visão ampla dos agrupamentos que a compõem. No conjunto, todos atestam o grau de progresso social da cidade, mas há sempre um que se destaca sobranceiro aos demais, tornando-se o alvo de todos quantos lhe buscam ambiente. Em qualquer cidade, o fenômeno é observado com frequência e o fato vem positivar que em tudo na vida há sempre um senso de ajustamento maior entre o homem e o meio que o acolhe (Ituassú, 1958, grifo nosso).

Se o prestígio do clube partia de uma relação interna e externa, na qual as programações e acolhimentos eram importantes para manutenção da referência coletiva, o ajustamento do homem e de seus outros agrupamentos sociais, políticos e econômicos, são esforços necessários para a sociabilização política existentes em diversos ambientes.

É importante ter em mente que as elites não aparecem espontaneamente no universo político, mas são produzidas pelo processo de socialização política dentro do sistema. Esses esforços de socialização política são amplamente caracterizados pelo crescimento de instituições políticas manifestas e especializadas que desempenham funções de orientação política que provavelmente afetam o ambiente e as atitudes da elite política (Fernández, 1970 *apud* Perissinotto, 2003, p. 10).

Partindo desse ponto de vista, os valores considerados como qualidades pessoais e que se manifestavam nos perfis de lideranças, sócios ou diretores eram também utilizados como forma de recrutamento, reconversão e legitimação das práticas e das políticas das elites dentro das agremiações e de outros segmentos. No entanto, essa reconversão não se manifestava de forma unicamente material; ao contrário, era validada por perspectivas e valores simbólicos.

Podemos verificar que para a cidade de Manaus a criação de novos clubes e associações recreativas tiveram como alvo o mesmo objetivo: a manutenção de valores simbólicos nas relações interpessoais forjadas em espaços além do âmbito estatal. Uma investigação nos periódicos locais<sup>16</sup> revela a existência de pelo menos 200 clubes, associações ou sociedades recreativas com propostas diversas, incluindo clubes carnavalescos, esportivos, sociedades étnicas, clubes de mulheres e de trabalhadores. No entanto, a maioria das atividades era direcionada para o entretenimento das elites locais.

Fundado em 1903, o Ideal Clube era um espaço frequentado principalmente por figuras políticas, jurídicas e comerciais proeminentes da cidade, incluindo médicos, intelectuais e proprietários de terras, que buscavam consolidar seus capitais sociais para legitimar suas posições econômicas, políticas e comerciais. Nos salões do clube, as relações internas e externas não apenas se fortaleciam, mas também se solidificavam, contribuindo para a definição dos rumos tanto do clube quanto da própria cidade. No entanto, esses propósitos, apesar de evidentes em suas características distintivas e relacionais, também influenciavam outros aspectos e peculiaridades daqueles que dirigiam tanto o clube quanto a urbe em questão.

---

<sup>16</sup> Estrela do Amazonas, “Amasonas”, Comércio do Amazonas, Correio do Norte, *Diário Oficial*, A Federação, Imparcial, Jornal do Comércio e Quo Vadis.

Nas páginas da revista do Ideal Clube (1904), foi possível constatar que a disseminação de valores como perseverança e trabalho constituía um atrativo para a associação. Na redação dos artigos, as normatividades da agremiação, em vez de se limitarem ao seu corpo de sócios, refletiam as crenças compartilhadas pela sociedade e suas elites, servindo como expressão de suas distinções em relação às demais. Essa distinção visava destacar os princípios morais tanto daqueles que os formulavam quanto dos grupos que os praticavam, além dos interessados em sua implementação.

O artigo intitulado *Perseverança e trabalho* evidencia que os *jovens idealinos* eram vistos como “a esperança da pátria”, por defenderem a perseverança e o trabalho como pilares e modelos para as associações.

**PERSEVERANÇA E TRABALHO:** São estes dois esteios fortísimos em que devemos nos firmar; acentuadamente nesta boa terra, onde as sociedades têm tido fins bem funestos, morrendo quase todas ao nascer, os elementos com que epigrafamos estas linhas serão muitíssimo essenciais.<sup>17</sup>

A alegação de que o trabalho se apresentava como uma falsa justificativa capitalista para explicar as desigualdades e diferenças foi uma interpretação crítica. O labor era, portanto, considerado essencial para o enriquecimento da esfera burguesa ou, no pior dos casos, como um estímulo para impulsionar a dinâmica de produtividade, permanência e estabilidade do mundo onde as relações, trocas e/ou explorações eram resultados essenciais da força produtiva do trabalho, representada e materializada na vida humana (Aravanis, 2005, p. 11-15).

---

<sup>17</sup> *Jornal Ideal Clube*. Manaus, 24 de setembro de 1904.

Partindo dessa compreensão distorcida e exploratória do trabalho, além da execução das tarefas laborais, o indivíduo se via compelido a progredir continuamente em termos de caráter e espírito em defesa das causas das elites dentro do clube:

Para em nosso espírito o que nos serve de epígrafe a estas linhas, embora atrofiadas pela esterilidade, da carteira que ocupamos no comércio, e pela insociabilidade que também sentimos; esta dúvida que às vezes nos parece entibiar a boa vontade com que sempre trabalhamos, embora com sacrifícios das boas causas, dessas em que se traduzem os princípios sagrados da independência do nosso caráter e da elevação do nosso espírito<sup>18</sup>.

Essas medidas e ações não operavam de forma independente ou desvinculada, pois compreendíamos que o pensamento social daquele momento era orientado pelo desejo de alcançar uma almejada “civilização” e “modernidade”, e também incorporava o discurso de que as práticas esportivas, dançantes e intelectuais poderiam elevar o espírito do indivíduo. No entanto, essa análise do contexto não é suficiente para explicar o arraigamento e a recorrência dessas concepções no clube. É necessário examinar os significados subjacentes, as pautas lógicas sociais, as concepções e as estratégias políticas que os sócios e diretores empregavam tanto dentro como fora da agremiação (Coradini, 2001, p. 11), especialmente no comércio, órgão de principal significado e justificativa para o desempenho do trabalho.

No que diz respeito à diretoria do clube, o segmento que predominava era aquele composto pelos principais agentes do capital econômico na cidade: os comerciantes (35%), que estavam particularmente preocupados com a lógica capitalista

---

18 *Jornal Ideal Clube*. Manaus, 24 de setembro de 1904.

que envolvia a força produtiva. No entanto, as relações sociais desse setor não se limitavam apenas ao comércio ou às transações de negócios, mas se estendiam e abrangiam outras esferas políticas e sociais.

A Associação Comercial do Amazonas (ACA), como um espaço significativo do patronato amazonense, cedeu em várias ocasiões seus salões para que os diretores, fundadores e sócios do Ideal Clube pudessem discutir e formular sua fundação, além de fornecer o espaço para a continuidade das atividades enquanto ainda não dispunham de um edifício-sede próprio. Podemos inferir que as interações entre as duas associações ocorriam por esse motivo. No entanto, mesmo após a entrega da sede do Ideal Clube, em 1921, os vínculos entre ambas se mantiveram, uma vez que os membros de ambas as associações compartilhavam os mesmos interesses e princípios.

O convívio com a Associação Comercial pode ser explicado pelo fato de que pelo menos 12 diretores do Ideal Clube estavam, direta ou indiretamente, envolvidos com a Associação Comercial. São eles: Joaquim Nunes de Lima, Augusto César Fernandes, Raimundo Alves Tribuzzi, Manoel Dias Oliveira, Cosme Alves Ferreira, Prudêncio Bogéa de Sá, Carlos Augusto Montenegro, Júlio de Cesari Roberti, Raimundo R. das Neves, Rodolpho Vasconcellos, José Nunes de Lima e Gil José de Araújo. A importância desses homens para o clube reside no reconhecimento e na afirmação de que a agremiação ocuparia uma posição de vanguarda frente às questões sociais do Amazonas, sendo uma propriedade de interesse comum:

Fundado em 1903, fazendo parte da sua diretoria o sr. Augusto César Fernandes, o comandante Tribuzi, o desembargador Stanislau Afonso e o sr. Joaquim Nunes de Lima, o Ideal se transformou logo num ponto de reuniões para a sociedade amazonense, consagrando num ambiente da maior cordialidade, num clima

de alegria e de igualdade os nossos homens médicos e advogados, engenheiros, bem como os nossos homens públicos, eles e suas famílias, para permitir-lhes horas do mais agradável e mais proveitoso convívio. Nessa marcha, o Ideal se conduziu até os nossos dias, como centro inclusive de reuniões históricas. Confiado hoje a uma diretoria que tudo vem fazendo para honrar as tradições do clube e mais aumentar ainda as suas glórias, o Ideal continua numa posição de vanguarda nas lides sociais do Amazonas<sup>19</sup>.

Como indicativo dessa missão e alinhamento de relações e trajetórias, programações e vínculos associativos, a ACA tinha suas conexões e laços de solidariedade com seus pares bastante evidentes dentro do Ideal Clube. O quadro abaixo apresenta a lista de ex-presidentes da Associação Comercial. Dentre os presidentes da ACA, encontramos três diretores (Joaquim Nunes de Lima, Augusto César Fernandes e José Nunes de Lima) que compartilharam em algum momento a direção de ambas as entidades:

---

19 *Jornal do Comércio*. Manaus, 07 de junho de 1946.

**Quadro 1** - Ex-presidentes da Associação Comercial (1871 - 1942)

<b>ANO</b>	<b>PRESIDENTES</b>	<b>ANO</b>	<b>PRESIDENTES</b>
<b>1871-1873</b>	José Coelho de Miranda Leão	<b>1909-1911</b>	Waldemar Scholz
<b>1874</b>	João José de Freitas Guimarães	<b>1912-1913</b>	Emílio Zarges
<b>1875-1880</b>	Guilherme José Moreira	<b>1914</b>	Raphael Benoliel
<b>1881-1884</b>	Adolpho Gotteschal	<b>1915</b>	Luís Eduardo Rodrigues
<b>1885-1887</b>	James Baird	<b>1916</b>	<b>Augusto César Fernandes</b>
<b>1888</b>	H. Grieff de La Beaume	<b>1917-1920</b>	Luís Eduardo Rodrigues
<b>1889-1890</b>	Arthur Johnston	<b>1921-1926</b>	Joaquim Carneiro da Mota
<b>1891</b>	H. Grieff de La Beaume	<b>1927-1928</b>	José Mendes Filho
<b>1892-1896</b>	João Affonso do Nascimento	<b>1929-1931</b>	Dr. Aluysio de Araújo
<b>1897</b>	Armindo Rodrigues da Fonseca	<b>1932</b>	<b>Augusto César Fernandes</b>
<b>1898</b>	Caetano Monteiro da Silva	<b>1933</b>	Dr. Aluysio de Araújo
<b>1899-1900</b>	José Cláudio de Mesquita	<b>1934-1935</b>	Joaquim Carneiro da Motta
<b>1901</b>	Maximino José da Mota	<b>1936-1937</b>	<b>Augusto César Fernandes</b>
<b>1902-1904</b>	Haníbal Porto	<b>1938-1942</b>	<b>José Nunes de Lima</b>
<b>1905-1908</b>	<b>Joaquim Nunes de Lima</b>		

**Fonte:** Jornal do Comércio, Manaus, 1971

A Associação Comercial do Amazonas foi fundada em 1871 e até 1920 se consolidou como local de “homens de muito cabedal e prestígio” (Avelino, 2018, p. 25). Mesmo durante períodos de grave crise econômica na cidade, a associação manteve suas atividades e desempenhou um papel fundamental na formulação de estratégias para orientar o comércio e sua rápida recuperação diante da concorrência dos preços e do mercado da borracha asiática.

Sendo um espaço das elites econômicas, conforme descrito por Alexandre Avelino em *O patronato amazonense e o mundo do trabalho (1908-1919)*, a Associação Comercial tinha como objetivo principal atuar na defesa do patronato amazonense, buscando colaborar com o poder público para harmonizar os conflitos existentes entre a classe, especialmente em questões econômicas, trabalhistas e de exploração de mercado urbano e rural. Os associados não apenas buscavam representar e unir a classe em torno de sua identidade, corporativismo e legitimidade para garantir sua hegemonia como grupo dominante, mas também procuravam fortalecer seus laços com o Estado e toda a rede relacional estabelecida dentro e fora dele:

Em nenhum momento a Associação deixou de ostentar seu caráter classista, de forma que seu corpo dirigente foi constituído por elementos oriundos do alto setor comercial do Estado. Estes homens, sendo membros da elite econômica e detentores de canais privilegiados de poder, atuavam na ACA com o intuito de transformá-la numa agremiação representativa dos interesses políticos e econômicos do estamento comercial e principal veículo para o estreitamento dos laços de solidariedade entre seus pares no Estado do Amazonas ou mesmo com o estabelecimento comerciais estabelecidos fora dele (Avelino, 2018, p. 26).

Os diretores demonstravam competência para desempenhar essa função. Um exemplo é Joaquim Nunes de Lima, que ocupou a direção da Assembleia Geral do Ideal Clube em duas ocasiões: de 1904 a 1905, como vice-presidente, e de 1906 a 1908, como presidente, ocupando também a mesma posição na ACA.

Foi na direção da Associação Comercial que Joaquim Nunes de Lima consolidou seu nome, tornando-se um articulador proeminente do setor comercial em Manaus. Paralelamente à trajetória de Joaquim Nunes de Lima, estava em jogo a dinâmica, circulação e interação social do Ideal Clube com segmentos diferenciados, como os setores comerciais e políticos, como iremos demonstrar. Uma vez que os diretores possuíam uma vida econômica e politicamente influente, podiam contribuir para o clube com os valores que se buscava manter em sua direção: homens “distintos” que representassem riqueza, poder e prestígio.

Desde 1892, Lima estabeleceu uma rede de relações comerciais que se estendia de Manaus a Belém, atuando como sócio da firma “Tavares, Irmão & C<sup>a</sup>”<sup>20</sup>, especializada no comércio de goma elástica e estiva. A firma estava localizada à margem esquerda do Rio Purus, em Canutama<sup>21</sup> e Juruá, e posteriormente expandiu suas operações para a cidade de Manacapuru, onde adquiriu terras devolutas, conforme publicado no Diário Oficial<sup>22</sup>.

Como resultado do acúmulo de capital financeiro, a firma produzia e exportava para Belém uma variedade de produtos. Por exemplo, enviou 2.275 quilos de borracha em uma embarcação, ficando atrás apenas da firma “J.H. Andresen”, que exportou 4.674 quilos. Além disso, exportou 730 quilos de

---

20 *Diário de Manaus*. Manaus, 22 de dezembro de 1892.

21 *Diário Oficial*. Manaus, 07 de dezembro de 1895.

22 Segundo o Diário Oficial, os anos de maiores compras, ocupações e processos ou reclamações de invasões de terras foram nos anos de 1895 e 1899.

seringa crua, ficando atrás das firmas “Antônio J. da Silva & C<sup>a</sup>” (com 1005 quilos) e “Silva e Gomes” (com 900 quilos)<sup>23</sup>.

O vínculo estabelecido entre Joaquim e os irmãos Abdon e Antônio Tavares Miranda, sócios da firma Tavares, perdurou até maio de 1907, quando o *Jornal de Comércio*<sup>24</sup> noticiou o encerramento das atividades da firma em Guajaratuba (Rio Purus), resultando no reembolso de Lima de seus capitais e lucros.

**Figura 1** – Coronel Joaquim Nunes de Lima, Fundador do Ideal Clube, Presidente da Assembleia Geral (1906-1908)



**Fonte:** Antonaccio, 2003, p. 66

Os cargos na Associação Comercial, na diretoria do Ideal Clube e até mesmo em postos legislativos foram ocupados por seu filho, José Nunes de Lima, evidenciando o nepotismo e o poder de influência presentes nessas esferas. A chegada e permanência dessa família em posições de liderança que simbolizavam a organização da classe patronal e laboral representaram uma estratégia de manobra política para consolidar lideranças que almejavam cargos no legislativo.

O coronel José Nunes de Lima nasceu em Fortaleza (CE) em 10 de dezembro de 1884. Casou-se com Raimunda de

---

23 *Diário de Manaus*. Manaus, 12 de abril de 1891.

24 *Jornal do Comércio*. Manaus, 28 de maio de 1907.

Araújo Nunes de Lima (Nobre, 1996). Embora tenha iniciado seus estudos no curso de Humanidades, acabou se dedicando ao comércio, o que o levou a mudar-se para Manaus e trabalhar como guarda-livros na firma Lima, Gomes e Companhia.

Ainda como negociante retalhista e proprietário da padaria Mimi, ele fundou a Associação Comercial dos Retalhistas de Manaus, a Sociedade Cosmopolita de Benefícios Mútuos Previdentes Amazonense e a Associação dos Panificadores. Além disso, seguindo os passos de seu pai, ocupou diversos cargos na direção do Ideal Clube ao longo dos anos, incluindo o de secretário da diretoria (1904), tesoureiro (1906-1907) e conselheiro fiscal (1920), até fundar o *Rotary Club* em 1937. No âmbito legislativo, foi deputado na Assembleia Constituinte do Estado em 1935. Na década de quarenta, mudou-se para Minas Gerais, onde fundou a Cooperativa Banco Popular Mineiro. Faleceu em 7 de fevereiro de 1949, deixando seu legado como benfeitor de diversas associações recreativas, sociais e comerciais<sup>25</sup>.

**Figura 2** – Coronel José Nunes de Lima, um dos fundadores do Ideal Clube e Diretor em muitas composições da Agremiação



**Fonte:** Braga, 1979

25 Cabe citar que se casou em 17 de fevereiro de 1916, com a srta. Raimunda de Araújo Nunes de Lima e teve nove filhos: Cleomar, Roberto, José Jorge, Raimundo, Carlos, Fernando, Giselda, Helenise, Maria Esther Nunes de Lima (Bittencourt, 1969, p. 374-375).

Os senhores Nunes de Lima também estavam envolvidos na fundação do Clube Internacional<sup>26</sup> e na Associação dos Empregados do Comércio. Essas duas instituições desempenharam um papel importante na interação com o Ideal Clube.

No que diz respeito ao Clube Internacional, reconhecido pelo grupo “seleto” e “distinto” entre as elites, os periódicos locais noticiavam que não apenas os fundadores e sócios eram compartilhados, mas também havia uma participação ativa nas cerimônias de comemoração, em homenagem a datas sociais ou políticas, realizadas nos salões com jantares, saraus e músicas para proporcionar diversão e interação entre os sócios<sup>27</sup>.

No que diz respeito à Associação dos Empregados do Comércio, os sócios do Ideal Clube, Raimundo Alves Tribuzzi<sup>28</sup>, Joaquim e José Nunes de Lima, participaram ativamente de sua fundação e direção. A Associação foi estabelecida em 1906, o que evidencia que os representantes da classe patronal

-----  
 26 O clube foi fundado em 1894. Em 1903 tinha sua sede na Rua Henrique Martins, nº 23 (sobrado), esquina com a avenida Eduardo Ribeiro, que em 1913 será sede do Ideal (Braga, 1980, p. 15). O clube também era considerado como pertencente à alta sociedade manauara e contava com a presença de governadores, como Silvério Nery, e tinha vínculos com outras sociedades, dentre as quais destaca-se Racing Club (fundada por seu filho Joaquim Nunes de Lima), Club da Guarda Nacional do Amazonas, Tiro N° 10 (contando com a família Bittencourt, Dr. Gaspar Guimarães como sócios e diretores), Grêmio Familiar Amazonense, Euterpe Club e Derby Club. *Correio do Norte*, 1906 e 1910.

27 O Jornal Ideal, em 24 de setembro de 1904, fez referência nas suas próprias páginas ao compartilhamento de atividades: “*Club Internacional*’ no dia 26 de agosto realizou-se nesta sociedade uma bela *souiterie-rose*. Agradecemos a gentileza do convite e maneira lhana como foi recebido o nosso representante”.

28 Raimundo Tribuzzi também se destacara no Ideal como um importante diretor, ocupando tal cargo durante os anos de 1904 a 1907. Entre os anos de 1910, 1915, 1916 ocupou o cargo de secretário geral da agremiação.

do Amazonas não estavam desconectados das questões que afetavam seus grupos classistas. Eles se valiam da criação de novas associações como estratégia para exercer o paternalismo.

A tutela se fazia presente na criação de associações que deveriam gerenciar e mobilizar os trabalhadores, mas que, na prática, eram fundadas e lideradas por patrões interessados em subordinar ou controlar a classe conforme seus próprios acordos e contratos. Isso se refletia na criação da associação dos retalhistas, dos panificadores e até dos previdenciários. No entanto, não se pode reduzir a classe trabalhadora a meros subordinados aos desejos dos patrões. É inegável que os trabalhadores sempre reagiram e buscaram ações para garantir seus interesses, especialmente considerando que os direitos trabalhistas ainda não estavam consolidados como uma ação do Estado.

Nesse contexto, defendia-se que os sócios das associações recebessem benefícios necessários para suas famílias em casos de morte, sorteio de prédios, serviços médicos e farmacêuticos, manutenção de escolas e instrução primária e profissional<sup>29</sup>.

É importante ressaltar que essas representações configuram ações de reconversão de capitais, por vias indiretas, de agentes que se utilizavam de diversas bases, como associações, clubes e sindicatos, para estabelecerem-se como líderes e representantes de grupos e segmentos, servindo como suporte eleitoral.

Ao considerar a importância dessas articulações para a construção de seus capitais políticos, destacamos que o projeto dos senhores Nunes de Lima se concretizou em suas bases de articulação, tornando-os agentes e idealizadores de projetos de leis. Imbuídos de uma suposta proteção ao trabalhador e ao povo, Joaquim Nunes de Lima foi eleito senador em 1912, e José Nunes de Lima, vereador, posteriormente tornou-se deputado estadual em 1935.

---

<sup>29</sup> *Estatutos da Sociedade Cosmopolita de Benefícios Mútuos Previdente Amazonense*. Manaus, 1º de outubro de 1913.

Isso se torna evidente quando observamos os locais de encontro e os contatos estabelecidos para a formação de bases eleitorais. Além da Associação Comercial ou do Ideal Clube, o Velódromo Amazonense, por exemplo, era um espaço onde comerciantes e desembargadores se encontravam, sendo patenteado por Gaspar Guimarães.

Apesar de aparentemente distante do comércio e do judiciário, figuras como José e Joaquim Nunes de Lima, Antônio Emygdio Pinheiro, Raimundo R. Neves, Godofredo Castro, Raimundo Alves Tribuzzi e Francisco d'Assis de Souza se reuniam para a prática de corridas de bicicleta, a cavalo ou tiro ao alvo. A título de exemplo, durante as corridas no Prado Amazonense, que reuniam representantes da imprensa e diversos segmentos das elites, em 21 de dezembro de 1908, a diretoria do Ideal Clube foi homenageada e também premiou os vencedores com brindes bastante requintados.

Foram belíssimas e bem animadas as corridas que tiveram lugar ontem nas raias do hipódromo, em homenagem ao Ideal Clube.

No intervalo dos 4º e 5º páreos, a convite da diretoria do Prado Amazonense, reuniram-se na secretaria do mesmo estabelecimento, os representantes da imprensa que então se achavam presentes e a diretoria do simpático Ideal Clube ao qual o coronel João Leandro Hermes de Araújo levantou um brinde a champagne, havendo-se erguido em seguida entusiásticos vivas ao Prado Amazonense, ao Ideal Clube e à imprensa local.

No sorteio, que se efetuou de um tenteia oferecida pelo belo sexo, saiu premiado o n. 64, pertencente à interessante criança Alzira Fran, constando o brinde de um cordão de ouro, com uma medalha, também de ouro.

Os prêmios oferecidos pela diretoria do Ideal Clube aos proprietários dos animais vencedores dos 3 últimos páreos, constaram do

seguinte: uma carteira de couro da Rússia, com incrustações de prata e que foi ganha no páreo – 6 de junho – pelo animal Rio Pardo – do Stud Amazonense, de propriedade de José Lopes da Silva; um porta-bilhetes de prata, tendo gravada em relevo uma belíssima paisagem onde se via Diana caçadora, ganho no páreo – Ideal Clube – pelo Destroyer – também do Stud Amazonense, pertencente a José Lopes da Silva; e um estojo com todos os pertences para fumantes, de prata e âmbar, que coube ao vencedor do páreo – diretoria do Ideal Clube – Macuxi – da coudelaria Rio Negro, de propriedade de Oscar Dias. Encarregam-se da entrega dos prêmios supracitados, Hermes de Araújo e Pereira da Silva. Enfim, foi bem agradável a festa de ontem do Prado Amazonense, dedicada ao Ideal Clube<sup>30</sup>.

A oferta de produtos, brindes e presentes para o público vencedor ou para aqueles que prestavam homenagens ao clube representava a ostentação do status e da riqueza dos diretores, que buscavam destacar-se por seus talentos, posições sociais e riquezas. Além disso, tinha o objetivo de conquistar carisma, por meio de acenos, aplausos e realização de boas ações sociais, como a distribuição de brindes às senhoras e brinquedos às crianças<sup>31</sup>.

O resultado dessa ação carismática promovia devoções, heroísmos e admirações aos provedores da festa, que transformavam essas ações em poder e prestígio. Essas demonstrações de generosidade atraíam até mesmo os “grupos opositores”, aqueles que não estavam na mesma posição de classe, como as lideranças sindicais. No entanto, por mais atrativas que fossem, essas façanhas realizadas não foram suficientes.

Mais uma vez, destacamos a figura de Gaspar Guimarães e do Derby Club, em razão da utilização de estratégias para a concretização de acordos políticos com os grupos sociais.

---

30 *Jornal do Comércio*, Manaus, 21 de dezembro de 1908.

31 *Jornal do Comércio*, Manaus, 27 de janeiro de 1907.

Quanto à classe laboral, em 03 de maio, foi oferecido um festival em o “Jornal do Comércio”, o espaço do Derby Clube foi utilizado por uma comemoração à data que homenageava a luta dos trabalhadores. Seguindo uma multidão de operários que se uniram a importantes lideranças para celebrar o Dia do Trabalhador, estavam presentes Anacleto Reis, Camilo Tavares Filho e Juvenal Barbosa, quadros políticos e líderes sindicais que se destacavam na região pela defesa dos direitos dos trabalhadores e da população manauara. No entanto, também estavam presentes os patrões e as elites que, em seu cotidiano, oprimiam a classe ou discordavam de suas mobilizações.

Gaspar Guimarães, ao receber os operários com champagne e serviços públicos, reservou uma linha de bonde exclusivamente para o evento e foi homenageado ao receber flores da comissão de operários. Por sua vez, as lideranças operárias ofereceram dinheiro, páreos, abotoaduras e moedas de ouro aos trabalhadores presentes.

Os operários, em massa, tendo à frente o seu orador, Anacleto Reis, ofereceram ao presidente do Derby Club, dr. Gaspar Guimarães, um delicado ramalhete de finíssimas flores naturais, respondendo-lhes esse cavalheiro com um eloquente discurso de elogios à obra do operariado em todos os tempos.

O orador foi muito aclamado, assim como a imprensa, representada pelo JORNAL DO COMÉRCIO.

Os operários ofereceram mais, em dinheiro, o 1º prêmio, na importância de 80\$000, e o 2º, no total de 300\$000, do páreo denominado - Operário - bem, como dois pares de abotoaduras, feitas com moedas de ouro, para os jockeys vencedores dos páreos 1º de Maio e Operários.

O dr. Gaspar Guimarães, em nome da diretoria, recebeu os manifestantes à champagne, no recinto das arquibancadas, reservado à diretoria e autoridades, sendo, ao terminarem

as corridas, conduzido, entre aclamações, em bonde reservado, acompanhado por uma grande comissão de operários, até sua residência.

[...]

Foi uma festa ardente e memorável a de domingo, representando a classe dos operários os cidadãos Anacleto Reis, Camillo Tavares Filho e Juvenal Barbosa, que chefiaram a multidão de operários estrangeiros e nacionais presentes<sup>32</sup>.

Sem dúvida, a festividade foi memorável e nos leva a algumas reflexões sobre as táticas utilizadas por seus participantes, especialmente porque marcaram uma das primeiras comemorações da data em torno das lutas dos trabalhadores.

O 1º de maio, como um marco de luta, reivindicação e mobilização da classe operária em memória dos protestos ocorridos nos Estados Unidos em 1886, pela regularização da jornada de oito horas diárias, tornou-se um movimento global. Estendeu-se à França e ao Brasil ao longo da década de 1890, cristalizando o mês de maio como símbolo da “consciência ou do inconsciente coletivo” (Perrot, 1992, p. 128).

As primeiras ações, passeatas e protestos consolidaram-se ao ponto de chamar a atenção do Estado e dos patrões, evidenciando a organização, mobilização e estratégias para denunciar os abusos cometidos pelos empregadores no cotidiano. A falta de garantias e proteção estatal diante da exploração da jornada de trabalho, acidentes ocorridos tanto nas fábricas quanto no espaço urbano e o direito de organização dos operários eram pautas constantes nas greves e reivindicações que marcaram o final do século XIX e início do século XX.

Em Manaus, a data passou a ser defendida pela classe trabalhadora em jornais de grande circulação como forma de protesto. No entanto, nesses mesmos espaços, começou-se

---

32 *Jornal do Comércio*. Manaus, 03 de maio de 1910.

a divulgação de uma nova dinâmica: a comemoração e a festividade pelo dia, em vez das queixas contra os patrões e empresas. Conforme Candido (2016, p. 226-236), ao mostrar a notícia do Jornal do Comércio de 1905, o tom dos operários era de comemoração da data, mas acompanhado de um ato de indignação:

Intensa comoção sacode e perturba no dia de hoje, todas as classes laboriosas: é a festa do Trabalho, imponente, luminosa e, neste momento, realizada, em toda parte onde vivem e frutificam as associações operárias. O discurso cedente e estrondosos ecos, no dia de hoje, pelos âmbitos sonoros dos salões onde funcionam solenemente as magnas sessões comitativas, vivas e urras do fundo d'alma arrancadas repercutem bem longe a alegria, a indignação sinceras e profundas que reinam na alma do trabalhador industrial [...].

Segundo Candido (2016, p. 230), ao contrário dos jornais da grande imprensa, os jornais operários, como o Gutemberg, afirmavam que o Primeiro de Maio seria o início de uma grande revolução social e o prelúdio de uma consciência popular antes esquecida pelo próprio povo. Contudo, apesar dos intensos protestos e movimentações dos trabalhadores em jornais operários, também havia críticas àqueles que decidiam festejar ao invés de protestar, como no caso dos trabalhadores que, conduzidos por um líder sindical, reuniram-se no Derby Club e comemoraram aquele 1º de maio de 1910 junto com seus patrões.

Nesse sentido, a atenção de Michelle Perrot (1992, p. 182), diante do próprio percurso e particularidade da classe operária, torna-se pertinente para elucidarmos sobre a condução da consciência coletiva, antes de demonizarmos ou apontarmos a “falta de consciência” dos trabalhadores por compartilharem do mesmo espaço que seus patrões. Cabe lembrar que Ângela de Castro Gomes corroborou com essa tese ao nos confrontar

com a pergunta: “Se os escravos faziam o diabo, por que não os trabalhadores?”. Dessa forma, a autora aponta as nuances e o próprio sentido da classe ao explicar o conceito thompsoniano de agência, no qual a ação humana e as articulações políticas e sociais, inclusive de aliança e não apenas de enfrentamento, possibilitam que os valores e as estratégias dos trabalhadores sejam capazes de se colocarem em cena diante da negociação com os “de cima” (Negro, 2004).

O tom de comemoração, festividade e homenagens em alguns momentos nos leva a questionar como as relações entre as elites e o operariado davam sentido, confronto e se estabeleciam no cotidiano do trabalho, do lazer e nas tomadas de decisão. Longe de retratar as classes como entidades isoladas, fechadas em si mesmas e agindo apenas em um espaço ou de uma maneira específica (às vezes com a perspectiva do confronto e embate), essas ocasiões revelam outros tipos de interações entre elas, como alianças e acordos pré-estabelecidos. Em outras palavras, se os trabalhadores realizavam seus acordos com os segmentos que pudessem contribuir para a causa operária, a mesma pergunta feita por Teles *et al.* (2015, p. 59) pode ser aplicada: “Como explicar essa relação?”

Segundo Teles (2015), as aproximações entre as classes podem ser explicadas pelo surgimento de transformações socioeconômicas que ampliaram os segmentos dos trabalhadores urbanos em áreas como o direito, docência, funcionalismo público e operariado. Dessa forma, a classe trabalhadora passou a compartilhar os mesmos espaços que os grupos de poder. Esse cenário de mudança fez com que o sistema republicano e sua arena política fossem criticados, reivindicados e demandados por um projeto de participação popular nos fóruns de decisão.

Para responder a esta pergunta é preciso destacar dois elementos fundamentais. O primeiro são as transformações socioeconômicas

ocorridas em algumas das principais cidades brasileiras dentre as quais Manaus se inclui. Estas transformações fizeram surgir e ampliar categorias de trabalhadores – advogados, professores, funcionários públicos, operários e outros – que passaram a exigir participação nos espaços de decisão política. O segundo elemento se refere à exclusão social e política presente na Primeira República Brasileira. Tanto os operários quanto os segmentos médios eram excluídos politicamente e, desta forma, criticavam o sistema político da Primeira República. Talvez esta exclusão seja o elemento de atração e aproximação entre eles fazendo brotar daí projeto de participação política (Teles *et al.* 2015, p. 59).

Assim como a primeira década do século XX foi caracterizada pelas riquezas provenientes da borracha na região, a expansão dos segmentos dos trabalhadores nos setores urbanos para atender à economia permitiu que diversas categorias profissionais, como advogados, professores, médicos, funcionários públicos e operários, alcançassem salários mais elevados e, conseqüentemente, certa ascensão social. Isso possibilitou sua presença em espaços de decisão, onde negociavam com patrões, comerciantes e representantes legislativos, como exemplificado por Anacleto Reis e Cursino Gama.

Esses dois líderes operários não apenas participavam das disputas das corridas de cavalo, mas também desempenhavam papéis de juizes ou diretores do Derby Club. Tal envolvimento evidenciava algum tipo de apoio ou contribuição financeira por parte dos diretores em seus nomes ou investimentos em corridas tão dispendiosas, chegando a custar até 3\$000 réis para aqueles que assistiam das arquibancadas.

Dessa forma, podemos perceber que a inserção de Anacleto e Cursino Gama nas partidas e nas direções de espaços elitistas era, em parte, proporcionada pelos seus

capitais sociais e políticos conquistados nas mobilizações e greves dos trabalhadores, mas também constituía uma estratégia direcionada de aceitação pelas elites, que reconheciam essa inserção em seu meio devido à sociabilidade por eles construída.

Anacleto Reis, um dos dirigentes dos estivadores de Manaus, liderou a categoria em busca de reajustes salariais, regulamentação da jornada de trabalho para 10 horas divididas em dois turnos e garantia de auxílio patronal em casos de acidentes, mortes ou problemas de trabalho (Pinheiro, 2003, p. 182), em 1911. Isso evidencia o potencial dessas lideranças na defesa dos direitos dos trabalhadores. Além disso, informações do *Jornal do Comércio* garantiram que uma reunião realizada pela Sociedade Beneficente dos Estivadores e Carroceiros contou com a presença de dois mil trabalhadores<sup>53</sup>, conduzida por Manuel Rufino Corrêa da Silva, comerciante local e presidente da associação<sup>54</sup>, na qual Anacleto pôde discursar.

O seu capital político só se consolidou ao longo do tempo. Em 14 de novembro de 1917, conforme disserta Moisés Araújo (2018), foi criada a União Operária no Amazonas, sob a diretoria de: Marçal Martins (presidente), Anacleto Reis (vice-presidente), Levy Santiago (secretário), Santos Filho (segundo-secretário) e Jorge Benedicto Ferreira (orador). Guilherme Oliveira, Joaquim Santiago, Anacleto Reis e Santos Filho ainda participaram da organização dos estatutos da associação (Araújo, 2018, p. 87),

---

33 *Jornal do Comércio*. Manaus, 02 de janeiro de 1911.

34 De acordo com Pinheiro (2003, p. 171), a ação e envolvimento dos comerciantes estendeu-se às solidariedades e apoios logísticos, inclusive em momentos de greve: "Muitos comerciantes de Manaus ajudaram as campanhas grevistas contribuindo com dinheiro para a montagem de um fundo de greve, instrumento fundamental para a sobrevivência de um movimento paredista feito, grosso modo, por trabalhadores ocasionais. Sem ele, bastariam três ou quatro dias seguidos sem trabalho para que os trabalhadores cujas reservas já se houvessem exaurido fossem impelidos à aceitação de propostas patronais para 'furar' a greve".

sendo este um marco para a fundação da União Operária Nacional em 16 de junho de 1918 (Araújo, 2018, p. 88).

Consoante à ideologia da União Operária, Araújo e Teles (2018, p. 90) apontam para o sindicalismo reformista numa tentativa de aliança pluriclassista com flertes com o positivismo<sup>35</sup>. Essa posição fica evidente nos artigos do jornal *Vida Operária*, no qual Anacleto foi colaborador em 1920, pois o líder sindical defendia os direitos políticos e sociais, participação parlamentar e a colaboração entre as classes.

A autora Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015) ainda nos indica que, em 1920, também foi criado o Comitê de Operários Amazonenses, responsável pela frente de regulamentação da jornada de oito horas, com a atuação paredista dos padeiros, lixeiros, sapateiros, carroceiros, choferes, boleiros e estivadores das principais firmas estrangeiras em Manaus. Anacleto era membro do Comitê, mas foi diante do desenrolar agressivo da greve geral de 1919 que o líder se tornou um dos principais nomes para representar o grupo. Tal escolha se deu pelo reconhecimento das significativas ações da categoria dos estivadores frente às greves do final do século XIX e início do século XX, mas também pela liderança de Anacleto, sabendo que era:

uma figura constante no movimento dos estivadores, tendo tomado parte na greve de 1911, como orador assíduo nas assembleias. Seus

---

35 Teles ainda aponta que a corrente positivista não era de interesse apenas das elites política e intelectual, que alinhada a teorias científicas (darwinismo social, evolucionismo e positivismos) caracterizavam o século XIX e início do século XX. Ainda cita Benito Schmith no que concerne à difusão dessas teorias para o movimento operário gaúcho e as suas etapas: "Em primeiro lugar, ambas as correntes buscam uma sustentação racional e científica para a forma como interpretam a realidade e para suas propostas de transformação social. Em segundo lugar, a perspectiva evolucionista (das formas inferiores às formas superiores de organização da sociedade). Por último, a crítica ao individualismo burguês" TELES, 2015, p. 155.

discursos sempre enfatizavam a moderação, a calma e o recurso à negociação com o patronato, mas destacava-se também por defender a continuidade da greve em momentos onde a pressão patronal sugeria sua finalização (Pinheiro, 2015, p. 191)<sup>36</sup>.

A calma e a moderação, aliadas à condução e às negociações com os patrões, em vez dos confrontos, garantiram uma inclusão e aceitação dos líderes entre as elites de forma mais moderada. Além disso, diante do ideal reformista, facilitaram o acesso aos direitos da classe trabalhadora. Por outro lado, não podemos afirmar que apenas os trabalhadores utilizaram essa estratégia. A Família Nunes de Lima, enquanto diretores da ACA, fundadores da Associação dos Empregados do Comércio, sócios do Ideal e do Derby Clube, nos aponta que as elites também não estavam fechadas em si mesmas, mas também se valiam de estratégias para formar uma base de negociação com os trabalhadores.

Essas aberturas e negociações certamente se converteram em votos ou apoio de ambos os grupos. No aspecto legislativo, por exemplo, Joaquim Nunes de Lima foi eleito senador em 1912, enquanto José Nunes de Lima foi eleito deputado estadual no ano de 1935.

## **Considerações finais**

O que foi apresentado neste texto refere-se a reflexões que unem a interpretação em como as imagens e apoios consolidados nas partidas e associações recreativas fortaleceram a construção de bases eleitorais para os dirigentes do Ideal Clube e da Associação Comercial, embora não possamos afirmar que fossem da mesma matriz ideológica. Por outro lado, as vantagens concedidas aos

---

36 Pinheiro, 2015, p. 191.

trabalhadores e lideranças ocorreram na circularidade de suas reivindicações nos grupos de patrões, empregadores e comerciantes. Portanto, os acordos políticos firmados poderiam garantir, mesmo que temporariamente, a criação de redes de contatos e engajamentos de seus nomes para a conquista de direitos coletivos, sem desconsiderar a própria organização e mobilização de classe.

Certamente, não podemos determinar com precisão quando e onde essas aproximações surgiram, mas há indicativos de que a sociabilidade entre elites e trabalhadores em espaços como o comércio, os clubes e as associações forjaram relações sociais além do confronto. No entanto, o que fica evidente é que, apesar dos diferentes grupos possuírem seus próprios interesses, as pautas de trabalho e recreio se apresentaram como uma alternativa de negociação e também de consolidação dos valores burgueses para a classe trabalhadora. Não é por acaso que a comemoração em torno do dia do trabalhador é utilizada como uma estratégia de aproximação das elites com o proletariado.

Portanto, podemos concluir que as relações sociais estabelecidas fora do espaço de trabalho também possibilitaram a circulação de projetos, ideologias e mobilizações por direitos, resultando no ganho de capitais sociais e notoriedades tanto para os trabalhadores quanto para os patrões. Esses ganhos se converteram em bases políticas que requerem estudos adicionais para uma melhor compreensão das relações de poder, política e símbolos na sociedade manauara.

- AMAZONAS. *Estatutos da Sociedade Cosmopolita de Benefícios Mútuos Previdente Amazonense*. Manaus, 1º de outubro de 1913.
- ANTONACCIO, G. L. P. *Ideal Clube de 06-06-1903 a 06-06-2003: Um século de aristocratismos*. Manaus: Imprensa Oficial, 2003. p. 66.
- ARAÚJO, M. D. *O grito dos trabalhadores: movimento operário, reivindicações e greves na Manaus da Grande Guerra (1914-1918)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, 2018.
- ARAVANIS, E. *O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.
- AVELINO, A. N. *O patronato amazonense e o mundo do trabalho (1908-1919)*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018.
- BITTENCOURT, A. *Dicionário amazonense de biografias*. Editora Art Nova, 1969.
- BRAGA, G. *Assim nasceu o Ideal*. Manaus: Imprensa Oficial, 1979.
- CORADINI, O. L. *Em nome de quem? recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Relume Dumará, 2001.
- FERNÁNDEZ, J. A. *The Political Elite in Argentina*. New York, New York University Press, 1970. In: PERISSINOTTO, 2003.
- ITUASSÚ, O. C. A Glória de um clube. *Revista do Ideal*. 1958.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Manaus, 1º de maio de 1905. In: CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. Trabalho & Imprensa. *Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP*, v. 1, n. 1, p. 226-236, 2016.
- JORNAL Ideal Clube. Manaus, 24 de setembro de 1904.
- JORNAL do Comércio. Manaus, 02 de janeiro de 1911.
- NEGRO, A. L. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL*, 2004.
- NOBRE, F. S. *1001 cearenses notáveis*. Casa do Ceará Editora, 1996.
- PERROT, M. *Os Excluídos da História: operários, mulheres, prisioneiros*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PINHEIRO, M. L. U. *A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, 2003.

TELES, L. E. C. *A vida operária em Manaus: imprensa e mundos do trabalho (1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2008.

## **A elite política bolsonarista e seu discurso contra o trabalho docente**

*James da Costa Batista*

A partir do processo de impeachment em 2016 que consolidou o Golpe de Estado contra a Presidenta do Brasil Dilma Rousseff (2011-2016) do Partido dos Trabalhadores (PT), viu-se construir no Brasil um processo de ascensão de um grupo político de extrema direita tendo como uma sua principal liderança o Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro. Após o Golpe, chega ao poder o Vice-Presidente da República Michel Temer (PMDB) que criou um cenário para a chegada de Bolsonaro ao poder em 2019. Eleito Presidente da República em 2018 após a prisão de Luís Inácio da Silva, o Lula, Jair Messias Bolsonaro trouxe consigo uma diversidade de ideais da extrema direita que chegava assim ao poder. Com o discurso de proteger as famílias agregado a um ideal cristão, uma das primeiras figuras atacadas em seu governo foram os professores. A falácia do anticomunismo, enrijecida pelo bolsonarismo, encontrava na figura dos professores um modo de reverberação na consolidação da extrema direita. Muitos foram os modos de perseguição a estes trabalhadores – vale salientar que estamos falando de ataque aos docentes, aos trabalhadores, e não à escola como instituição – que foram de ameaças a perseguições nas escolas pelos pais e até demissões, tendo como bandeira a proteção da família cristã brasileira.

## Populismo, democracia e o político

O populismo é uma forma autoritária de democracia que surgiu de uma reformulação do fascismo após a Segunda Guerra Mundial que pode ser compreendido como regime. As ideias pré-populistas já existiam antes do fim do fascismo em países como Estados Unidos, França e Rússia, contudo, em um contexto diferente ao que se tornou o populismo pós-guerra. Neste contexto, o populismo se distanciou de uma forma democrática de fascismo e tornou-se um fenômeno político que foi resultado da crise que criou e depois enterrou o fascismo.

Ao contrário do fascismo o populismo não procurou destruir os poderes do Estado criando uma ditadura, mas enfraquecer os poderes sem aboli-los.

Sobre o Regime Populista na América Latina o Historiador Frederico Finchelstein (2019, p. 135-137) argumenta que este apareceu primeiro na América Latina (Brasil e Argentina) após 1945 como novo modelo de governo no início da Guerra Fria onde nos últimos tempos tem definido as políticas dos países.

O populismo tem como característica criar polos antagônicos social e politicamente o que deixa a compreender que é uma forma autoritária de democracia mesmo não podendo se afastar do mundo democrático, ele tem também como característica não ser liberal. Portanto, a história do fascismo está relacionada ao populismo.

Para Pierre Rosanvallon (2021, p. 191-194), o termo populismo foi cunhado no século XX para designar movimentos e regimes latino-americanos fazendo referências principalmente à Venezuela, Equador e Bolívia apoiadas pelos fundadores da ideologia Argentina de Perón<sup>37</sup> e Colômbia de

---

37 Juan Domingo Perón, foi presidente da Argentina por três mandatos (1946-1952, 1952-1955 e 1973-1974).

Gaitán<sup>38</sup>. O fraco desenvolvimento industrial nos países sul-americanos fez com que estes não conhecessem a exemplo da Europa os partidos socialistas e comunistas. Assim, na América Latina o que havia de certo era uma massa escravizada e potentes oligarquias, portanto, não haviam se tornado sociedades de classes no sentido marxista. O populismo surge então num cenário de integração política e corrupção, mas que só puderam existir em momentos de prosperidade econômica.

Partindo da ideia que o populismo pode ser definido como uma perversão dentro de uma democracia, temos que entender que o conceito de democracia vai além da participação popular do povo, pois a premissa que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente” (Brasil, 1988) deve ser pensado por diferentes vieses e encarado de uma forma subjetiva sujeitas às mais diversas metamorfoses que a democracia puder abraçar, pois “a soberania do povo, é tudo menos simples e evidente” (Magneli, 2019, p. 77) e que para Pierre Rosanvallon (2021), quadros de democracia são momentos em que a soberania do povo e sua representação se atritam criando tensões.

A análise da democracia precisa ser feita em seu próprio tempo, pois ela tem como característica a mutabilidade e por isso até hoje a democracia tem definição incompleta.

A ideia de representação popular na democracia, é um rito que como já foi dito, é de extrema importância nos governos populistas e que neste contexto a opinião pública é uma questão importante pois, permite desinstitucionalizar o político além de ser uma forma de lidar com a desordem democrática (Magneli, 2019, p. 107).

Figuras importantes no cenário democrático, a política e o político devem ter suas participações expostas. Nos utilizamos – devido sua significativa contribuição na história

---

38 Candidato à Presidência da Colômbia em 1949. Foi assassinado em 1948 provocando uma enorme mobilização popular.

política – de Pierre Rosanvallon que a partir do pensamento de Claude Lefort<sup>39</sup> expõe que para uma compreensão melhor sobre o político é necessário que haja uma comparação. O regime democrático moderno liberal deveria ser comparado à monarquia assim como o totalitarismo comparado à democracia liberal.<sup>40</sup> Para ele,

A compreensão do político atinente ao modo de instituição de cada tipo de sociedade depende, por sua vez; de um procedimento comparativo. Assim é que a apreensão da forma peculiar de instituição da democracia liberal enquanto regime moderno depende de sua comparação com a forma social que a antecedeu, a monarquia, e com aquela forma que tentou ultrapassá-la, o totalitarismo. Ao contrário da monarquia, cujo fundamento originário era transcendente e na qual a pessoa do monarca servia de instrumento por que a multidão se tomava sociedade, na democracia o “lugar do poder” fica vazio. Não sendo mais possível instituir o social apelando a uma

---

39 Historiador e filósofo francês.

40 Objetiva-se neste texto uma análise da relação do populismo, portanto, distanciando de um processo analítico incisivo sobre o político e sua história. Entretanto, há de se expor uma base do que o historiador francês pensava sobre a história do político, e é neste contexto que Pierre Rosanvallon expõe que nos últimos vinte anos tem se mostrado um “retorno ao político”. Esse retorno pode ser explicado por duas razões: primeiramente por pertencer a um momento da história quando se debruça sobre a importância da temática que versa sobre democracia. Assim, o historiador francês expõe as especificidades do tema temporalmente explicando que na década de 1960 havia uma divisão intelectual entre visões marxistas e liberais, já na década seguinte o que existe é uma visão crítica ao totalitarismo que se encaminhou para análise mais incisiva sobre a democracia, e os 1980 quando da ascensão do nacionalismo fez crescer a necessidade de se compreender a democracia. Neste último momento o “retorno ao político” ganha uma força no que tange à metodologia, principalmente como ele descreve como desencantamento das ciências sociais. Cf. Rosanvallon, P. *Por uma História do Político*. Tradução de Cristian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

ordem anterior e superior, pela mobilização da religião ou da tradição, as normas de organização da democracia ficam sujeitas ao perpétuo questionamento por seus cidadãos. Daí o caráter inarredavelmente indeterminado e problemático do regime político moderno bem como a inviabilidade de qualquer tentativa de “resolvê-lo” ou “solucioná-lo” em definitivo. Com efeito, o totalitarismo estava de antemão fadado ao fracasso justamente porque seu motor radicava na veleidade de suprimir a diferença entre a sociedade e o lugar de poder que a constitui, movido pela ilusão de conseguir fazer o social transparecer no político. O papel deste é justamente o de servir de espelho capaz de refratar a imagem da multidão e convertê-la em sociedade; por isso mesmo, é que o político não poderia ser erradicado pelo social, sob pena deste último mesmo desfazer-se juntamente. A tentativa totalitária de suprimir a instância de mediação de molde a representar o povo como em unidade consigo mesmo só poderia por isso ter resultado no que resultou: o terror, decorrente do esforço do partido único em erigir-se com modelo substantivo de unidade, paradigma de “sociedade ideal” a partir do qual é a sociedade real que precisa ser modelada, por mais altos que sejam os custos sociais (Rosanvallon, 2010, p. 23).

Segundo Rosanvallon (2010), a história filosófica do político se define pelo entendimento de um princípio que cria a relação entre pessoas, e para Lefort, o político seria um arcabouço de procedimentos nos quais se constroem a ordem social que acabam por tornar o político e o social inseparáveis, mais ainda, o político pode ser compreendido como um lugar onde há a ocorrência de conflitos irreduzíveis que descambam de uma necessidade de haver normas que devem estar acima do ordenamento normal que não pode ser gerada na naturalidade.

Percebe ainda o político em duas questões: como campo e trabalho. Como campo ele compreende o lugar onde se desenvolve as relações sociais em que os indivíduos adquirem sentido, já como trabalho, o político vê um agrupamento humano que vai da população a uma comunidade. Ainda, para ele, falar do político e não da política é relatar sobre o poder estatal e da nação, da igualdade e justiça e tudo aquilo que transpassa a sociedade para além das questões políticas partidárias (Rosanvallon, 2010, p. 70-77).

### **Antecedentes da ascensão do bolsonarismo**

No processo de construção do populismo bolsonarista, devemos ter a noção de como este se ergueu sob uma forte crítica ao governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), mas mais incisivamente no governo de Dilma Rousseff.

Lula chegou ao poder em 2003 após ter perdido as eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998. A política de esquerda revolucionária das campanhas anteriores cedeu lugar para os ideais com perspectiva mais de reformas econômicas e sociais, além de pragmáticas e moderadas. A partir daí, surgiu um Lula de estereótipo mais politizado (barba feita e terno) com um slogan que destonava das antigas campanhas de discursos revolucionários. Doravante, o político do PT lançava para o povo o “lulinha paz e amor”.<sup>41</sup> Motta (2019) comenta que,

O projeto eleitoral vitorioso do PT em 2002deveu-se também à aliança com setores políticos moderados, consubstanciada na presença do político conservador e empresário José de Alencar como vice-presidente de Lula. Vale lembrar também que foi estruturada uma

---

41 FRAGA JUNIOR, P. “Lulinha paz e amor” fugiu dos conflitos. *Jornal folha de São Paulo*. Edição de 27 out. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2710200223.htm>. Acesso em: 08 mar. 2023.

campanha publicitária inteligente para reduzir as resistências conservadoras à candidatura de Lula, destacando-se o slogan “A esperança vai vencer o medo” (p. 417).

O cenário que Lula herdou do antecessor Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), demonstrava um quadro econômico problemático que tinha como pontos de relevância a alta taxa inflacionária (12,53 em dezembro de 2002)<sup>42</sup>, fraco crescimento econômico (1,66% enquanto a taxa de crescimento global foi de 3,22% e países emergentes como Brasil 4, 26%)<sup>43</sup>, aumento da dívida pública (saltou de 148 bilhões em 1994 para 227 bilhões em 2002)<sup>44</sup>, baixo crescimento econômico<sup>45</sup>, e principalmente, alto índice de desempregados. Assim, ao petista restou tomar decisões que iam contra o ideário de esquerda aliançando-se a setores da burguesia brasileira que ficou explícito ao escolher seu Vice José de Alencar, político conservador e empresário. No entanto, em nome de uma governabilidade e construção de uma pauta que visava o não combate a setores da burguesia brasileira, Lula redesenhou o setor econômico privilegiando as pautas socioeconômicas, o que lhe propôs um alto índice de aceitação num processo de reeleição. Segundo Motta (2019),

-----  
42 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precosconsumidor-amplio.html?edicao=20932&t=series-historicas>. Acesso em: 08 mar. 2023.

43 Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/que-o-brasil-que-era-a-8a-maior-economia-do-mundo-em-1998-caiu-para-12a-posicao-em-2002/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

44 Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367>. Acesso em: 03 ago. 2003.

45 Cf. TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, p. 909-941, dez. 2012.

O sucesso da estratégia de crescimento econômico deveu-se também às políticas sociais dos governos petistas que, ao aumentarem a renda dos grupos mais pobres, ampliaram o mercado para os setores produtivos, abrindo novas oportunidades para os negócios (p. 420).

Entretanto,

Não há dúvida de que esses programas trouxeram resultados sociais positivos e contribuíram para retirar milhões de pessoas da linha da miséria. O impacto mais efetivo foi em regiões de maior concentração de população carente, especialmente o Nordeste. Porém, os programas sociais do governo lula geraram muitas polêmicas, tanto mais cadentes quando a oposição percebeu seus efeitos políticos (p. 421).

Inclusive neste primeiro mandato do petista, adensa-se um discurso da elite brasileira que reforça o coro da oposição relatando que “os pobres não querem mais trabalhar” e o “encarecimento dos serviços domésticos resultantes da escassez de mão de obra e do aumento contínuo do salário mínimo, em prejuízo de relações de exploração tradicionais herdadas da escravidão” (Motta, 2019, p. 422).

Neste cenário de grande aceitação da população, principalmente das classes subalternas, que surgiu o lulismo,<sup>46</sup> que se pôs à prova principalmente ao escândalo do mensalão<sup>47</sup>.

---

46 Recomendamos para uma compreensão mais completa do lulismo: SINGER, A. V. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*: CEBRAP, p. 83-102, 2009.

47 Escândalo que envolveu políticos do PT ocorrido durante o governo Lula. Para uma melhor compreensão conferir: MOTTA, R. P. S. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano 5: O tempo da Nova República: Da transição da Democracia à crise política de 2016*. Quinta República (1985-2016). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Acabado seus dois mandatos, Lula apoiou a candidatura de Dilma Roussef como sua sucessora. O que se pôs em xeque foi se o lulismo poderia ter outra liderança senão o próprio Lula.

Eleita em 2010 com pouco mais de 56% contra José Serra (PSDB), e com o apoio de Lula, Dilma Roussef tornou-se a primeira Presidenta do Brasil. O ex-presidente não conseguiu transferir seus mais de 80% da aceitação popular para sua sucessora, o que já demonstrava que Dilma Roussef não herdaria, em sua totalidade, o lulismo. Para Antunes (2020, p. 234), “a grande popularidade obtida pelo governo Lula, que findou seu segundo mandato, em 2010, com mais de 80% de aceitação, conforme pesquisa de opinião divulgada à época, foi fator fundamental para garantir a vitória de sua candidata [...]”. No entanto,

O risco que ele [Lula] não quis correr em 2010, por sua decisão monocrática (ainda que tomada com muita simpatia e envolvimento, mas sem aceitar nenhuma contestação), lhe custou um alto preço, como se pôde constatar em fins de 2015. Esse grave erro do líder incontestado – escolher a dedo uma substituta sem a experiência política necessária para ser sua candidata à Presidência da República – acabou por se constituir num ingrediente central da crise profunda do governo do PT, dada sua incapacidade de enfrentar crises políticas como a que presenciamos em fins de 2015. Vale acrescentar ainda: pela recusa de Dilma em ser uma mera executora das decisões políticas de Lula (Antunes, 2020, p. 234).

Mesmo tendo como ideal afastar-se do modelo político de Lula, “o novo governo manteve a essência das políticas de Lula, dando continuidade ao desenvolvimentismo com viés social baseado em fortes investimentos estatais e nas políticas de transferência de renda” (Motta, 2019, p. 433).

A crise no governo Dilma já dava sinais antes de se personalizar no impeachment ocorrido em agosto de 2016, pois “no ano de 2014 último do primeiro mandato de Roussef, a expansão do PIB foi de apenas 0,5%, já um prenúncio do que estava por vir” (Motta, 2019, p. 435).

Em meio um cenário de crise política e econômica consubstanciada com as manifestações de junho de 2013, Dilma vence as eleições de 2014 “escondendo a intensidade do quadro econômico crítico em que já estava atolado seu governo” (Antunes, 2020, p. 239) o que levou-a depois a fazer concessões à direita e setores da burguesia nacional, além de conceder um ajuste fiscal que desprivilegiava trabalhadores e as classes populares, o que descambaria no golpe que a tirou do poder em 2016. Para Braz (2017),

Dilma, mesmo tendo feito um governo (como fizeram os governos petistas desde 2003) predominantemente voltado para os interesses do grande capital e de seus sócios brasileiros e, a partir de 2015, tendo adotado um programa de governo muito semelhante ao que foi apresentado (e derrotado) pelo candidato do PSDB em 2014, foi arrancada da presidência da República porque foi considerada incapaz de permanecer à frente dos interesses capitalistas que tanto serviu. Estes agora precisavam de um governo genuinamente burguês, capaz de não ceder o mínimo aos trabalhadores, de lhes retirar o pouco que conquistaram e de servir inteiramente, sem concessões, ao grande capital. O pacto de classes já não mais prestava (p. 87-88).

Assim construiu-se no âmbito do judiciário e do legislativo um golpe que acabou por tirar Dilma Roussef da Presidência do Brasil. A primeira presidenta do Brasil deixava o poder consolidando a força da direita na política e levantando nomes como Jair Messias Bolsonaro no cenário político.

Podemos compreender o processo de golpe como uma das crises da democracia desta feita por um dos institutos que fazem parte da mesma. A título de exemplo, pode se falar em crise da democracia quando uma parcela significativa da sociedade não aceita as instituições e apoia partidos que têm o mesmo pensamento que tentam criar um regime alternativo a exemplo do totalitarismo (Gauchet, 2013, p. 8). Para Braz (2017),

Não achamos que isso se constituiu num golpe clássico, uma vez que se desenvolve sem rupturas institucionais significativas. Ao contrário, ocorre dentro do funcionamento regular das instituições democráticas burguesas, ou seja, com o aval da Justiça e do Legislativo. O impeachment vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos “inconvenientes” não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao “republicanismo” e, claro, à democracia (p. 87-88).

Ocorrido o impeachment, Dilma Rouseff deixa o governo e assume em seu lugar Michel Temer, que consolidaria a ascensão da direita na política brasileira.

## **O bolsonarismo e sua elite política**

A chegada à Presidência da República por Jair Bolsonaro mostrou que um grupo político também chegaria ao poder. A construção das elites políticas segundo Reis e Grill (2017) ocorrem num cenário em que envolvem grupos familiares com patrimônios econômicos, culturais, sociais e simbólicos;

trajetórias escolares; e da produção capital, por exemplo, políticos. Assim,

Essas dimensões se complementam para a produção de atributos e trunfos mobilizáveis nas lutas políticas. Assim (e independente da forma de definição do universo empírico ou do “recorte da pesquisa”), a apreensão de suas características multidimensionais e interseccionadas potencializa a investigação extensiva e intensiva dos princípios de funcionamento, seleção e hierarquização dos domínios políticos, dos condicionantes e lógicas de atuação dos agentes, bem como dos processos de legitimação que incidem na composição das “elites políticas” (Reis; Grill, 2017, p. 138).

O representante da elite política bolsonarista, Jair Bolsonaro (foi por 27 anos Deputado Federal), construiu-se como político com discursos que davam voz a uma parcela da sociedade que estava calada devido aos impedimentos legais que suas ideias tinham como luta contra a homossexualidade, pena de morte aos “bandidos”, defesa da Ditadura Civil Militar brasileira, diminuição do papel político e social da mulher, dentre outros. Tendo chegado ao poder de forma democrática, a construção da elite se deu no ingresso de outros membros de outras classes sociais. Mas como percebeu-se, a criação dessa elite alinhava não somente nos discursos, mas também em pensamentos ideológicos, e, portanto, “mesmo na forma democrática, há critérios para que outros membros ingressem no interior da elite” (Malfatti, 2008, p. 5).

Deste modo, será ferramenta de poder pelas elites econômicas e políticas, o discurso. Tal discurso buscará tornar criminoso qualquer categoria social que combata o poder. Pierre Bourdieu (2013) nos explica isto e outros tipos de exercício da autoridade.

Todo reconhecimento é desconhecimento: toda espécie de autoridade, e não apenas aquela que se impõe por meio de ordens, mas aquela exercida sem nos darmos conta, aquela que dizemos natural e que está sedimentada numa linguagem, numa atitude, nas maneiras, num estilo de vida, ou mesmo nas coisas (cetros e coroas, arminho e toga noutro tempo, quadros e móveis antigos, carros ou escritórios de luxo hoje), repousa sobre uma forma de crença originária, mais profunda e mais desenraizável do que o nome sugere (p. 113).

Mas o que é o Discurso? Discurso pode ser algo pronunciado ou escrito, e que para o Michel Foucault - além do poder - pode ser perigoso. Pois,

Por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso [...] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto de desejo; [...] (Foucault, 2009, p. 10).

O Discurso pode ser compreendido como poder de coerção através de pressão exercida em outros discursos, como é o caso do vídeo que será analisado.

## **O trabalho docente como alvo do bolsonarismo**

O trabalho docente caracterizado pelo ensino em instituições de educação infantil, básica e superior, tem como premissa a aprendizagem de estudantes dessas instituições. Caracterizado como um trabalho abstrato e imaterial (Antunes, 2009) é prenhe de precarização como as mais diversas categorias profissionais de égide pública ou privada.

Consequente, compreenderemos que os ataques da elite bolsonarista, através de seu líder, ao trabalho de professor, é mais um ponto da precariedade que vive o trabalhador docente parte da “classe-que-vive-do-trabalho”, que para o sociólogo Ricardo Antunes (2011), na nova morfologia do trabalho.

Desde logo é preciso indicar que a classe trabalhadora compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a classe-que-vive-do-trabalho e que são despossuídos dos meios de produção (p. 408).

Passemos então para a juridicidade do trabalho docente e suas especificidades em tal campo.

A constituição de 1988 prevê algumas peculiaridades que é pertinente ao trabalho de professor no Brasil. O artigo 206 prevê que o ensino no Brasil é dever do Estado junto à família e tem como princípios a cidadania e a qualificação para o trabalho e, ainda, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Brasil, 1988).

No que concerne à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ela dispõe que o ensino terá como esteio os seguintes princípios previstos em tal lei:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;

VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;  
 IX – garantia de padrão de qualidade;  
 X – valorização da experiência extraescolar;  
 XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;  
 XII – consideração com a diversidade étnico-racial (LDB, 2017, p. 10).

O que se percebe são normas que regulam não somente a atividade, mas também as liberdades que o trabalho docente necessita para construção de uma educação de qualidade. Portanto, tolhir o trabalho de professor é ao mesmo não respeitar normas que definem os espaços de atuação deste trabalhador.

Daqui em diante nos debruçaremos a uma reportagem da rede social *YouTube* onde o bolsonarismo demonstra seus ataques ao trabalho e trabalhadores docentes em que “Bolsonaro se torna o ‘mito’ por defender de forma desassomburada a “liberdade” das famílias contra a “ditadura” que os progressistas desejariam impor-lhes em matéria de costumes” e com

O “gabinete do ódio” mantém o público reacionário encapsulado em uma realidade paralela marcada pela paranoia, pelo ódio e pelo medo, alimentada diariamente pela difusão de boatos, notícias falsas e teorias da conspiração (Lynch; Cassimiro, 2022, p. 237).

Usaremos o Canal Band Jornalismo,<sup>48</sup> que em 18 de novembro de 2018 lançou o vídeo na plataforma intitulado “Bolsonaro: Só mau professor se preocupa em ser filmado”.

---

48 O canal inscreveu-se no *YouTube* em 8 de Agosto de 2016 e tem 4,56 mil de inscritos, e ainda, conta com 1.917.143.191 de visualizações e está disponível no link: <http://www.youtube.com/@bandjornalismo>. Acesso em: 15 mar. 2023.

O vídeo com duração de 4 minutos e 11 segundos, traz uma entrevista do recém-eleito Presidente da República ao apresentador José Luiz Datena que expõe o seguinte:

Datena: O Eduardo seu filho, que aliás é boa gente... eu gosto do Eduardo... ele deu uma entrevista... não sei que cada um...ontem, mas ele deu entrevista e falou que o aluno pode gravar o professor que tiver fê... é pregando pregando dentro da sala de aula... doutrinando.. você... não é uma forma de vigiar e vir aquele estado que... que o estado autoritário, você entende dessa forma?  
Bolsonaro: Não entendo dessa forma. Eu sou professor de Educação Física, também. Ministrei instrução...

Datena: O senhor acha que é legal vigiar o professor? (Interrompendo Bolsonaro)

Bolsonaro: Pode filmar! Quando dei Educação Física no quartel, se tivesse me filmando... nessa época não tinha telefone celular, mas se tivesse filmando não tinha problema nenhum. Eu acho que o professor tem que se orgulhar. Se o aluno: “professora, posso te filmar tua aula?”. Até pra em casa assistir novamente. Ah, o professor professora tem que se orgulhar disso aí e não ficar preocupado. Só no meu entender o mau professor é que se preocupa com isso aí.<sup>49</sup>

O diálogo se configura como afronta ao trabalho docente, pois o discurso bolsonarista não procurava o incentivo ao processo educacional, mas configura uma “caça às bruxas” de professores com viés ideológico, diferente do bolsonarismo. Tal discurso exposto antes do governo de extrema direita – não só pelo Presidente, mas por seus ministros – já dava sinais de como a categoria docente seria vista. Além da liberdade de expressão

---

49 BAND JORNALISMO. Bolsonaro: Só mau professor se preocupa em ser filmado. *YouTube*, 06 de nov. 2018. Disponível em: <http://youtube.com/watch?v=JCVy5iZxusQ&si=EnSIECMiOmarE>

do professorado, há o fator criminal sobre a filmagem de um professor. O blog FRL Advogados expõe que,

Sendo assim, a proteção ao direito à imagem é tão cara à legislação brasileira que, no artigo 20 do Código Civil, em seu texto original, há expressa proibição ao uso de imagem de pessoa sem sua autorização, excetuando-se os casos em que o uso desautorizado da imagem seja necessário à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública.

Portanto, em palavras mais precisas, a proteção da imagem é tão forte no Direito Brasileiro que a regra a ser aplicada às pessoas comuns — e mesmo às públicas — é a de que toda retratação de imagem (e de voz) da pessoa deva ser precedida de sua autorização.

Sobre filmagens em ambiente escolar privado Polêmica recente, motivada por falas do ex-Ministro da Educação Weintraub, incentivou alunos a filmar seus professores em sala de aula e divulgar amplamente as imagens e o áudio que atestem a tentativa de o professor promover “doutrinação ideológica” no âmbito escolar.

A despeito das declarações de Weintraub, o aluno só pode licitamente filmar sem autorização o professor em sala de aula, e no ambiente escolar como um todo, para fins de registrar um crime, uma contravenção penal ou, ainda, algum ato que possa ser considerado, de alguma forma, como possivelmente violador da ordem pública. Questões que envolvam dúvida ou descontentamento com a forma como o conteúdo das aulas é transmitido devem ser submetidas pelo aluno ou, preferencialmente, responsável legal do aluno, à apreciação da diretoria da escola (Acioli; Nobre, 2022, n.p).<sup>50</sup>

---

50 Disponível em: <https://www.frlnadvogados.com.br/2022/10/06/filmagem-aluno-escola/#:~:text=A%20despeito%20das%20declara%C3%A7%C3%B5es%20de,como%20possivelmente%20violador%20da%20ordem>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Percebe-se, então, que além da ilegalidade o discurso bolsonarista tinha como projeto limitar e transformar o ensino nacional nos moldes ideológicos da extrema direita provocando a sociedade a contrapor-se aos professores brasileiros.

Visualizando alguns comentários de vídeos é possível perceber a polarização que existiu no Brasil a partir de 2018. Do lado de quem apoia o discurso do político podemos destacar:

Não acho viajar, escola e para ensinar a disciplina, não doutrina, apoio, se estiver doutrinando é pra filmar (Pessoa A).

Firmeza presidente. Deus te proteja sempre. (Pessoa B).

Parabéns presidente (Pessoa C).

Estou de acordo, que não presta não gosta de ser filmado dando aula (Pessoa D).

Nesse caso eu acho que depende de cada professor em querer ser filmado ou não... Mas temos que ter consciência que existe o professor e o doutrinador... O doutrinador tem que ser filmado mesmo!! Ele não tem moral nenhuma (Pessoa E).<sup>51</sup>

Por outro lado, houve quem discordasse também:

Só mau professor se preocupa em ser filmado  
Discordo ... (Pessoa F).

Esse cara tem que respeitar os professores (Pessoa G).

Loko, varrido (Pessoa H).

## Considerações finais

Como ora exposto, o discurso bolsonarista de proteger as famílias brasileiras do comunismo e da esquerda chegou ao trabalho de professor através de diversos ataques durante

---

51 Optamos pelo anonimato dos perfis que comentaram o vídeo.


o governo de Jair Bolsonaro, propagados não somente pelo líder, mas por outros que faziam parte dessa elite política bolsonarista que ganhou corpo a partir de 2018. Inúmeras foram as tentativas de lincar os trabalhadores aos vieses ideológicos da dita esquerda e do petismo, estimulando estudantes a gravarem aulas e, assim, constringendo os professores.

O presente texto, por si só, não consegue abarcar as inúmeras vezes que isto aconteceu, mas tenta contribuir com as especificidades que tem o trabalho docente, neste caso, nos ataques ao ato de ensinar pela extrema direita.

Esperamos que novas análises surjam e contribuam na compreensão desse período sórdido da história do Brasil, mas mais ainda, no entendimento do que é o trabalho docente.

- ACIOLI, B. L.; NOBRE, G. H. G. Escola: como proceder diante de filmagens por alunos não autorizados. *FIRLAN Advogados*. Maceió. 06 de out. de 2022. Disponível em: <https://www.frlnadvogados.com.br/2022/10/06/filmagem-aluno-escola/#:~:text=A%20despeito%20das%20declara%C3%A7%C3%B5es%20de,como%20possivelmente%20violador%20da%20ordem>. Acesso em: 15 mar. 2022.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? *Serviço Social & Sociedade*, v. 1, p. 405-419, 2011.
- ANTUNES, R. L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. 2. ed. 10. reimpr. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Dívida externa bruta (PAN\_DEXT). Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367>. Acesso em: 03 ago. 2003.
- BAND JORNALISMO. Bolsonaro: Só mau professor se preocupa em ser filmado. *YouTube*, 06 de nov. 2018. Disponível em: <http://youtube.com/watch?v=JCVy5iZxusQ&si=EnSIECMiOmarE>.
- BOURDIEU, P. Bourdieu e a questão das classes: o capital simbólico e classes sociais. *Revista novos estudos*. p. 105-115, jul. 2013.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serviço Social & Sociedade*, v. 1, p. 85-103, 2017.
- EQUIPE INFOMONEY. ...que o Brasil, que era a 8ª maior economia do mundo em 1998, caiu para 12ª posição em 2002? *InfoMoney*, São Paulo, 14 de maio de 2003. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/que-o-brasil-que-era-a-8a-maior-economia-do-mundo-em-1998-caiu-para-12a-posicao-em-2002/>. Acesso em: 08 mar. 2023.
- FICHELSTEIN, F. *Do fascismo ao populismo na história*. São Paulo: Almedina, 2019.
- FRAGA JUNIOR, P. "Lulinha paz e amor" fugiu dos conflitos. *Jornal folha de São Paulo*. Edição de 27 outubro de 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2710200223.htm>. Acesso em: 08 mar. 2023.

- GAUCHET, M. *La democracia: de una crisis a otra*. NUEVA VISION. 2013, p. 8.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. *Variação acumulada no ano durante o Plano Real (%), dezembro 1995 - dezembro 2023*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precosconsumidor-amplo.html?edicao=20932&t=series-historicas>. Acesso em: 08 mar. 2023.
- LDB. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 f.
- LYNCH, C. E. C.; CASSIMIRO, P. H. P. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica do governo Bolsonaro (2018-2021). *Aisthesis*, v. 70, p. 223-249, 2022.
- MAGNELI, A. (org.). *Uma democracia (in)acabada: quadros e bordas da soberania do povo com Pierre Rosanvallon*. Rio de Janeiro: Ateliê das Humanidades, 2019.
- MALFATTI, S. A. A teoria das elites como uma ideologia para perpetuação no governo. *Thaumazein*, Santa Maria, v. 2, p. 1-12, 2008.
- MOTTA, R. P. S. O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). *O Brasil Republicano 5: O tempo da Nova República: Da transição da Democracia à crise política de 2016*. Quinta República (1985-2016). 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- REIS, E. T.; GRILL, I. G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo Social*, v. 29, n. 3, p. 137-159, 2017.
- ROSANVALLON, P. *O século do populismo: história, teoria, crítica*. Tradução Diogo Cunha. 1. ed. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2021.
- ROSANVALLON, P. *Por uma História do Político*. Tradução de Cristian Edward Cyril Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.
- SINGER, A. V. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos: CEBRAP*, p. 83-102, 2009.
- TEIXEIRA, R. A.; PINTO, E. C. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, p. 909-941, dez. 2012.



**II**  
**IDEOLOGIAS DAS ELITES EM PAUTA:**  
**PERSPECTIVAS SOBRE IDEIAS,**  
**INSTITUIÇÕES E GÊNERO**

## **Revelando o quase desapercibido: análise das demandas e posicionamentos dos povos indígenas nas páginas dos jornais (1904-1925)**

*Evelyn Marcele Campos Ramos*

A relação entre jornais e povos indígenas é complexa e multifacetada. A representação de grupos indígenas na mídia frequentemente oscilou entre marginalização, estereotipização e, em momentos mais progressistas, uma tentativa de apresentar demandas a essas comunidades.

De forma geral, os meios de comunicação têm o poder de perpetuar imagens equivocadas e reducionistas dos povos indígenas, mas, por outro, podem servir como uma ferramenta vital para a sensibilização do público em geral sobre questões indígenas.

Dentro deste contexto, os jornais atuam simultaneamente como um espelho e um moldador de perspectivas. Como espelho, eles retratam as normas, crenças e atitudes predominantes de uma cultura ou sociedade em um dado momento. Isto é evidente quando se examina o conteúdo dos jornais ao longo das décadas, refletindo as mudanças sociopolíticas e culturais.

Por outro lado, como moldadores, os jornais têm a capacidade de influenciar ativamente o pensamento público, estabelecendo agendas, priorizando certos temas em detrimento de outros e escolhendo quais vozes serão ouvidas

ou silenciadas. O modo como uma história é contada, o enquadramento de um evento ou a seleção de imagens pode reforçar ou desafiar ideias preexistentes.

Os meios de comunicação podem perpetuar divisões ou funcionar como pontes de entendimento. Em questões sensíveis, como a representação de grupos minoritários ou marginalizados, a responsabilidade da mídia se torna ainda mais crítica.

Falando especificamente do início do século XX, a relação entre os jornais e os povos indígenas na região amazônica do Brasil era moldada por uma série de fatores históricos e sociais. Muitas vezes, os jornais desempenhavam um papel ambíguo, retratando os indígenas como exóticos e primitivos, contribuindo assim para a caracterização e marginalização dessas comunidades. Ao mesmo tempo, no entanto, alguns jornalistas e publicações também buscavam destacar as questões enfrentadas pelos povos indígenas, como o deslocamento forçado, a exploração de suas terras e a perda de suas culturas.

Nesse período, os jornais desempenhavam um papel fundamental na formação da opinião pública e na construção da identidade nacional brasileira. Portanto, a representação dos povos indígenas nas páginas dos jornais tinha um impacto significativo na percepção pública dessas comunidades e nas políticas governamentais em relação a elas.

No Brasil, a história das populações indígenas é uma narrativa complexa, marcada por séculos de contato com colonizadores europeus e uma luta contínua pela proteção de suas terras, culturas e direitos. Este capítulo se concentra em analisar as demandas e posicionamentos dos indígenas conforme documentado em notícias de jornais do início do século XX. As notícias selecionadas refletem uma época em que os povos indígenas enfrentavam desafios significativos, incluindo conflitos territoriais, exploração e violência.

## **Demandas dos povos indígenas**

A análise da evolução histórica da luta pelos direitos territoriais dos povos indígenas dentro da sociedade capitalista requer uma breve descrição da relação entre as estruturas de poder e as comunidades indígenas ao longo da história do Brasil. A questão da posse da terra pelos indígenas tem sido marcada por uma série de desafios, incluindo conflitos violentos com a classe dominante.

No decorrer do século XX, uma série de demandas e posicionamentos dos povos indígenas na região amazônica foi registrada em jornais da época. Essas notícias destacam a luta dos indígenas por seus direitos territoriais, autonomia e proteção contra abusos cometidos por fazendeiros, exploradores de castanha e outros colonizadores. As histórias desses povos indígenas, como os Kaxinawá, os Munduruku, Waimiri e outros, fornecem uma visão importante das complexas relações entre os indígenas e a sociedade envolvente naquela época.

A invasão, ocupação e exploração do território brasileiro tiveram um papel central nas transformações drásticas enfrentadas pelos povos indígenas ao longo de cinco séculos. Esse processo de degradação, tanto em termos físicos quanto culturais, resultou na eliminação de numerosos grupos étnicos e comunidades indígenas. Ao analisarmos as notícias, podemos identificar elementos teóricos e metodológicos valiosos para visualizar o contexto histórico e social vivenciado por esses povos, bem como para compreender a rede contemporânea de ameaças que coloca em risco a própria continuidade da vida indígena, sua capacidade de autodeterminação e sua organização interna.

Em 1904, o respeitado *Jornal do Commercio* capturou em suas páginas um evento histórico e de grande relevância para a compreensão do panorama social e político da época:

### Protesto

Ao exm. sr. Dr. governador do Estado, ás justiças estaduaes e ao publico.

O abaixo assignado em nome dos indios proprietarios dos terrenos ás margens do <Igarapé Preto> no Paraná de Bôa-Vista, comarca de S. Paulo de Olivença, vem protestar contra a demarção feita pelo engenheiro Tiberio Ribeiro de Alboim, auctorisada pelo sr. Manoel de Souza Mafra, procedida nas mesmas terras, promettendo em tempo defender os direitos dos mesmos indios.

<Vendeval> em S. Paulo de Olivença, 10 de outubro de 1904.

João Ayres da Cruz.<sup>52</sup>

A fonte notícia intitulada “Protesto” e publicada em 22 de outubro de 1904 é um documento de grande relevância que nos aponta que no início do século XX, quando as terras indígenas no Brasil enfrentavam desafios significativos relacionados à demarcação e desapropriação. Este registro foi publicado no *Jornal do Commercio* e escrito por João Ayres da Cruz, que segundo ele está representando os indígenas proprietários das terras nas proximidades do Igarapé Preto, localizado no Paraná de Boa Vista, na então comarca de São Paulo de Olivença.

Neste documento, João Ayres da Cruz apresenta um protesto contra a demarcação de terras liderada pelo engenheiro Tiberio Ribeiro de Alboim, uma ação autorizada por Manoel de Souza Mafra, ambos funcionários da inspetoria indígena. O protesto não apenas destaca a resistência dos indígenas em face da perda de suas terras ancestrais, mas também evidencia a importância dessas notícias para compreender as lutas e os direitos territoriais das comunidades indígenas no Brasil durante esse período crucial da história do país.

---

52 JORNAL do Commercio, 22 de outubro de 1904. Manaus, 1904. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/I70054\\_01/1170](http://memoria.bn.br/docreader/I70054_01/1170)

No início do século XX, a questão indígena não era tratada substancialmente como se fosse social ou política. Estava situada nos conflitos de interesse econômico em torno da posse de terras. A Constituição de 1891 não tratava de forma substancial da questão, fazendo apenas breve menção a um possível reconhecimento de terras que eventualmente tivessem sido reconhecidas anteriormente pela Coroa Portuguesa. Índios continuavam sendo vistos como problema para o desenvolvimento nacional e como obstáculo para o progresso nacional.

Após denúncias internacionais da condição indígena e dos trabalhadores do campo brasileiro, foi criado, em 1910, o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que em 1918 se tornaria o Serviço de Proteção aos Índios, o SPI. Em função das dificuldades da primeira versão do órgão para atuar na amplitude das demandas de tantos grupos sociais, o SPI passa a atuar exclusivamente com as demandas indigenistas. O índio passa a ser visto como “um ser digno de conviver em comunhão nacional”, mas permanece a visão da inferioridade cultural e “evolutiva”. Vistos como infantis, “necessitariam da tutela do Estado a quem caberia dar-lhes condições para evoluir a um estágio cultural e econômico superior, para daí se integrarem à nação” (Gomes, 2012, p. 92-93).

Para além dessas queixas a membros do governo, os indígenas encaminhavam aos periódicos denúncias de invasões de civis as regiões aldeadas:

O martyrio dos nossos selvagens  
 Alguns delles fôram cruelmente assassinados  
 Do Madeira, o coronel José Caripé traça-nos  
 uma carta, todas a queixas dos índios ao que  
 nos refere as atrocidades praticadas contra os  
 selvagens, pelos que se dizem civilizados.  
 O coronel José Caripé diz-nos que os índios  
 haviam sido maltratados, sendo mortos dois ou

três dentre eles que tiveram decepadas as cabeças. Na sua missiva o coronel José Caripé – pede-nos chamemos para esse caso, como também para outro igual passado no rio Branco, a atenção do sr. Inspector de índios.

O coronel Caripé oferece-se, dia para colocar à mercê da policia, os assassinos dos índios do rio Branco, embora desconheça completamente quaes sejam eles. Mas, prontifica-se a prendel-os e entregal-os á autoridade, não procurando indagar se eles são seus fregueses ou não.<sup>53</sup>

Nesta fonte, o coronel José Caripé escreve uma carta ao jornal, a qual se torna uma notícia. A mesma apresenta as queixas dos indígenas sobre as atrocidades cometidas contra eles por aqueles que se consideram civilizados. Essa fonte destaca um evento trágico envolvendo a violência cometida contra indígenas e a resposta do coronel José Caripé, que deseja trazer os responsáveis à justiça. Isso se torna relevante, pois podemos observar as relações entre indígenas e outros grupos na sociedade da época e logo, percebemos uma participação indígena em questões que estavam em torno do seu interesse mesmo que, em vários casos, anunciar situações que trouxeram resultados negativos para eles.

Ao invés de vítimas passivas de um processo de perdas culturais sucessivas que os conduzia inevitavelmente à extinção étnica e cultural, os índios inseridos no governo brasileiro, podem ser vistos como agentes sociais ativos neste processo (Almeida; Moreira, 2012, n.p).

Partindo desse ponto, os jornais possuem outras fontes onde os indígenas eram os sujeitos e estes apresentavam queixas ou demandas nesse período. A notícia abaixo relata

---

53 JORNAL do Commercio, 22 de outubro de 1904. Manaus, 1904. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/141928](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/141928)

que no ano de 1905, os indígenas que se encontram na capital solicitaram ajuda do público para se manterem em Manaus e retornarem às suas moradias no Rio Branco. Eles são descritos como representantes dos primeiros habitantes do Amazonas, e o apelo é feito à generosidade pública para atender a demanda desses indígenas:

#### INDIOS DO RIO BRANCO

Os índios que aqui se acham, segunda já noticihemos, pediram-nos que solicitassem do publico qualquer auxilios com que se possam manter nesta capital e regressar á suas moradias rio Branco.

Attendendo no pedido desses pobres representantes dos primeiros habitantes do Amazonas, aqui aclamamos para generosidade publica para que seja satisfeito o justo desejo desses índios.<sup>54</sup>

Esta fonte parece focar em uma perspectiva diferente, destacando a situação dos indígenas que buscavam apoio e auxílio em Manaus. A notícia ressalta a importância de atender à demanda desses indígenas, revelando uma perspectiva diferente que destaca não apenas as demandas territoriais, mas também as condições socioeconômicas e as dificuldades enfrentadas pelos indígenas naquele período.

Esses relatos proporcionam um quadro mais abrangente das experiências dos indígenas na Amazônia do início do século XX, evidenciando as múltiplas facetas de suas interações com a sociedade circundante e as diversas situações que demandavam atenção e apoio público.

Nesse acontecimento em específico, é relatado através dos jornais que os indígenas do Rio Branco, que estiveram em Manaus, vieram até a redação do jornal para se despedir. Eles estavam

---

54 JORNAL do Commercio, 16 de junho de 1905. Manaus, 1905. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/141928](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/141928)

acompanhados pelo diretor parcial dos índios, Zeferino Castro. Os indígenas expressaram sua satisfação pela atenção prestada pelo governador do Estado e agradeceram ao coronel Hidelbrando Antony pelo acolhimento generoso, assim como ao jornal:

#### VARIAS NOTICIAS

Os índios do Rio Branco e que estiveram nessa capital, vieram, hontem, á nossa redacção trazer-nos as suas despedidas, acompanhados do sr. Zeferino Castro, director parcial dos mesmos naquelle local.

Disseram-nos estar satisfeitos pela attenção que lhes prestou o sr. Dr. governador do Estado, gratos ao generoso acolhimento que lhes deu o coronel Hidelbrando Antony e reconhecimentos pela gentileza com que os recebeu O JORNAL.<sup>55</sup>

Ao refletirmos quanto a esse agradecimento, podemos ponderar a partir da perspectiva do antropólogo James C. Scott que contribui com este trabalho ao propor a existência de duas formas de discursos: uma pública e uma oculta. O autor é conhecido por tratar de questões no âmbito da infrapolítica, entendida por ele como “um vasto leque de meios de resistências discretas que recorrem a formas indiretas de expressão” (Scott, 2013, p. 50). As ideias de Scott são relevantes para esta pesquisa porque destacam as formas de enfrentamento por parte dos grupos subordinados, mostrando a importância do entendimento dos discursos construídos nos bastidores e como se dá sua lapidação para se transformar em um discurso público dentro das possibilidades que a situação permite.

Na perspectiva dos subordinados, os indivíduos desprovidos de poder conseguem manipular habilmente os termos da sua subordinação de modo a expressar a sua dissidência publicamente,

---

<sup>55</sup> JORNAL do Commercio, 18 de julho de 1905. Manaus, 1905. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/2367](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/2367)

ainda que de modo críptico, sem nunca oferecer aos seus antagonistas um pretexto para um contragolpe (Scott, 2013, p. 220).

Em seus estudos, o autor demonstra interesse em entender as ações de resistência dos grupos subalternos quando em situação de opressão.

A representação que procede da civilidade interessa-nos aqui menos do que a representação que foi imposta à grande maioria das pessoas ao longo da história. Refiro-me ao comportamento público exigido àqueles que estão sujeitos a formas de subordinação social sistemáticas e complexas: o trabalhador face ao patrão, o reideiro face ao proprietário, o servo face ao senhor, o escravo face ao amo, o intocável face ao brâmane, um elemento de uma raça submetida face a uma raça dominante (Scott, 2013, p. 28).

A teoria scottiana enfatiza que todos os grupos subordinados criam, a partir de suas experiências com o poder, um discurso oculto, que representa uma crítica velada ao grupo dominador.

Usaremos o ‘discurso oculto’ para caracterizar o discurso que tem lugar ‘nos bastidores’, fora do campo de observação direta dos detentores do poder (Scott, 2013, p. 13).

Posto isso, a autor ressalta que o discurso oculto não é uma estratégia utilizada apenas pelos subalternos, os grupos poderosos também possuem seus discursos ocultos, geralmente enunciações das práticas e das exigências de dominação não confessadas perante os seus subordinados.

Em contrapartida, Scott aplica o termo “discurso público” às relações explícitas entre subordinados e os detentores do poder. Cabe destacar que, mesmo quando a intenção do

discurso público não é a de enganar, fica difícil apreender as relações de poder que o perpassam, pois “muitas vezes, ambas as partes têm interesse em desenvolver uma conspiração tácita para forjar uma representação distorcida da realidade” (Scott, 2013, p. 28).

A partir de Scott, pode-se perceber que as relações de poder não são lineares, tornando impossível mesmo esse grupo tendo direito de exigir atendimento às suas demandas e apoio a sua estadia na capital, estes preferiram procurar apoio junto à população civil.

Nota-se também que a questão da educação de jovens indígenas era uma demanda solicitada e isso fica evidenciado com o telegrama assinado pelo Capitão Amilcar Magalhães, que fazia parte da comissão de linhas telegráficas do estado de Mato Grosso ao Amazonas, recebeu um telegrama do Coronel Rondon, do Rio Jamari.

Jornal dos jornaes  
(Em poucas linhas)

O capitão Amilcar Magalhães da comissão de linhas telegraphicas do Estado de Mato Grosso ao Amazonas, recebeu um telegramma do Coronel Rondon, de Jamary, comunicando-lhe que para o Rio embarcara alli o indio Amilcar Borodoal, natural de Arikêm, afim de ser matriculado, da mesma forma por que o foi anteriormente o pequeno Indio Pariba, no Collegio Baptista.

Diz o coronel Rondon que o pae de Amilcar, o cacique Pinduba, ao morrer, lhe pediu que velame pela educação do menino.<sup>56</sup>

O telegrama informava que o indígena Amilcar Borodoal, natural de Arikêm (atual Ariquemes), havia embarcado para o Rio, onde seria matriculado, da mesma forma que o pequeno

---

56 JORNAL do Commercio, 29 de junho de 1917. Manaus, 1917. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/23195](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/23195)

Índio Pariba, no Collegio Baptista. O Coronel Rondon explicou que o pai de Amilcar, o cacique Pinduba, havia pedido que ele cuidasse da educação do menino após sua morte.

Percebe-se que a educação escolar era importante estratégia de uma política de integração da nação. Isso foi especialmente marcante na região Norte, em que a escola cumpriu papel de incentivar um ideário nacionalista brasileiro nos indígenas.

Além da educação escolar visando o ensino da língua portuguesa, e noções de matemática para o comércio, também eram transmitidas técnicas agrícolas, pecuárias e industriais. Segundo o ideário positivista instituído na política do Serviço de Proteção ao Índio-SPI, a educação previa a emancipação definitiva dos indígenas e sua introdução na “vida civilizada” (Tassinari, 2008).

#### Os “Itogapuk”

Interessantes notas sobre estes silvícolas Fomos suprehendidos, hontem, com a visita dos índios Iacunigoracont, tuxaua; Chapoupa e Macub-guy e das índias Ituina-hy e Ichanõy, ambas de maior de idade.

Pertencem a tribo Itogapuk, do alto Aripuanã e vieram acompanhados do sr. Agesilão Carvalho Guillon, delegado dos selvícolas n'aquella região, por nomeação do dr. Bento Lemos, esforçado inspector geral dos índios neste estado.

O tuchaua, de estatura baixa, côr morena e compleição robusta, fala com algum desembaraço o nosso idioma. Em palestra commosco declarou que os índios da sua tribo não são ferozes nem vingativos, mas, apezar disso, têm sofrido os mais bárbaros e hediondos castigos por parte de certos elementos que infestam aquella região.

A proposito lembrou que, em agosto do anno passado, a sua maloca, então situada nas cabeceiras do igarapé de Lourdes, fora atacada inopinadamente por um grupo de peruanos,

vindos do rio Madeirinho, com esse objetivo criminoso. Em face de tão cruel e injustificável atentado, teve de sustentar a lucta contra os atacantes, que eram em grande numero e dispunham de rifles, bacamartes e outras armas. Nesse tiroteio, morreram cincoenta e tantos índios, inclusive mulheres e creanças.

Não satisfeitos com a sangueira, os peruanos se apossaram de alguns selvicolas e lançaram fogo á maloca, que foi totalmente destruída. Poucos índios conseguiram escapar, evadindo-se no seio da matta. O tuchaua contou-nos que os índios da sua tribu estão dispostos a dar incremento á agricultura n'aquella região, esperando, para isso, a proteção do ministério da agricultura no que diz respeito ao fornecimento de sementes materiaes agrários e meios de subsistencia.

Nessa altura, arrematando a palavra do tuchaua, o sr. Guilon participou-nos que o dr. Bento Lemos, com quem conferenciou longamente, está disposto a empregar todos os esforços no sentido de tornar permanente o aproveitamento dos índios nos diversos ramos da agricultura, n'aquella região.

Disse-nos mais que é bem possível a criação de uma escola primaria para os selvicolas no Aripuanã, dependendo, entretanto, essas medidas do amparo do ministério da agricultura.<sup>57</sup>

Nesta fonte, são apresentadas notas interessantes sobre os indígenas da etnia Itogapuk, que à época estavam estabelecidos no rio Aripuanã. O tuxaua chamado Icunigoracont, Chapoupa, um indígena Macub-guy e duas mulheres indígenas Ituina-hy e Ichanõy visitaram a sede do *Jornal do Commercio* e vieram acompanhados do Sr. Agesilão Carvalho Guillon, delegado dos índios naquela região, nomeado por Bento Lemos, o inspetor geral dos índios no estado do Amazonas. O tuxaua

---

57 JORNAL do Commercio, 31 de março de 1920. Manaus, 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/146178](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/146178)

descreveu que os indígenas de sua comunidade não são ferozes nem vingativos, mas estavam sofrendo ataques cruéis de seringueiros da região.

Ele mencionou um ataque ocorrido em agosto do ano anterior, no qual sua maloca foi atacada por peruanos, resultando na morte de muitos índios, incluindo mulheres e crianças. Os peruanos também incendiaram a maloca, destruindo-a completamente, o que fez com que essa comunidade saísse do Igarapé de Lourdes.

O tuxaua expressou o desejo dos indígenas de sua comunidade em se envolverem na agricultura na região e esperava a proteção do Ministério da Agricultura, incluindo o fornecimento de sementes, materiais agrários e meios de subsistência. Conforme a notícia, o Sr. Guillon mencionou que Bento Lemos estava disposto a promover o envolvimento dos indígenas na agricultura e até mesmo a criação de uma escola primária para eles no Aripuanã, com base no apoio do Ministério da Agricultura (Melo, 2009, p. 166-167).<sup>58</sup>

Durante a década de 1920, ao longo dos anos, situações de denúncias chegam de maneira recorrente no âmbito dos periódicos. Vejamos essa sequência denúncias, relacionadas aos Munduruku, que habitavam o município de Borba:

#### Peregrinos da Selvas

A chegada de um grupode indios Mundurucus.  
As providências do Inspetor dos de Indios –  
Medidas tomadas pelo chefe de policia  
Muita gente presenciou hontem um triste

---

58 Segundo Joaquim Rodrigues de Melo, em 1922, o Serviço de Proteção ao Índio, inaugura o Posto Indígena do rio Madeirinha que tinha como finalidade auxiliar os indígenas Itogapuk que andavam dispersos, vítimas de aventureiros, que, tinham como objetivo expulsá-los do suas terras. Assim, o posto cercaria esses indígenas de proteção, fornecendo-lhes, na medida dos recursos do posto, instrumentos de lavoura e outros objetos de utilidade. Ver: MELO, J. *SPI: A política indigenista no Amazonas*. Cultura, Edições Governo do Estado, 2009.

espetaculo com a chegada ai nosso porto, de um batelão carregado de indios Mundurucu's. Os selvicolas vieram do municipio de Borba em deploravel estado de abatimento physico, tendo feito a viagem em seis dias de amargas apprensões, sujeitos às inclemencias do sol e das chuvas.

Residente no Logar Laranjal, à margem do rio Mari-Mary, afflente do rio Abacaxys, esses indios queixam-se a saber do civilisado Gabriel Guimarães, dizendo que elle tenta apossar-se daquella antiga aldeia, onde levantaram doze barracas e fizeram plantações de seringueiras, castanheiras, cafeeiro, cereaes e arvores frutiferas. Accentuam que foi esse o motivo que os touxe a esta capital, em busca de providência, pois não querem de modo algum perder o logar onde construíram os seus lares e viram nascer os seus filhos, sentido-se felizes com os encantamentos daquelle recanto solitario.

A inspeccoria de indios, attendendo aos reclamos desses aborigenes, que estiveram no seu escriptorio, pediu as necessarias providencias ao dr. chefe de policia, tendo esta autoridade promptamente official de ao delegado de policia de Borba no sentido de garantir os perseguidos e evitar que elles sejam forçados a abandonar o seu domicilio.

Os mundurucu's trouxeram como interprete um indio de nome Olegario, que falla, com algum desembaraço a nossa lingua.<sup>59</sup>

Nesta fonte, descreve-se a chegada de um grupo de indígenas Munduruku ao porto de Manaus, vindos do município de Borba. Os indígenas estavam em estado físico debilitado após uma viagem de seis dias sujeitos às inclemências do tempo. Eles residiam em um lugar chamado Laranjal, à margem do rio Mari-Mary, e reclamavam contra as ações de um homem chamado Gabriel Guimarães, que tentava tomar posse de sua

---

59 JORNAL do Commercio, 29 de abril de 1923. Manaus, 1923. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/30994](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/30994)

antiga comunidade, onde construíram suas casas e plantações. Os Munduruku buscavam providências para evitar a perda de seu lar e seu modo de vida. Segundo a notícia, a Inspetoria de Índios solicitou ao chefe de polícia que tomasse medidas para proteger os indígenas e evitar que fossem forçados a abandonar suas terras.

Essa legitimação, garantiu que os Munduruku viessem a Manaus sempre que fosse necessário realizar suas denúncias. Vejamos essa notícia publicada em 06 de novembro de 1923:

OS MUNDURUCUS  
A CHEGADA DE DOIS BATELÕES  
TRIPULADOS POR INDIOS-INVASÃO DE  
INTRUSOS A VARIAS ALDEIAS

Ao porto desta capital chegou hontem um batelão trazendo numeroso grupo de indios Mundurucu's, quasi todos adaptados aos costumes da civilização.

Esses selvícolas estiveram no escriptorio da inspetoria de índios queixando-se ao sr. Arthur Brandeira, inspector interino, de que alguns aventureiros estão dispostos a invadir as terras das suas aldeias situadas em Igapó-assu e noutros afluentes dos rios Preto e Autaz-assu, onde residem há longos anos e possuem zonas e outras bem-feitorias.

Outro grupo de índios queixou-se contra Gabriel Guimarães por haver invadido parte da sua aldeia Laranjal, no rio Marimari, com o fim de explorar o castanhal dos selvícolas naquela zona.

O inspector de índios baixou uma portaria determinando que o auxiliar Joaquim Godim siga para aquella região, no primeiro navio destinado ao rio Madeira, devendo o mesmo funcionário examinar as zonas invadias e proceder as devidas investigações afim de que a inspetoria, orientada, possa fundamentar o officio que vae dirigir a autoridade local solicitando as necessarias providencias.

O índio Militino de Souza, chefe de um dos grupos, conferenciará hoje com o dr. Mario do Rego Monteiro, chefe de policia, que, ultimamente, atendendo a um officio da inspetoria de índios, ordenou a autoridade policia de Canuman que impedisse quais violências contra as aldeias dos selvícolas.<sup>60</sup>

A notícia publicada em 06 de novembro de 1923 relata a chegada de dois batelões tripulados por indígenas Munduruku ao porto de Manaus. O grupo numeroso de indígenas, em sua maioria já adaptado aos costumes da cidade, dirigiu-se ao escritório da Inspetoria de Índios para formalizar queixas contra a invasão planejada por aventureiros em suas terras, localizadas em Igapó-açu e em afluentes do Rio Preto e Rio Autaz-Açu.

O segundo grupo de indígenas Munduruku, por sua vez, denunciou novamente a invasão perpetrada por Gabriel Guimarães a comunidade do Laranjal, no Rio Marimari, com o intuito de explorar os castanhais da região. Em resposta a essas queixas, o inspetor de índios emitiu uma portaria determinando que o auxiliar Joaquim Godim se deslocasse para a área em questão no primeiro navio com destino ao rio Madeira. A incumbência de Godim consistia em examinar as áreas invadidas, conduzir investigações e fornecer subsídios para a elaboração de um ofício a ser encaminhado às autoridades locais, solicitando as providências necessárias.

O autor da notícia dá destaque, ainda, a ação proativa das autoridades na figura do chefe de polícia, Mario do Rego Monteiro, que atendendo a um ofício da Inspetoria de Índios, ordenou à autoridade policial de Canumã, localizado no município de Borba, que evitasse qualquer violência contra as aldeias dos índios. A notícia ainda destaca a proximidade entre as Munduruku e autoridades locais, pois, o chefe de um dos

---

60 JORNAL do Commercio, 06 de novembro de 1923. Manaus, 1923. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/170054\\_01/31455](http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/31455)

grupos vindos nos Batelões, Militino de Souza, estava agendado para se reunir com o Sr. Mario do Rego Monteiro, a fim de discutir a situação.

Este episódio registrado nos periódicos evidencia os conflitos territoriais enfrentados pelos Munduruku devido à invasão de suas terras por aventureiros e ao mesmo tempo destaca as medidas tomadas pelas autoridades governamentais para investigar e resolver a situação.

Apesar dessa tentativa apresentar as autoridades governamentais como os solucionadores de situações conflituosas dos indígenas, ou como defensores dos territórios indígenas, observamos que Terra Indígena Coatá-Laranjal, localizada no município de Borba, só foi demarcada em 2004 (Brasil, 2004), e ao pensarmos a situação dos Munduruku, temos um exemplar problema fundiário enfrentado pelos povos indígenas no país.

O pertencimento cultural, simbólico e social de um povo originário está intrinsecamente ligado à sua relação contínua e duradoura com o ambiente que habita. A permanência no lugar é um elemento crucial para a construção e preservação da identidade de uma comunidade. Essa ligação profunda com o meio de viver não apenas influencia o modo como os indivíduos interagem com o ambiente natural, mas também define a forma como se relacionam entre si e com outros grupos. A continuidade do vínculo com o território fortalece o senso de pertencimento, fornecendo uma base estável para a expressão cultural e a transmissão de conhecimentos de geração em geração. Assim, a permanência do lugar torna-se um alicerce essencial para a preservação da diversidade cultural e para a compreensão da riqueza das identidades originárias (Cardoso *et al.*, 2023).

Nesse contexto, o ano de 1924 traz à tona um capítulo perturbador na história de uma outra comunidade indígena de Borba: *Seteman*. A continuidade da narrativa sobre a

preservação dos territórios indígenas revela-se crítica, evidenciando quais desafios as comunidades originárias do início do século XX enfrentavam. A denúncia de invasões por parte de civilizados, resultando em depredações e na expulsão indiscriminada de indígenas de seus aldeamentos, ressalta a fragilidade da relação entre essas comunidades e o ambiente que historicamente habitam. Vejamos a notícia:

#### EM SETEMAN

Ao chefe de policia a inspeccoria de indios pediu providencias de ser aberto rigoroso inquerito da aldeia *Seteman*, no municipio de Borba, a qual foi ultimamente invadida por varios civilizados que commetteram alli depredações e espacaram os selvicolas domiciliados, não respeitando idade nem sexo.

Ao que consta o objectivo desses individuos é expolsar os legitimos posseiros com o fim de occupar a aldeia e explorarem o pequeno castanhal alli existente, que constitue a principal fonte de recursos dos aborigenes.

A inspeccoria teve conhecimento desses factos por um uma denuncia de um selvicola protocolada por officio que recebeu *Igapú-assu'*, no rio Autaz<sup>61</sup>.

Em 1924, a situação envolvendo os indígenas da comunidade *Seteman*<sup>62</sup>, no município de Borba, estava se deteriorando devido à invasão de vários não indígenas que estavam causando depredações e agredindo os indígenas, sem respeitar idade ou sexo. O motivo aparente dessa invasão

---

61 JORNAL do Commercio, 14 de novembro de 1924. Manaus, 1924. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/32437](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/32437)

62 A Terra Indígena Setemã, fica na proximidade do município de Borba e está em fase de homologação para demarcação de terra. Atualmente, o povo indígena que vive nesse território são os Mura. Ver: TERRA Indígena Setemã. Terras Indígenas no Brasil. ISA. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4469>. Acesso: 05 fev. 2024.

era a intenção de expulsar os legítimos donos do território para explorar o pequeno castanhal local, que representava a principal fonte de recursos para os indígenas daquela região.

Essa é mais uma situação preocupante envolvendo a invasão das terras indígenas e a exploração de recursos naturais por pessoas não indígenas, o que frequentemente resultava em conflitos e prejuízos para as comunidades indígenas pois, a situação de invasão de terras indígenas e exploração de recursos naturais por não indígenas tem se intensificado ao longo do tempo, gerando preocupações crescentes impactando não apenas o meio ambiente, mas também a cultura e o modo de vida dessas populações.

Essa violência assume diferentes contornos. Seja através da perda compulsória das terras ancestrais dos povos num processo de expropriação (Oliveira, 1996), seja com o apagamento e silenciamento de práticas culturais, chamado de etnocídio (Clastres, 2004) e seja a partir da destruição dos conhecimentos tradicionais, o epistemicídio (Basini, 2017), ou mesmo através de atos contra as vidas indígenas.

Mesmo com todo esse contexto de violência, os indígenas seguiam exigindo das autoridades governamentais apoio para resolução destas situações de conflito. Para isso, vejamos a notícia publicada em 1925:

#### VÁRIAS

O chefe de policia, despachando o officio do sr. Arthur Bandeira, ajudante da inspeccoria do serviço de proteção aos índios, que após solicitação dos índios pediu providencias no sentido de ser evitada a invasão de terras occupadas pelos selvícolas das malocas Soledade, Santa Cruz, Nova Esperança, Passe Bem e igarapé de Mირity, no rio Maicy, mandou remeter copia do mesmo ao delegado policial de Manicoré solicitando informações sobre o facto e quaes as providencias que tomou, tudo com urgência.

Esta notícia de 1925 relata que o chefe de polícia recebeu um ofício do Sr. Arthur Bandeira, ajudante da Inspetoria do Serviço de Proteção aos Índios, solicitando providências para evitar a invasão das terras ocupadas por indígenas pertencentes às seguintes comunidades: Soledade, Santa Cruz, Nova Esperança, Passe Bem e Igarapé de Miriti, localizadas no Rio Maici<sup>63</sup>.

A preocupação se devia ao fato de que pessoas não-indígenas estavam tentando invadir e ocupar essas terras, ameaçando a presença dos indígenas nas suas áreas tradicionais. O chefe de polícia tomou medidas para obter informações sobre o assunto e garantir a segurança das comunidades ameaçadas.

Esse documento evidencia as proporções que a invasão de terras indígenas tomava bem como pontuava como era necessário verificação das queixas dos mesmos, visando a proteção dos direitos e o território dos povos no Amazonas naquele período.

Isso evidencia mais um caso em que os direitos territoriais e de posse dos povos indígenas eram ameaçados por ações da população geral da época e quão importante eram os territórios ancestrais para os indígenas e quais dimensões isso tomava.

Segundo o indígena da etnia Baniwa e antropólogo para os indígenas o território é:

Território é condição para a vida dos povos indígenas, não somente no sentido de um bem material ou fator de produção, mas como o ambiente em que se desenvolvem todas as formas de vida. Território, portanto, é o conjunto de seres, espíritos, bens, valores, conhecimentos, tradições que garantem a possibilidade e o sentido da vida individual e coletiva. A terra é

---

63 Maici é um rio do Amazonas, que nasce na parte meridional do estado, na fronteira com Rondônia. As fontes do rio estão no território dos Indígenas Pirahã. Formador do Rio Marmelos, é cercado de centenas de castanheiras. Disponível em: <https://mapcarta.com/pt/19672824>. Acesso: 25 jan. 2024.

também um fator fundamental de resistência dos povos indígenas. É o tema que unifica, articula e mobiliza todos, as aldeias, os povos e as organizações indígenas, em torno de uma bandeira de luta comum que é a defesa de seus territórios (Luciano, 2006, p. 101).

Ao assumir a de denunciante ou entrevistados nas notícias apresentadas, nota-se, em algumas das notícias que o periódico *Jornal do Commercio* enfatizava a necessidade de as autoridades locais estarem presentes para evitar conflitos entre indígenas e não indígenas. Nas notícias também era apresentados os modos de vida dessa população, o que nos mostra que a preservação dos ecossistemas naturais e a possibilidade de subsistência destes povos é algo ancestral. As publicações discursavam contra a violência que ocorria nesses interiores, as reivindicações indígenas para que a legislação seja cumprida, as implicações da não delimitação das terras à natureza e também a omissão pública no cumprimento da legislação vigente à época, o que acarretava críticas ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

- ALMEIDA, M. R. C.; MOREIRA, V. M. L. Índios, moradores e Câmaras Municipais: etnicidade e conflitos agrários no Rio de Janeiro e no Espírito Santo (séculos XVIII e XIX). *Mundo agrario*, v. 13, n. 25, 2012.
- BASINI, J. *Índios num país sem índios*. Manaus: Editora Valer, 2017.
- BRASIL. *Decreto de 19 de abril de 2004*. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Coatá-Laranjal, localizada no Município de Borba, Estado do Amazonas. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2004-2006/2004/dnn/dnn10150.htm>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- CARDOSO E. L. *et al.* A Territorialidade na perspectiva do povo Munduruku: terra indígena Coatá-Laranjal em Borba-Amazonas. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 24, n. 93, p. 119-131, 2023. DOI: 10.14393/RCG249365343. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/65343>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- CLASTRES, P. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- GOMES, M. P. *Os índios e o Brasil: passado, presente e futuro*. São Paulo: Contexto, 2012.
- JORNAL do Commercio, 31 de março de 1920. Manaus, 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/146178](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/146178).
- JORNAL do Commercio, 29 de abril de 1923. Manaus, 1923. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/30994](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/30994).
- JORNAL do Commercio, 16 de junho de 1905. Manaus, 1905. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/141928](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/141928).
- JORNAL do Commercio, 29 de junho de 1917. Manaus, 1917. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/23195](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/23195).
- JORNAL do Commercio, 18 de julho de 1905. Manaus, 1905. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/2367](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/2367).
- JORNAL do Commercio, 22 de outubro de 1904. Manaus, 1904. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/1170](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/1170).
- JORNAL do Commercio, 22 de outubro de 1904. Manaus, 1904. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/141928](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/141928).

JORNAL do Commercio, 06 de novembro de 1923. Manaus, 1923. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/170054\\_01/31455](http://memoria.bn.br/DocReader/170054_01/31455).

JORNAL do Commercio, 14 de novembro de 1924. Manaus, 1924. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/170054\\_01/32437](http://memoria.bn.br/docreader/170054_01/32437).

LUCIANO, G. S. *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MELO, J. *SPÍ: A política indigenista no Amazonas*. Cultura: Edições Governo do Estado, 2009.

OLIVEIRA, J. P. Viagens de ida, de volta e outras viagens: os movimentos migratórios e as sociedades indígenas. *Travessia: revista do migrante*, n. 24, p. 5-9, 1996.

RIO Maici. Mapa de satélite. *Mapcarta*. Disponível em: <https://mapcarta.com/pt/19672824>. Acesso: 25 jan. 2024.

SCOTT, J. C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa/Fortaleza: Livraria Letra Livre/Plebeu Gabinete de Leitura, 2013.

TASSINARI, A. M. I. A educação escolar indígena no contexto da antropologia brasileira. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 217-244, 2008. DOI: 10.5007/2175-8034.2008v10n1p217. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2008v10n1p217>. Acesso em: 15 out. 2023.

TERRA Indígena Setemã. Terras indígenas no Brasil. *ISA*. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4469>. Acesso: 05 fev. 2024.

## **História das modistas imigrantes e da inserção da alta costura em Manaus (1880-1920)**

*Thamy Gomes*

No final do século XIX e início do século XX, a cidade de Manaus passava pelo processo de intensas transformações urbanas, sociais e culturais financiado pelo ciclo econômico da borracha. Segundo Edinea Mascarenhas, a urbanização da cidade seguia um plano político e ideológico que, além de conduzir a sociedade manauara rumo a costumes mais modernos e civilizados, refletisse os novos valores que se pretendiam fixar na vida das pessoas, na forma como trabalhavam, se divertiam, se relacionavam e se apresentavam perante uns aos outros. Neste quesito, a moda teve um papel primordial no panorama das mudanças que se davam na chamada “Paris dos Trópicos”.

Os resultados parciais desta pesquisa consistem na análise de artigos e colunas, respectivamente<sup>64</sup>, à luz da leitura e compreensão das referências bibliográficas do projeto. Para tanto, é primordial citar a dissertação de doutorado do autor João Luiz de Souza, intitulado *Mudanças de hábitos do imaginário amazônico: A moda, influência cultural francesa em Manaus entre os séculos XIX e XX*.

---

64 Respectivamente, pois, os artigos denotam conteúdo meramente informativo, enquanto as colunas denotam conteúdo opinativo e, tal como um sinônimo, julgador.

O conjunto de mudanças ocorridos em Manaus seguia um plano político e ideológico influenciados pela europeização - e pelo imaginário de modernidade e civilização que o acompanha - e que, segundo Souza (2013), desembarcaram no Brasil junto com a Família Real de Portugal, na primeira década do século XIX. Diz ainda que, apesar do Brasil ter sido colonizado por Portugal, a colonização cultural do país foi realizada pela França:

[...] A cultura francesa sempre esteve presente na nossa história, isto não podemos negar. Após a chegada da primeira Missão Francesa no século XIX em 1816, não foi apenas a arte neoclássica que aportou no Brasil, mas ideias de higiene e saneamento que iriam modificar o urbanismo das cidades conforme o modelo parisiense. Ao lado dessas ideias emerge uma nova forma de apresentar-se socialmente, uma distinção entre o público e o privado, base para implantação de novos hábitos (Souza, 2013, p. 12).

Ainda a respeito de Manaus, Dias destaca que se trata de uma cidade planejada para atender aos anseios dos investidores estrangeiros. Naquela época, todo o embelezamento arquitetônico, o saneamento básico, a eletricidade, os transportes, as escolas e as unidades de saúde concentraram-se no Centro da cidade, região na qual circulariam os empresários estrangeiros vindos a trabalho, os estabelecimentos comerciais de luxo, as elites manauaras nos seus passeios, praças, cafés, restaurantes, teatros e clubes. Os trabalhadores e pessoas mais pobres não eram muito bem-vistos naquelas imediações (Hatoum *apud* Dias, p. 12).

Souza (2013) destaca uma primeira opinião a respeito da Moda que, tanto no processo de pesquisa do autor, quanto nesta atual pesquisa, perdura no imaginário da maioria dos leitores comuns: a moda se resume à roupa. As características

que definem a moda, como bem pontua Souza, consiste na efemeridade, na imposição de ciclos cada vez mais curtos nos quais uma tendência vigora (p. 12). “Uma tendência”, ou “umas tendências” como foi possível constatar a partir dos artigos de moda publicados no jornal *A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal (AM)*, *Jornal do Commercio (AM)*, e no *Commercio do Amazonas*, que envolvia desde roupas, sapatos, chapéus e acessórios brilhantes, até a perfumaria e a ostentação de itens e animais exóticos. Moda pode ser vestimenta, pode ser comportamento, pode ser corte de cabelo, padrões estéticos (rosto e corpo, formato das unhas) etc. A diversidade dos elementos que compõem a moda torna os termos “universo” ou “indústria da moda” mais adequados para defini-la e contemplar as inúmeras ramificações passíveis de serem estudadas a partir dela.

A partir destas compreensões, foi possível iniciar a leitura e a análise das fontes oriundas dos jornais diários *Jornal do Commercio (AM)* e *Commercio do Amazonas*. E algumas fontes pertencentes à imprensa periódica manauara, intitulados *O Imparcial (AM) 1897* e *A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal (AM)*. Todo o levantamento documental foi realizado pela internet, através da Hemeroteca Digital, no portal da Biblioteca Nacional, sediada no Rio de Janeiro.

Em Manaus, a cultura francesa foi incorporada tanto no público – a arquitetura dos prédios comerciais e dos casarões, mobílias, vasos e pinturas seguindo o estilo *art nouveau*, livros, produtos de consumo e cardápios de restaurantes com pratos franceses – como no privado e no imaginário da alta sociedade manauara – a adoção de hábitos tipicamente europeus. Nesse sentido, o artigo *A Moda: Em bicyclette*, publicado no dia 6 de julho de 1898, anuncia a chegada da bicicleta na cidade de Manaus, e descreve o ciclismo como um exercício salutar para as senhoras da época. Em seguida, tece instruções sobre a confecção de trajes adequados para pedalar, são

os seguintes elementos: um calção largo e uma saia “curta” até os tornozelos, um par de luvas de cor clara, uma camisa branca e gravata semelhante ao modelo usado pelos homens em outros esportes. Um ano antes, o artigo *Causier*<sup>65</sup>, escrito pela autora Lucia e publicado pelo jornal *O Imparcial (AM)*, no desenrolar do artigo informativo acerca dos trajes ideais para as senhoras e senhoritas se exercitarem dentro dos padrões de moda e elegância francesa, a autora menciona que “entre nós só os homens é que preferem a bycicleta, [...]”. O que poderia ter ocasionado, dentro desse período de um ano, a adesão das mulheres ao hábito de andar de bicicleta?

A vestimenta das moças e senhoras, seja nos passeios do dia a dia, seja na missa, nas festividades religiosas, nos casamentos, nos bailes ou no teatro, deveriam ser confeccionadas seguindo as recomendações de recato e bom gosto com alguns requintes, aqui e ali, de criatividade.

Em artigo intitulado *A moda*, publicado no domingo, dia 31 de julho de 1898 pelo jornal *Commercio do Amazonas*, a autora Octavia escreve indicações de vestuário para as senhoras e senhoritas utilizarem durante o período chuvoso que vigorava em Manaus naquele mês de julho. O artigo orbitava ao redor dos seguintes elementos obrigatórios na vestimenta: elegância, recato e criatividade em pequenas doses. No entanto, a autora destaca “que devem ser usados na toilette feminina segundo o temperamento irrequieto ou melancólico da gentil senhorita que o emprega”. O trecho leva a compreensão de haver algumas brechas dentre os códigos de elegância na vestimenta que permitissem as mulheres a expressarem suas personalidades através das cores das peças, pois “As melancólicas convêm as Violetas dobradas do Csar e ás irrequietas o Royal Ceillet, sendo que, as Brisas d’ Autom e o Funkia do Japão estão muito em uso”.

---

65 O Imparcial (AM), 20/04/1897.

O artigo *Causerie* volta a ser publicado no dia 9 de maio de 1897. Conhecido como “mez das flores”, o mês de maio é marcado pela simbologia da renovação da natureza (Costa, 2014, p. 177), da primavera e, para a classe trabalhadora, a retomada ritualística do Centro da cidade pela classe trabalhadora (Costa, 2014, p. 178) que, em prol do projeto de embelezamento do Centro da cidade por/para os empresários estrangeiros e para a elite manauara, foram afastados para morar nas regiões periféricas do centro de Manaus. Em Manaus, o primeiro de maio era comemorado com a passeata dos trabalhadores pelas ruas do centro da cidade. As mulheres ficavam posicionadas nas janelas dos prédios comerciais e de fábricas para despejar flores na cabeça dos manifestantes. Ainda segundo Costa (2014, p. 179), “é interessante observar que, no meio de tantos operários, foram as mulheres operárias que jogaram as flores. E mulher também se traduz em fertilidade, nova vida, nascimento”.

No entanto, Costa (2014, p. 180) destaca que: “[...] os jornais da grande imprensa dessa década, quando tratam do primeiro de maio em suas matérias, não o fazem em detalhes; são pequenas notas, apenas comentando o significado do dia”.

Isso pois os jornais, enquanto empresa, possuem um posicionamento político que impede a publicação de determinados conteúdos que entrem em desacordo com a orientação política da empresa. O apoio e organização desses atos vinha de jornais operários de orientação anarcossindicalista e anarquistas; portanto, não eram todos os jornais que compartilhavam dos anseios da classe trabalhadora, acrescentando-se, dentre eles, aqueles se declaravam favoráveis ao comércio, ou os imparciais. Nesse sentido, Lúcia inicia o artigo atribuindo as festividades do mês de maio à “primaverai alegria” e as “demonstrações de filial affecto a Maria, a excelã Mãe do Nazareno”. Em seguida, a autora indica modelos de vestimenta para comemorar as festas religiosas sem descuidar do “recato religioso”:

Tem, pois, as moças, as que sabem aliar o bom gosto aos seus deveres de piedade, ocasião azada para exhibição de toilettes da moda, revelando sempre o bom gosto, o capricho artístico que tanto as caracteriza.<sup>66</sup>

Dentre os eventos religiosos na cidade, o(a) autor(a) J.S. descreveu indicações atualizadas – ou não, pois as novidades da moda europeia chegavam com certo atraso aos jornais e revistas de Manaus – de tecidos e rendas ideais para a confecção dos vestidos, do véu e adereços de noiva no artigo *Chronica da moda*:

A musseline de seda era também muito empregada para guarnições de vestidos de casamento, agora é substituída pela tulle; esta guarnição vaporosa, que se confunde com o véu, é encantadora.<sup>67</sup>

O julgamento social, em categoria de moda, fez sua expressão nas colunas dos jornais da época, com críticas relacionadas a tendências exóticas, peças e produtos pouco “recatados”, malefícios à saúde e à tentativa de ascender socialmente através do “disfarce” das roupas e dos costumes. Algumas colunas traziam as notícias sobre moda atrelados a uma (ou várias) opiniões a respeito das tendências, outras eram totalmente voltadas a opinar e criticar as inovações, majoritariamente femininas. Na próxima seção, dedicou-se atenção às colunas de opinião, nas quais foi possível captar parte das concepções formadas no imaginário dos autores (e autoras!) dos jornais a respeito da moda e dos usos que foram feitos dela na cena pública da cidade.

A *bizarria* é um adjetivo comumente atrelado à moda, tanto no século XIX, XX quanto no XXI. Neste sentido, nas

---

66 O Imparcial (AM), dia 9/05/1897.

67 Commercio do Amazonas, dia 22/06/1898.

colunas *As elegantes americanas*<sup>68</sup> e “As fantásticas bizarras adoptadas – Os últimos “wkases” de S.A., A Moda”<sup>69</sup>, a tendência de ostentar animais exóticos tais como um rato ou um macaco como parte da indumentária de moda; este último, em especial, trata-se de um texto crítico à efemeridade da moda, pois assim certas tendências “absurdas e ridículas” – das quais, pode ser destacada a ostentação de animais exóticos – logo deixariam de circular.

Em vários trechos do artigo, o autor direciona uma série de julgamentos direcionados, a princípio, às tendências da moda importada dos países europeus dado o nível da “bizarria” ou da “ousadia”. O autor fala a respeito da possibilidade de algumas inovações da moda serem capazes de causar “verdadeiras convulsões sociais” porém, o arranjo de palavras empregadas deixa esborrar um julgamento direto ao público-alvo desta moda, composto majoritariamente por mulheres:

[...]. Felizmente, quanto mais extravagante é uma moda, tanto mais os homens são levados a fazer este raciocínio: “Por muito bom senso que tenham nossas irmãs, nossas filhas e nossas esposas, ellas não tardarão a perceber quanto são ridículas com a nova moda e adoptarão outra cousa”. E **os homens tem mil vezes razão**: [...].<sup>70</sup>

Quando este artigo foi publicado, estava em vigor a tendência dos cabelos coloridos, do uso do véu em estilo oriental<sup>71</sup>, das saias em estilo *jupe fendeu*<sup>72</sup> e do uso da *jaretelle*

68 A federação: órgão do Partido Republicano Federal (AM), dia 05/12/1900.

69 Jornal do Commercio (AM), dia 07/03/1914.

70 Jornal do Commercio (AM), dia 07/03/1914, grifo nosso.

71 Uma versão do *hijab*, vestimenta religiosa das mulheres muçulmanas, consiste em cobrir os cabelos e a boca, apenas os olhos ficam expostos.

72 Neste estilo, a saia dos vestidos possui uma fenda lateral até o joelho, revelando os pés e a panturrilha.

*montré*<sup>73</sup>, todas tendências francesas. Além destas, havia a tendência do uso de monóculo em Londres, e da ostentação de animais exóticos em Berlim. O autor compara as tendências importadas de Paris, Berlim e Londres, e conclui que as mais elegantes, aceitáveis e sensuais são as francesas.

No caso da fonte anterior, na qual o autor deu voto favorável à sensualidade da moda francesa em comparação com as outras, não acontece a mesma aprovação em outras fontes. Vale ressaltar que o ato de “mostrar um pouco mais” da pele nas roupas, usar produtos e portar-se de maneira sensual e confiante era uma forma de causar convulsão social.

Em *Notas para desopilar*<sup>74</sup>, o(a) autor(a) narra um episódio que se passou numa “capital europeia, cheia de aristocratas e do empório da moda”, onde havia um sacerdote da igreja que se via impedido de avançar por duas senhoras trajando vestidos de cauda longa que fechavam a passagem. No entanto, o problema maior - segundo o foco da narrativa, a qual pretendia criticar - estava no tamanho do decote no corpete dos vestidos. Uma das duas senhoras, ao perceber a presença do sacerdote, recolheu a cauda do vestido para deixá-lo passar, e iniciou o seguinte diálogo:

- Pode passar, Reverendíssimo! Estas modistas gastam tanta fazenda nas caudas.
- Que nada deixam para o corpinho, disse o padre sorrindo.<sup>75</sup>

A crítica do sacerdote rescinde a respeito da profundidade do decote dos corpetes dos vestidos que as senhoras estavam usando em público, que chamavam atenção aos seios delas.

---

73 Liga que segura as meias e acompanha um relógio. Esse acessório compõe junto com o *jupe fendeu* o visual ilustrado no artigo.

74 Jornal A federação: órgão do Partido Republicano Federal (AM), dia 09/02/1899.

75 A federação: órgão do Partido Republicano Federal (AM). 9 de fevereiro de 1899.

Na coluna “Modas”, publicado no *Commercio do Amazonas* no dia 30 de outubro de 1898, o(a) autor(a) desconhecido(a) escreve a respeito de outro nicho muito importante e atualmente conhecido dentro da Moda: os perfumes. “Essa inovação”, segundo o(a) autor(a), “está destinada a produzir uma verdadeira revolução entre o bello sexo!”. A revolução do bello sexo, acredita-se, está no fato de que, a partir daquele momento, as senhoras e senhoritas poderiam escolher qual aroma exalariam de seus corpos e qual atmosfera tais aromas criariam dentro do conjunto da indumentária. E, como ocorria em todas as inovações da moda, o texto destaca as fragrâncias apontadas como mais elegantes e apropriadas – Violeta do Czar e *foin coupé* -, e as fragrâncias de *mão goste*, que indicavam uma “absoluta falta de conhecimento dos principaes decretos da moda e elegância”; eram estes: Patchouli e Muse (almíscar).

Por quais motivos os aromas de Patchouli e Almíscar causaram tamanha opinião negativa entre a alta sociedade parisiense - e conseqüentemente, da alta sociedade manauara? Para alcançar a possível resposta a esta questão, é necessário resgatar algumas noções a respeito da relação entre a perfumaria e o olfato humano, tal como os seus efeitos nos sentidos e na memória. Segundo Lara *et al.* (2021), em estudo a respeito da influência da convergência sensório-perceptual no processo de decisão de compra do consumidor de perfume:

[...] a convergência sensorial consiste no resultado da atuação individual e integrada de cada sentido, impactando o comportamento. O perfume sempre exerceu certo fascínio sobre os indivíduos, pois é capaz de evocar pessoas e momentos importantes, seduzir e comunicar. Ele revela de forma marcante, porém discreta, algo que flui do “eu” de cada um (p. 4).

Nesse sentido, a fragrância influencia no comportamento do(a) usuária e no comportamento das pessoas que estão a seu

redor, de forma a transmitir uma mensagem. Nesse sentido, volta-se a atenção as fragrâncias de Patchouli e Almíscar, - respectivamente, fragrâncias feminina e masculina - que possuem um aroma doce, picante e afrodisíaco, remetendo as pessoas envolvidas nestes aromas a sedução, ao sexo e a intimidade carnal. Em se tratando de uma alta sociedade de costumes conservadores e católicos, compreende-se a rejeição a estas fragrâncias como uma forma de condenar a luxúria e manter o sexo restrito à privacidade do casamento e do lar.

A influência da moda no corpo das mulheres se fazia presente ao estipular padrões de beleza corporal quase inalcançáveis, às custas da saúde e da qualidade de vida feminina. Precisamente, entre o final do século XIX e início do XX, um período de virada de século, houve uma mudança em relação ao que era considerado belo no corpo de uma mulher. Segundo Michelle Perrot (2007):

Até o século XIX, perscruta-se a parte superior, o rosto, depois o busto; há pouco interesse pelas pernas. Depois o olhar desloca-se para a parte inferior, os vestidos se ajustam mais à cintura, as bainhas descobrem os tornozelos. No século XX, as pernas entram em cena, haja vista a valorização das pernas longilíneas nas peças publicitárias. Progressivamente, a busca da esbeltez, a obsessão quase anoréxica pela magreza sucede à atração pelas generosas formas arredondadas da “bela mulher” de 1900 (p. 50).

No dia 18 de agosto de 1899, o *Commercio do Amazonas* publicou o bloco *Rimando* escrito pelo autor Cassildo Ribeiro. A narrativa da rima gira em torno do caso de uma mulher em uma cidade do Sul, cujos pelos da face cresceram exageradamente durante a gravidez, que morreu logo após dar à luz. O autor finaliza a rima dizendo o seguinte:

Se é verdade o que estou contando  
 E se a moda terrível pegou,  
 Se as mulheres começam barbando  
 Como aquella senhora barbou  
 Muita gente há de esta se pehando  
 Pois a hora dos pelos chegou.<sup>76</sup>

De acordo com a fonte, o autor acredita que os pelos faciais femininos são indicativos de uma possível moléstia grave nas mulheres, podendo levá-las ao trágico fim tal como ocorreu com a mãe falecida após o parto. É fato que, dependendo da quantidade e região de nascimento dos pelos, pode indicar um problema de saúde. A medicina atualmente mostra que inúmeros fatores podem causar crescimento de pelos em exagero - e em regiões onde normalmente não cresceriam pelos no corpo feminino<sup>77</sup> - ou mesmo o falecimento da mãe durante ou após o parto<sup>78</sup>; no entanto, há que se reconhecer a descoberta recente destes fatores os quais, certamente, não eram de conhecimento geral no final do século XIX e início do século XX<sup>79</sup>.

No que diz respeito à saúde feminina, o jornal *A Federação: Orgão do Partido Republicano Federal* publicou no dia 21 de dezembro de 1900, a coluna *O Espartilho*, no qual o(a) autor(a) escreve criticando o uso do espartilho no corpo das mulheres por afetar negativamente na saúde delas:

A sciencia, com sua autoridade quase infalível,  
 demonstra que de 1.000 pessoas que usam

---

76 Comercio do Amazonas, 18/08/1899.

77 Dos quais destaca-se o sintoma do hirsutismo, que é o crescimento de pelos em regiões do corpo feminino onde normalmente não cresceriam. Este é um dos principais sintomas da SOP (Síndrome dos Ovários Policísticos).

78 Problemas de saúde preexistentes no corpo da gestante (pressão alta, pré-eclâmpsia ou eclâmpsia), ou mesmo complicações durante e após o parto (infecções etc.) podem levar ao falecimento da mãe.

79 A SOP foi descoberta somente em 1935 pelos cientistas Stein e Leventhal.

espartilho, 50 soffrem do peito, 15 morrem na adolescência e outras tantas são atacadas por enfermidades do coração, estomago, cabeça, etc; [...].<sup>80</sup>

O autor anônimo acredita que o uso do espartilho deveria ser proibido pelos pais e maridos das mulheres. Acontece que, no entanto, eles são uns dos maiores incentivadores ao uso. Para defender o seu argumento contra o uso dos espartilhos, o autor descreve uma breve “linha do tempo” da existência do espartilho durante a história, e destaca a opinião de algumas figuras de autoridade a respeito, tais como Luís XVIII e Napoleão I.

Sobretudo, observa-se a partir desta rima o estabelecimento de padrões de moda para o corpo feminino que englobam o crescimento ou não dos pelos no corpo da mulher, altura, peso, cor da pele e até mesmo a idade. Em coluna assinada pela Baronesa Sitffe para o jornal *Commercio do Amazonas*, no dia 10 de setembro de 1899, a autora aconselha:

Para que << o ornato >> seja vantajoso é preciso que se conheça a si próprio.  
Dir-se-ia que muitas mulheres ignoram si são grandes ou pequenas, si são altas ou baixas [...], é conveniente não iludir-se, não querer se persuadir de que não se é tão pequena como se diz: que se é ainda delgada, quando já se engordou; que se está fresca, viçosas, quando as feições empalidecem.<sup>81</sup>

Finalizando o artigo, a Baronesa orienta que as senhoras e senhoritas saibam escolher roupas, chapéus, acessórios e sapatos de acordo com seu tom de pele e formato de corpo. Seguindo este mesmo tópico de análise, e dando foco a categoria “idade”, o artigo “AS VELHAS DENGOSAS”, publicado no jornal

---

80 A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal (AM), dia 21/12/1900.

81 *Commercio do Amazonas*, dia 10/09/1899.

*Commercio do Amazonas* no dia 27 de agosto de 1903, visava ridicularizar as “ternuras, denguiques e vaidades” em pessoas velhas. Destaca-se os seguintes trechos da extensa coluna:

Na vastíssima escala dos objectos ridículos, nenhuma cousa há mais cômica e risível, do que ternuras, denguiques, e vaidade em pessoas velhas; [...]. Esses devaneios, essas ventrinhas, esses transportes só são desculpáveis no verdor dos anos, quando a superabundância da vida de todas as partes nos excita ao prazer.<sup>82</sup>

O autor desconhecido segue em uma dispendiosa descrição vexatória das marcas deixadas pelo tempo e a vida na face e no corpo das mulheres mais velhas que buscaram conservar sua vaidade e gosto para cuidar da aparência. O autor cita alguns nomes para exemplificar seu ponto, são elas: D. Manoella, D. Margarida e D. Quiteria. Segundo a opinião do autor, os acessórios que estas senhoras deveriam usar, ao contrário dos “anneis de brilhantes em huns dedos, que já estão engilhados, finos e nodosos”<sup>83</sup>, seriam as contas do rosário. Após longos parágrafos destinados a falar da figura feminina, o autor tece algumas críticas à figura do homem idoso que paquera meninas e mulheres mais novas, porém, o faz em uma proporção nada equiparada com as críticas à figura feminina.

Pode-se entender que, a vaidade bem aprovada pela sociedade manauara tem um recorte definido de idade e classe social. Na coluna intitulada *Vaidade e preconceito*<sup>84</sup>, de autoria do “Indegina”, conta a história de Laura, uma menina de 13 anos, e seu pai, um humilde sapateiro cujo nome não fora mencionado, que trabalhava à exaustão a fim de comprar vestidos, roupas, sapatos e cosméticos para que a filha pudesse

---

82 *Commercio do Amazonas*, no dia 27 de agosto de 1903.

83 *Ibidem*.

84 A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal (AM).

posar embelezada nas ruas da cidade, a fim de conquistar algum pretendente da elite para se casar. Dos treze aos dezoito anos, Laura circulou pelas ruas, praças e teatros, recebeu o ensino de língua estrangeira, prendas e instrumentos musicais a fim “parecer a altura” da alta sociedade e seus pretendentes.

Nessa coluna, a vaidade é descrita a partir do uso da moda e do comportamento como formas de ascender socialmente e conquistar uma vida mais confortável. No entanto, o substantivo é inserido na narrativa como um adjetivo negativo, tentar ascender socialmente não era bem-visto quando não se tinha os atributos físicos e culturais daqueles que já nasceram dentro das elites sociais. É importante ressaltar que a narrativa da coluna diz mais a respeito das opiniões do autor do que a veracidade dos fatos; é provável que, ao contrário dos adjetivos “nem bonita, nem feia”, Laura fosse de uma beleza superior em relação à forma que foi descrita através das lentes do Indegina. No entanto, a beleza e o bom gosto estariam presentes somente nas moças da alta sociedade.

Há que se destacar, ainda, a partir do termo “vaidade” e a forma como foi empregado, um tom de alerta e aconselhamento aos leitores. Isso, pois, a história descreve o pai de Laura como um operário humilde que, envenenado pela vaidade e pela ambição de elevar o status social da família, desejava alcançar esse conforto ao entregar a própria filha para o primeiro barão que a desposasse:

- Bem poucos, caro leitor, são os que compreendem as virtudes e os preconceitos deste mundo de ilusões, especialmente os que vestem a túnica da vaidade. O velho sapateiro e sua filha pertenciam às fileiras destes inexperientes!<sup>85</sup>

---

85 A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal (AM).

O casamento por amor ainda era uma novidade distante entre as elites sociais, o mais comum eram casamentos arranjados pela família para adquirir aliança entre famílias e vantagens políticas e econômicas (Perrot, 2007, p. 46). Sendo assim, o único papel de Laura – como tantas outras mulheres – era brilhar e “ser pinceza!” (p. 49)<sup>86</sup>. A vaidade levaria a inexperiente, senão a um casamento sem amor, a um destino muito perigoso para as mulheres de famílias humildes em Manaus.

Em complemento desta linha de raciocínio, o Indegina acrescenta o substantivo “preconceito” para finalizar a narrativa. A última cena descreveu a noite na qual Laura fora prestigiar a estreia de uma companhia italiana no teatro<sup>87</sup>. O pai da moça estava assistindo o espetáculo da plateia, enquanto Laura estava em um camarote superior, distante do pai. Dois rapazes, que estavam sentados ao lado do sapateiro avistaram Laura e comentaram entre si, elogiando as roupas e acessórios da moça [...], porém sem expressar entusiasmo na fala, devido ao status inferior do pai sapateiro:

No intervalo, do 1º ao 2º actos, dois cavalheiros se sentaram entre a cadeira do pai de Laura, com os binóculos assentados para as frizas- um deles deparando a de Laurita, perguntou surpreso a seu companheiro:

- Quem é aquela morena que veste tão pomposamente?!!

- Veste bem, é Verdade!... Mas...

- Mas... que?!

- E'... é... filha de um sapateiro!! (Perrot, 2007).

---

86 “Primeiro mandamento das mulheres: a beleza. “Seja bela e cale-se”, é o que se lhe impõe, desde a noite dos tempos, talvez” (Perrot, 2007, p. 49).

87 O teatro era um dos ambientes nos quais as mulheres caprichavam na vestimenta e adornos, e circulavam durante a noite exibindo as composições indumentárias.

No desfecho da história, o pai reduz sua jornada de trabalho, e Laura se casa com um rapaz comum chamado – com ênfase no sobrenome – “João Telles Telles de Meirelles Telles Telles...”. Por fim, Laura casou-se com um rapaz comum e aparentando viver uma vida segura e previsível.

Como próximos passos da pesquisa, pretende-se analisar o restante das fontes levantadas à luz dos autores citados no decorrer destes resultados parciais de pesquisa, além de buscar a resposta para os questionamentos levantados a partir desta primeira rodada de análise documental. Pretende-se, ainda, aprofundar os estudos a respeito da distinção e do julgamento social do autor Pierre Bourdieu, a fim de analisar a construção do novo *ethos* sobre vestimenta e comportamento em Manaus entre os anos finais do século XIX e iniciais do século XX, norteados tanto pela máquina pública com os seus códigos de postura, quanto pelo jugo de uma sociedade que pretendia ser uma Paris.

COSTA, D. *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores de Manaus (1890/1915)*. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.

JORNAL. *A federação: órgão do Partido Republicano Federal (AM)*, dia 09/02/1899.

JORNAL do Commercio, (AM), 07 de março de 1914.

LARA, J. E. *et al.* Análise sensorial: um estudo sobre a influência da convergência sensório-perceptual no processo de decisão de compra do consumidor de perfume. *Revista eletrônica Gestão & Sociedade*. v. 15, n. 43, p. 4644-4677, set./dez. 2021. ISSN 1980-5756. DOI:10.21171/ges.v15i43.3572.

O IMPARCIAL (AM). *Causier*. 20 de abril de 1897.

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Tradução: Ângela M. S. Córrea. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, J. L. *Mudanças de hábitos no imaginário Amazônico: a moda, a influência Cultural francesa em Manaus*. 2013. Dissertação (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.



## Capítulo tirado de uma notícia de jornal: aspectos de uma elite médica no Amazonas no século XX

*Stefany Menezes do Vale*

João Gostoso era carregador de feira livre e  
morava no morro da Babilônia  
num barracão [sem número  
Uma noite ele chegou no bar Vinte de  
Novembro  
Bebeu  
Cantou  
Dançou

Depois se atirou na lagoa Rodrigo de Freitas e  
morreu afogado.

**Poema tirado de uma notícia de jornal, Manuel  
Bandeira Libertinagem, 1930**

O presente texto tem a pretensão de iniciar uma discussão sobre os caminhos da Medicina Legal no Amazonas. Em um primeiro momento, parece-nos importante entender o que seria esse saber e suas características desenvolvidas ao longo do tempo. Segundo, buscamos perceber as configurações das relações entre os médicos legistas, compreendendo que dentro de seu campo, há uma elite que se destaca em cargos públicos e que representam a categoria externamente. Além disso, é importante notar que o saber médico também se constitui como uma forma de poder que ampara as ações do Estado.

Em uma conceituação simples, podemos entender a Medicina Legal como a relação entre ciência médica e o Direito. Nesse sentido, podemos citar um arsenal de exemplos que apresentam as manifestações da prática médica nas normas jurídicas desde a Antiguidade. Como é o caso do Código de Hamurabi, no capítulo intitulado *Médicos E Veterinários; Arquitetos E Bateleiros (Salários, Honorários E Responsabilidade)*, em que a lei estabelece algumas ações médicas frente aos casos de doença que se apresentavam. Já no período que compreende a Idade Média, a Medicina Legal ganha manuais e legislações que lhe conferem além de legalidade, o status de abordagem crucial para o trato com os mortos, além do estabelecimento de diagnósticos para a insanidade. Mas esses formatos de aparição, vão sofrendo imensas transformações ao longo dos séculos que se passaram desde o estabelecimento do Código de Hamurabi, no século XVIII a.C., até o século XX.

Em terras brasileiras, nas décadas iniciais do novecentos, era fundamental a participação dos médicos nas discussões sobre o chamado “Brasil doente” e as maneiras ideais de cuidar dos cidadãos que faziam parte da camada da população “responsáveis” pelo atraso do país. Não por acaso, a discussão de eugenia é presente no país, colocando em destaque nomes de médicos renomados, como Miguel Pereira, Belisário Penna e Arthur Neiva, evidenciando o espaço já garantido da medicina como discurso de verdade que ampara e é amparado pelo Estado<sup>88</sup>.

Nesse sentido, a Medicina Legal se insere em um contexto complexo de formação da nação. Em seu livro *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930)*, Lília Schwarcz nos apresenta o contexto de formação da intelectualidade brasileira, apontando que esta começa

---

88 Sobre a discussão do Brasil doente, ver: LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1996. p. 23-40.

a ser formada a partir da criação das faculdades de Direito, tendo em vista que o curso não formava só advogados, mas sim, pensadores da nação e que

antes de técnicos especializados, mestres de erudição inquestionável, o que se pretendia formar era uma elite independente e desvinculada dos laços culturais que nos prendiam à metrópole europeia. A ideia era substituir a hegemonia estrangeira – fosse ela francesa ou portuguesa – pela criação de estabelecimentos de ensino de porte, como as escolas de direito, que se responsabilizariam pelo desenvolvimento de um pensamento próprio e dariam à nação uma nova Constituição (Schwarcz, 1993, p. 141-142).

As faculdades de Medicina também são criadas com o intuito de estabelecer uma ciência própria do país, mesmo porque, antes da chegada da Família Real ao Brasil, era escasso o número de médicos responsáveis por toda a América Portuguesa. Nesse sentido, tem-se a criação das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia já em 1808.

O ideário de formação de uma nacionalidade e cidadania brasileiras, não poderia deixar de pensar e definir quem eram os cidadãos que a compunham. Assim, considerando as preocupações temáticas de seu tempo e colocando em evidência os personagens que não seriam “cidadãos ideias” para o Brasil, como os afrodescendentes, a Medicina Legal ganhou voz, ou melhor, ganhou espaço nas publicações científicas do país.

Flamínio Fávero, em outubro de 1922, ao apresentar uma comunicação que chamou de “Evolução científica da medicina legal no Brasil”, dividiu a história da Medicina Legal em três fases, sendo a primeira de caráter estrangeiro, a segunda com um caráter transicional e a última, com Nina Rodrigues como maior representante, de caráter nacional, com a tentativa de

utilização das experiências nacionais para desenvolvimento das técnicas. De acordo com Fávero (*apud* Antunes, 1999, p. 17), “o médico maranhense, [com seu] estudo da composição étnica das populações brasileiras impor-se-ia como pré-requisito essencial para a orientação médica às formulações jurídicas”.

Essa divisão colocada por Fávero (1922 *apud* Antunes, 1999) apresenta problemas de ordem historiográfica, quando coloca essas etapas relacionadas no horizonte de expectativa da Medicina Legal brasileira, no que Fávero chama de “vir a ser”. É preciso levar em consideração que a Medicina Legal no Brasil atuou como uma interventora “virtual [de] interseção entre a biologia e o direito” (p. 28), além de que suas proposições se deram no âmbito da moralidade. Sendo assim, mais do que uma ciência de técnicas, a Medicina Legal apresenta, historicamente, elementos de ordem social.

Ainda em *O espetáculo das raças*, Schwarcz busca entender as variações da utilização da teoria racial nas ciências brasileiras – como a Medicina e o Direito –, derivada da representação miscigenada que se tinha do país. As variações teóricas podiam ser percebidas, por exemplo, a partir das revistas das faculdades que se debruçaram sobre o estudo da questão racial como fator substancial para a análise dos problemas sociais locais. É o caso da Revista da Faculdade de Direito de São Paulo e da Gazeta Médica da Bahia. O “particular zelo de Nina Rodrigues em tornar a Medicina Legal um ramo autônomo da medicina brasileira do final do século 19” (Corrêa, 2013, p. 9), possibilitou um crescimento exponencial das publicações nas duas primeiras décadas do século XX, que a levavam como tema, uma vez que, “era por meio da medicina legal que se comprovava a especificidade da situação ou as possibilidades de uma ciência brasileira que se detivesse nos casos de degeneração racial” (Schwarcz, 1993, p. 155), a causa maior da lentidão do processo de “evolução” nacional.

No período do Estado Novo (1937-1945), a Medicina Legal assume um novo papel na sociedade brasileira, “definido de acordo com as políticas de controle e repressão do Estado varguista” (Silva, 2011, p. 3), mas ainda com a obstinada busca pelo desenvolvimento nacional. Desse modo, o periódico do Instituto Médico Legal (IML), denominado Arquivos de Medicina Legal e de Identificação do Rio de Janeiro (AMLIRJ), como porta-voz do Estado, tinha em suas publicações as preocupações de médicos e juristas com a identificação da sociedade brasileira, que levaria à distinção dos indivíduos, permeados ainda pelas questões raciais, mas também pelo gênero, classe e faixa etária, fatores influentes na construção da nação. Nesse sentido, “a medicina e o direito, juntamente com a educação, seriam os instrumentos mais eficazes de regeneração social” (Silva, 2011, p. 5). Para tanto, se fez necessário um aprimoramento técnico-científico da polícia, instrumento repressivo do Estado que compreendia a Medicina Legal, nos “moldes científicos e modernos das organizações policiais dos países adiantados” (Ribeiro; Salles, 1931 *apud* Silva, 2011, p. 3).

O interesse mencionado pelo aperfeiçoamento policial parece ter se tornado secundário no período imediatamente posterior ao Estado Novo, ao menos para o contexto amazonense, posto que na mensagem enviada ao Legislativo em 1948, o então governador Leopoldo Neves apresenta, a partir do relatório do chefe da polícia, José Augusto Teles de Borborema, a situação daquele departamento, destacando a precariedade da assistência “para este importante setor da administração pública”<sup>89</sup>, que mesmo com inúmeras sugestões apresentadas visando a sua modernização, o serviço prestado continuava nos mesmos moldes dos anos anteriores, sem aprimoramentos, apesar da necessidade de ampliação estrutural e instrução dos trabalhadores da área. Responsável por produzir as provas

---

89 Mensagem do governador, 1948, p. 83.

técnicas da prática de delitos, a demanda da polícia técnico-científica do Estado não era modesta, uma vez que, em relação ao índice criminal no território amazonense,

o resumo das incidências penais, durante o ano de mil novecentos e quarenta e sete, embora revele certo decréscimo, não se altera quanto aos delitos em espécie. O homicídio, as lesões corporais e os atentados à honra da mulher, sobretudo a sedução, ocupam o primeiro plano.<sup>90</sup>

No entanto, de acordo com o governador, era somente “um Gabinete de Identificação, que se limita a tomar e classificar as impressões digitais, um Gabinete Médico-Legal que só faz exames de corpo de delito, e um atelier fotográfico, com a máquina antiquada e fixa”<sup>91</sup> que a polícia técnico-científica possuía para a produção de provas periciais.

## Medicina legal amazonense e sua elite

Mesmo com as faltas materiais da instituição, é possível perceber que seus profissionais atuantes, quais sejam médicos legistas, gozavam de certo prestígio na sociedade manauara. É o caso, por exemplo, do

reputado clínico dr. Agenor de Magalhães. Figura de destaque, na nossa sociedade, presidente do *Ideal Club*, médico legista da polícia, tendo grande clínica na sua especialidade profissional, desfruta um largo círculo de relações.<sup>92</sup>

Presidente do *Ideal Club* em 1937, Magalhães desfruta de capital social, em termos bourdianos, a partir de sua atuação,

---

90 Mensagem do governador, 1948, p. 44.

91 Mensagem do governador, 1948, p. 83.

92 *Jornal do Commercio*, Manaus, 20 jun. 1937, p. 1.

posto que, de acordo com a historiadora Kivia Mirrana Pereira (2021), o citado clube,

desde sua fundação, caracterizou-se como um local distintivo, designado às elites [...]. Fundado em 1903, o espaço foi frequentado majoritariamente pelas elites políticas, jurídicas e comerciais da cidade, contando com a participação de médicos, letrados e coronéis que prezavam por capitais sociais que legitimassem suas posições econômicas, políticas e comerciais (p. 84-85).

Outro médico legista que aparece com destaque no jornal é Antonio Hosannah da Silva Filho. Médico formado pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1935, a partir de 1937 começa a aparecer no Jornal do Commercio como médico legista da polícia, o que vai se repetir inúmeras vezes nas notícias relacionadas à Medicina Legal no referido jornal, nas décadas de 1940/50, principalmente naquelas que se referem à ocupação de cargos. Em 23 de setembro de 1954, na seção Atos do Governo, o governador do Estado resolve

NOMEAR - O Doutor Euzébio Rodrigues Cardoso para exercer efetivamente o cargo de Médico Legista do Departamento Estadual de Segurança Pública, vaga com a efetivação do dr. Antonio Hosannah da Silva Filho, no posto de major médico da Polícia Militar do Estado.<sup>93</sup>

Em 1955, quando da Assembleia que elegeu Djalma Batista presidente da Associação Médica do Amazonas (AMA), Hosannah foi escolhido secretário do Departamento de Medicina<sup>94</sup> da mesma Associação, e com a reeleição de Batista

---

93 Jornal do Commercio. Manaus, 23 set. 1954, p. 3.

94 Jornal do Commercio. Manaus, 15 fev. 1955, p. 3.

em 1956, Hosannah passa a ocupar o cargo de secretário da AMA<sup>95</sup>. Em 1958 ele aparece como tenente coronel da polícia militar do Estado<sup>96</sup>.

Esses cargos nos parecem interessantes porque exprimem as posições ocupadas por Hosannah em seu campo, demonstrando seu capital simbólico, levando em conta “a nomeação oficial, ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado” (Bourdieu, 1989, p. 146). É importante destacar que apresentar Antonio Hosannah como a elite dentro do campo da Medicina Legal é de caráter inicial, mesmo porque, no estudo de elites, a própria definição do termo carece de intensa reflexão, mas ainda assim, com dados iniciais, o referido médico não passa despercebido nas fontes e merece atenção, tanto de sua ocupação de cargos como de sua atuação como médico legista.

No dia 13 de janeiro de 1948, a sociedade amazonense leitora do *Jornal do Commercio*, ao chegar na última página da edição daquele dia, se deparou com a manchete “A autópsia reveladora do crime”. A notícia nos informa que no dia 11 de janeiro, um domingo, “às 16 horas, fôra encontrado o cadáver de um homem boiando nas águas do Igarapé de São Raimundo”<sup>97</sup>. Assim como no poema de Bandeira, a primeira conclusão sobre o corpo encontrado era a de que este morreu por afogamento. No entanto, nossa notícia de jornal possui uma camada mais profunda, ancorada pela Medicina Legal, posto que, não sendo um afogamento como o de João Gostoso, o caso

TRATAVA-SE DE UM CRIME: Nada ficando comprovado no inquérito e, na certeza de que se tratava de um caso de afogamento casual, o comissário Lindolfo mandou os homens embora.

---

95 *Jornal do Commercio*. Manaus, 20 jan. 1956, p. 6.

96 *Jornal do Commercio*. Manaus, 10 dez. 1958, p. 6.

97 *Jornal do Commercio*. Manaus, 13 jan. 1948, p. 6.

Já o cadáver se encontrava no cemitério S. João Batista, aguardando seu sepultamento sem que, até aquele momento, estivesse identificado, quando **o dr. Hosannah da Silva, médico legista da Polícia, apesar de haver despachado o laudo de óbito, resolveu fazer a autópsia do cadáver.** E, assim, às 16 horas, na presença do Chefe de Polícia, do sr. Artur Costa, fotógrafo da Polícia, do comissário Kaniwatti e do escrivão Severino Poti, o dr. Hosannah da Silva, auxiliado por seu ajudante Osvaldo Ramos procedeu à autópsia do cadáver no necrotério do Cemitério de S. João Batista. Feito o exame no corpo da vítima desconhecida, ficou constatado que não se tratava de um afogamento casual e sim, de um crime, pois assim diz o laudo médico: "ferimento profundo na região lateral do pescoço, o qual tingiu a carótida, seccionando-a. Grande hemorragia externa notando-se ainda, presença de sangue". Aos que nos informaram o ferimento foi provocado por uma faca peixeira. E, ainda mais, a não existência de água nem no estômago nem nos pulmões vem atestar que a vítima quando caiu n'água já estava morta.<sup>98</sup>

A autópsia realizada por Hosannah reformulou os procedimentos da polícia. O que era considerado um caso de afogamento casual, a partir da contribuição de Hosannah, passa a ser tratado como crime.

Além da própria condição sobre a posição individual que determinado médico pode ocupar, também nos parece válido refletir sobre o poder que o saber médico fornece. Como afirma Foucault (2012),

o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico,

---

98 Jornal do Commercio. Manaus, 13 jan. 1948, p. 6, grifo nosso.

psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade (p. 19).<sup>99</sup>

Antonio Hosannah da Silva Filho empresta o nome ao Instituto Médico Legal do Amazonas desde agosto de 1987, mostrando que sua importância não se deu somente na resolução do crime citado, mas também para os médicos legistas que o sucederam.

### **Considerações finais**

O caminho realizado pela Medicina Legal demonstra sua capacidade de se adaptar às demandas que cada contexto histórico apresenta. Podemos perceber isso com as reflexões de Mariza Corrêa sobre as ilusões da liberdade e o início da ciência médico-legista no Brasil, ou mesmo em sua atuação no período Vargas, em que ela estava à disposição de rotular os corpos para amparar o controle social vigente. A Medicina Legal é um instrumento da Justiça para amparar seus anseios seja de controle, confirmação de ideais ou para “desvendar” ações que a princípio parecem óbvias.

É possível concluir, através das notícias encontradas, que a Medicina Legal no estado do Amazonas vai se consolidando ao longo dos anos, adquirindo espaços no governo do Estado e estabelecendo uma elite médica. Mesmo assim, ainda é possível perceber que este não é um setor de prioridade para o Estado quando pensamos em investimentos públicos. Mesmo assim, a transformação do Gabinete Médico-Legal em Instituto Médico Legal é significativo para as demandas do Estado.

Por fim, ao fazer um recorte temporal e geográfico de determinada prática, se faz também uma escolha – não

---

99 FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012, 19.

necessariamente evidente – do caráter social localizado que esta prática exerce. Tão fundamental quanto a escolha de localização temporal e geográfica, é a escolha do lugar de onde o discurso parte e as implicações que resultam dele.

- ANTUNES, J. L. F. *Medicina, leis e moral: pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CORRÊA, M. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2013.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. *In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (orgs.). Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1996. p. 23-40.
- PEREIRA, K. M. S. *As elites se divertem: identidades, sociabilidades e associativismo no Ideal Clube (Manaus, 1903-1920)*. 2021. 275 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.
- SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, R. Mulheres e Ciência: uma análise histórica dos Arquivos de Medicina Legal e Identificação do Rio de Janeiro na década de 1930. *In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, jul. 2011.



## **Sobre os autores**

### **Kivia Mirrana de Souza Pereira**

Professora na Secretaria de Educação e Desporto (SEDUC-AM); Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM). Além disto, é preceptora do Programa Residência Pedagógica da CAPES, coordenadora do Grupo de Estudos sobre Elites na Amazônia (GEHELITA) do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA) e membro do Núcleo de Pesquisa em Política, Instituições e Práticas Sociais (POLIS)

### **Daniel Rodrigues de Lima**

Possui graduação em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI (2013). Especialista em Ensino de História pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira- FETREMIS (2014). Especialista em Educação a Distância: Gestão e Tutoria pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci-UNIASSELVI. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. É membro associado da Associação Brasileira de Educação a Distância- ABED e da ANPUH. Trabalhou no Centro Cultural Reunidos em pesquisa histórica, em que participou dos trabalhos de restauração do Mercado Público Adolpho Lisboa (2013) na Cidade de Manaus.

Ex-professor de ensino médio do Centro de Educação SESC José Roberto Tadros. Ex-Professor tutor do Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI do Curso de Licenciatura em História. Professor de História do Centro Metropolitano de Ensino-CEMETRO e Professor de História SEDUC-AM. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando na área da Educação e da Pesquisa

### **Evelyn Marcele Campos Ramos**

Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Discente do curso de Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Membro (a) da Equipe Editorial da Canoa do Tempo - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Membro (a) do GT - Mundos do Trabalho e membro (a) do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia - (LABUHTA - UFAM)

### **Fransoar Souza dos Santos**

Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Estado do Amazonas, campus Tefé. Pós-graduado Lato Sensu em Historiografia Brasileira pela UNIFAVENI. Professor de História na rede pública estadual de educação, com lotação na Escola Estadual Santo Antônio, onde realizou três pesquisas científicas por meio do Programa Ciência na Escola (PCE), nas edições de 2020, 2021 e 2022. Pesquisas que tiveram financiamento da FAPEAM e contou com a contribuição dos alunos bolsistas. Atualmente é discente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História Social da UFAM, nível mestrado, recebendo apoio da FAPEAM por meio do Programa de Apoio à Pós-Graduação Stricto Sensu - POSGRAD



**James da Costa Batista**

Possui graduação em História pela Universidade Nilton Lins (2015), Mestrado em História pela Universidade Federal do Amazonas (2018) e Doutorando em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (2021). Atua em pesquisas que envolvem Movimentos Sociais surgidos na ocorrência da Ditadura Civil Militar do Brasil (1964-1985) e nos recortes que transpassam este período. Atualmente é professor da Educação Básica (História) pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas (SEDUC-AM). Tem experiência na área de Educação Básica com docência nas disciplinas de História e Direito e Cidadania

**Stefany Menezes do Vale**

Mestranda em História da Saúde na Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro; Licenciada em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), coordenadora do Grupo de Estudos sobre Elites na Amazônia (GEHELITA) do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia (LABUHTA) e membro do Núcleo de Pesquisa em Política, Instituições e Práticas Sociais (POLIS)

**Thamy Gomes**

Graduanda em História pela Universidade Federal do Amazonas. Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica pela Universidade Federal do Amazonas

**título** História das elites: perspectivas sobre poder, política e sociedade no Brasil e na Amazônia

**organizadora** Kivia Mirrana de Souza Pereira

**tipografias** Helvetica  
Magister

**número de páginas** 164



para conhecer mais da **editora UEA** e de nossas publicações, acesse o qr code abaixo



ueaeditora

